



Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
Composição da Administração	7
Conselho de Administração	7
Conselho Fiscal	7
Diretoria Executiva	7
Contexto Macroeconômico	9
Contexto Nacional do Setor Elétrico	13
O Grupo Neoenergia	15
Estrutura Societária	15
Principais Números	17
Governança Corporativa	19
Gestão dos Negócios	21
Distribuição	21
Geração	25
Comercialização	25
Gestão de Pessoas	27
Gestão Socioambiental	29
Gestão Econômico-Financeira	31
Empresas Controladas	35
Coelba	35
Celpe	41
Cosern	46
Itapebi	50
Termopernambuco	52
NC Energia	54
Estratégias e Objetivos para 2005	55

Relatório Anual 2004  *Grupo Neoenergia*



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Temos a satisfação de apresentar o Relatório Anual 2004 do Grupo Neoenergia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2004. O exercício 2004 foi marcado, principalmente, pela eleição da nova Diretoria Executiva e pelo estabelecimento do novo modelo de gestão e governança da Companhia e suas controladas, bem como pela definição do novo nome e da nova marca para o Grupo. Desde outubro de 2004, a Guaraniana S/A passou a se chamar Neoenergia S/A. Essas mudanças relevantes visaram a adequar o Grupo à nova realidade ensejada por seus acionistas, principalmente no tocante ao equacionamento financeiro, rentabilização dos ativos e preparação das bases para o seu crescimento.

Em março de 2004 foram publicadas as Leis do Novo Modelo do Setor Elétrico, que fixaram as bases para um novo marco regulatório e estabeleceram mudanças significativas para o setor. Dentre as principais alterações estão as novas regras de comer-

cialização, com o estabelecimento da obrigação da contratação de 100% do mercado das distribuidoras e a segregação das atividades das empresas do setor. Ao mesmo tempo, foram estabelecidos instrumentos de mitigação de riscos suficientes para neutralizar as penalidades impostas pela nova regra de comercialização. No que tange à atividade de geração, o Novo Modelo não trouxe impacto imediato para as empresas do Grupo, uma vez que toda a energia gerada está devidamente contratada para os próximos anos e estes contratos foram firmados anteriormente à publicação do modelo setorial.

O lucro líquido consolidado em 2004 foi de R\$ 305 milhões contra R\$ 44 milhões registrados em 2003, sendo o maior já registrado pelo Grupo desde a sua constituição em 1997. O lucro operacional medido pelo EBITDA (sigla em inglês para Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) atingiu aproximadamente R\$ 1,5

► Manutenção
de rede Coelba

bilhão, sendo 39% superior ao exercício anterior, e o faturamento líquido consolidado, R\$ 4 bilhões, maior em 17%. Contribuíram principalmente para esses resultados os benefícios decorrentes do equacionamento do passivo financeiro do Grupo, a maior eficiência operacional das empresas distribuidoras e a entrada em operação comercial da Usina Termoelétrica Termopernambuco.

O resultado financeiro de 2004 foi 14% melhor, as despesas financeiras, líquidas, reduziram de R\$ 464 milhões em 2003 para R\$ 400 milhões em 2004. O alongamento do perfil da dívida e a melhoria do cenário macroeconômico brasileiro foram fundamentais para a melhoria do resultado financeiro em 2004. O índice de endividamento ao final de 2004 foi de 45% (46% em 2003) e a relação Dívida/EBITDA, igual a 2,8 vezes (3,9 vezes em 2003).

Uma vez que já haviam sido concluídas as obras das usinas Itapebi e Termopernambuco, os investimentos em 2004 foram concentrados na atividade de distribuição, onde foram investidos R\$ 470 milhões, dos quais mais de R\$ 100 milhões em programas de eletrificação rural, universalização do atendimento e, principalmente, no Programa Luz Para Todos, que prevê a universalização

do atendimento em até 5 anos, abrangendo 468 mil residências (2 milhões de pessoas) nas três áreas de concessão das empresas do Grupo Neoenergia. As obras foram iniciadas no segundo semestre de 2004 e já foram realizadas aproximadamente 15 mil novas ligações e 60 mil ligações encontram-se em andamento. Os investimentos previstos nesse programa são de R\$ 2,2 bilhões até 2008, com recursos dos Governos Federal (50%), Estaduais (até 30%), além de recursos próprios das distribuidoras (15%) e financiamentos da Eletrobrás (entre 5% e 35%).

Adicionalmente, em 2004 a Neoenergia realizou aportes de R\$ 89,7 milhões na retomada da construção de uma usina termoelétrica no Rio Grande do Norte (Projeto Termoçu). Para tanto, foi assinado um Termo de Compromisso com a Petrobras, também acionista do projeto, no qual foram definidas as condições para a retomada e conclusão das obras que haviam sido paralisadas desde abril de 2003. As condições gerais estabelecidas no Termo de Compromisso prevêem que a Petrobras assumirá o controle e a gestão do projeto, sendo responsável pelos próximos aportes necessários à conclusão do mesmo, e, com isso, passará a deter aproximadamen-

te 80% de participação quando da conclusão das obras. Da capacidade instalada da usina de 340 MW, 300 MW serão adquiridos pela Cosern e Coelba, e 40 MW e 610 ton/hora de vapor adquiridos pela Petrobras. A entrada em operação comercial da Termoação está prevista para março de 2007.

Para 2005, nossa principal expectativa é a realização da primeira revisão tarifária da Celpe e a incessante busca de incremento dos indicadores operacionais de nossos negócios. Sob o aspecto financeiro, as prioridades serão as captações de operações de financiamentos de longo prazo para financiamento dos investimentos em distribuição, bem como a conclusão da estrutura de capital da Termopernambuco, com a conclusão

dos financiamentos com o BID e BNDES.

O compromisso do Grupo Neoenergia em atender a todos os seus consumidores com serviços de qualidade, com os menores preços possíveis e com justa remuneração para os acionistas, reafirma o nosso comprometimento com o desenvolvimento do Brasil, por meio da criação das condições de infra-estrutura, com geração de energia, empregos e renda, e a melhoria da qualidade de fornecimento e a universalização do atendimento.

Os resultados alcançados são consequência da união e do esforço de nossos mais de 5 mil colaboradores e da confiança nas relações com nossos acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, clientes, fornecedores e com os Governos Municipais, Estaduais e Federal.

Renato Sobral Pires Chaves

Presidente do Conselho de Administração



Composição da Administração

Conselho de Administração

Presidente:

Renato Sobral Pires Chaves

Vice-Presidente:

Fernando Becker Zuazua

Érico Cavalcanti Furtado

Gonzalo Pérez Fernández

Iñigo Victor Oriol Barra

Luciana Freitas Rodrigues

Luiz Eduardo Franco de Abreu

Mario Falcão Pessoa

Pablo Canales Abaitua

Valmir Marques Camilo

Conselho Fiscal

Presidente:

Manoel Lima Neto

Francesco Gáudio

Luiz Gustavo Braz Lage

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente:

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Diretor de Planejamento e Controle:

Paulo Roberto Dutra

Diretor Financeiro e

de Relações com Investidores:

Erik da Costa Breyer

Diretora de Regulação:

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora de Gestão de Pessoas:

Roseli Schilagi

Diretor de Distribuição:

Fernando Arronte Villegas

Diretor de Geração:

Carlos Mulas Orosa

► UHE Itapebi (BA)



Contexto Macroeconômico*

O ano de 2004 foi caracterizado por um ambiente internacional favorável, com recuperação equilibrada tanto das principais economias industrializadas como também de países emergentes. O tom destoante ficou por conta da elevação dos preços nominais do petróleo, que atingiram as mais altas cotações históricas. Nos últimos meses do ano, esses preços arrefeceram, mas ainda permaneceram em patamar superior à média observada em 2003.

O ambiente interno foi marcado pela retomada da atividade econômica. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de 5,2%, foi a maior desde 1994, com contribuição positiva do setor externo e recuperação do consumo interno, principalmente pela retomada dos investimentos produtivos, condição necessária para a sustentação do crescimento econômico nos próximos anos.

A balança comercial alcançou saldo recorde de US\$ 33,7 bilhões, provenientes do aumento tanto das exportações (que alcançaram US\$ 96,5 bilhões no ano) quanto das impor-

tações (US\$ 62,8 bilhões). A soma desses valores resultou em uma corrente de comércio (US\$ 159,3 bilhões) estimada em 26,5% do PIB.

O dinamismo da economia favoreceu a expansão significativa do volume de crédito, principalmente em linhas para o comércio exterior, agronegócios, micro e pequenas empresas e pessoas físicas, inclusive as linhas voltadas ao segmento de microcrédito.

No âmbito fiscal, a relação entre a Dívida Líquida do Setor Público e o PIB (DLSP/PIB) reduziu-se de 57,2% em 2003 para 51,8% em 2004. A queda ocorreu em virtude da

▲ Rede Cosern



► Salvador (BA)

* Análise econômica realizada pelo Banco do Brasil

combinação favorável de crescimento real do PIB com a manutenção da disciplina fiscal, menor taxa real de juros relativamente ao ano anterior e valorização do câmbio. Essa conjuntura, aliada às condições de liquidez da economia internacional, favoreceu a diminuição do risco-país, que encerrou o ano em 388 pontos, nível similar àqueles anteriores à crise Asiática de 1997.

Reagindo a um aumento da pressão sobre os preços, o Banco Central passou a elevar gradualmente a taxa básica de juros a partir de setembro de 2004. Refletindo a atuação da política monetária, a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caiu de 9,3% em 2003 para 7,6% em 2004, ficando dentro do intervalo de tolerância do regime da meta.

Principais indicadores macroeconômicos (%)

	4T03	3T04	4T04	2003	2004
Dólar Ptax Venda	(1,2)	(8,0)	(7,1)	(18,2)	(8,1)
IGP-DI FGV Acumulado	1,5	3,0	1,9	7,7	12,1
IGP-M FGV Acumulado	1,5	3,3	2,0	8,7	12,4
Selic Acumulado	4,4	3,9	4,0	23,3	16,2
TR Acumulado	0,6	0,6	0,5	4,7	2,0
Dólar Ptax Venda*	2,8892	2,8586	2,6544	–	–

*Cotação de Fechamento

Fonte: Economática

A Selic mostrou-se ligeiramente crescente no encerramento do ano, fruto das sucessivas elevações da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária – COPOM no segundo semestre. Em 2004, a Selic apresentou

redução de 7,1 pontos percentuais quando comparada a 2003. Pelo segundo ano consecutivo, porém, em níveis menores, houve valorização cambial. O dólar fechou cotado em 2,6544 em 2004, contra 2,8892 em 2003.





Contexto Nacional do Setor Elétrico

O ano de 2004 registrou um consumo nacional de energia elétrica de 320,8 TWh, 4,5% acima do total consumido no ano de 2003, o que fez a demanda nacional também superar, pela primeira vez, desde 2000, o consumo do período pré-acionamento.

Desse montante, destaca-se o consumo da classe industrial, que somou 146 TWh, apresentando expressivo crescimento de 7,2% em relação a 2003. Dessa classe de consumo, cerca de 26,5%, ou 38,7 TWh, foram consumidores livres que, em 2003, consumiram 13 TWh.

A classe residencial consumiu no Brasil em 2004 um total de 78,5 TWh, crescendo 3% em relação ao consumo de 2003 e atendendo a cerca de 46,8 milhões de consumidores. A classe comercial registrou crescimento de 4,5% em 2004, consumindo 49,7 TWh.

O ano de 2004 foi marcado por alterações na indústria de energia elétrica, em decorrência da regulamentação do Novo Modelo do Setor Elétrico, que modificou as regras de comercialização para o seg-

mento, criou ambientes separados para contratação de energia, para atendimento aos clientes dos mercados livre e cativo e estabeleceu a segregação das atividades das empresas do setor.

A concepção do Novo Modelo do Setor Elétrico buscou estabelecer um marco regulatório estável, capaz de atrair investimentos na expansão do seus principais segmentos, como geração, distribuição e transmissão, visando à eficiência do sistema e à modicidade tarifária.

▲ Subestação
Lagoa Nova
Cosern



► Termosternambuco
(PE)



O Grupo Neoenergia

Estrutura Societária*



* Participações totais, por meio direto e indireto

** Projeto termoeletrico em parceria com a Petrobras

► Manutenção de rede Coelba



Principais Números

Clientes: 6,6 milhões

Consumo faturado: 20.258 GWh

Lucro: R\$ 304,8 milhões

EBITDA: R\$ 1,4 bilhão

Receita Operacional Líquida: R\$ 4,1 bilhões

Em 2004, o Grupo Neoenergia, formado pela *holding* Neoenergia S/A, controladora das distribuidoras Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern), pelas geradoras Itape-

bi, na Bahia, e Termopernambuco, e pela comercializadora NC Energia, consolidou-se como o terceiro maior grupo investidor privado do setor de energia elétrica do País e primeiro da Região Nordeste, com uma base de 6,6 milhões de clientes e atendimento a 24 milhões de habitantes.

► Subestação
Coelba



Governança Corporativa

O exercício de 2004 representou um marco na história do Grupo Neoenergia, com a implementação do novo modelo de governança corporativa e de gestão, definido pelos acionistas da então *holding* Guaraniã S/A, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), Iberdrola Energia S/A e BB - Banco de Investimentos S/A.

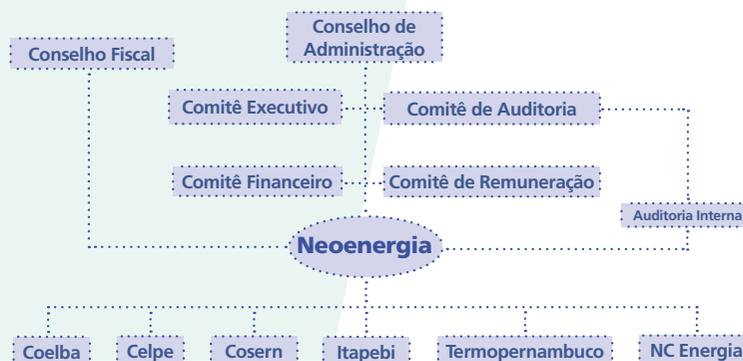
Visando ao reposicionamento estratégico do Grupo e ao alinhamento de sua gestão aos novos objetivos estratégicos de equacionamento financeiro, rentabilização de ativos e preparação das bases para o crescimento, as primeiras medidas adotadas foram a con-

tratação de profissionais de mercado para compor a Diretoria Executiva da *holding* e a implementação da nova estrutura organizacional do Grupo, além da adoção de melhores práticas de governança corporativa.

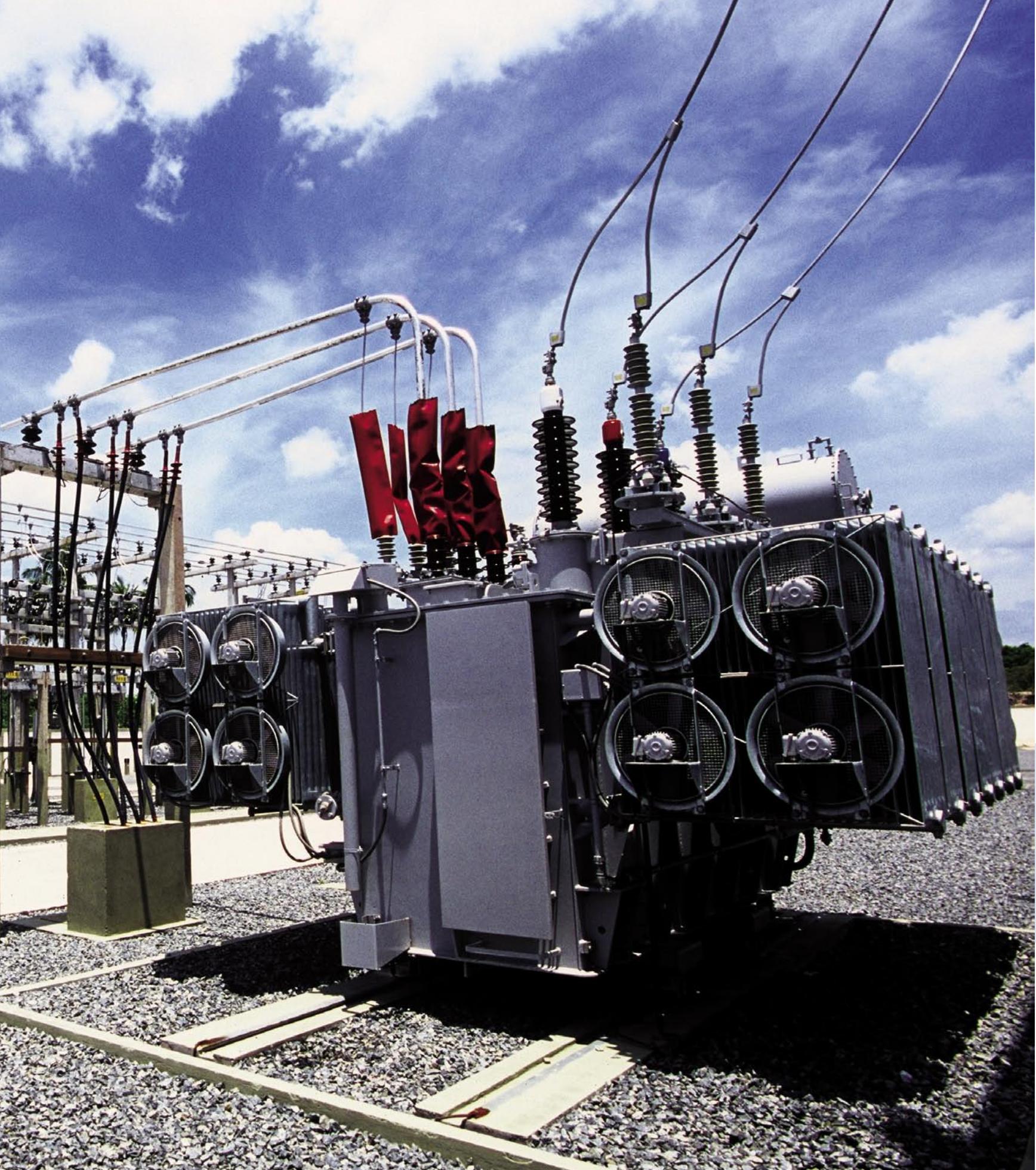
Como parte do processo de reposicionamento do Grupo, foi aprovada a mudança do nome e logomarca da *holding* e das empresas controladas, com a escolha do nome Neoenergia, lançado em novembro de 2004.

A atual estrutura de governança corporativa do Grupo é dissociada da gestão e os principais órgãos envolvidos na administração estão demonstrados na figura abaixo:

Nova Estrutura de Governança



► Salvador (BA)



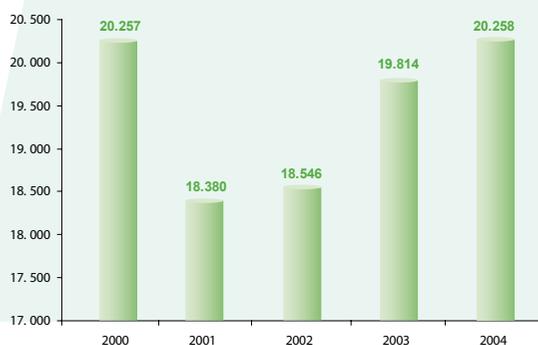
Gestão dos Negócios

Distribuição

Mercado

O mercado das três distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia cresceu, de forma consolidada, 2,2% em 2004, atingindo os mesmos níveis de 2000, reflexo das alterações dos hábitos de consumo dos clientes após o racionamento, sobretudo da classe residencial. O fornecimento consolidado de energia elétrica pelas empresas somou, em 2004, um total de 20.258 GWh. Individualmente, as distribuidoras do Grupo Neoenergia apresentaram evolução de consumo em 2004 de +3,5%, -2% e +3%, respectivamente, na Coelba, Celpe e Cosern, em relação ao exercício anterior.

Vendas em GWh (combinado 3 distribuidoras)

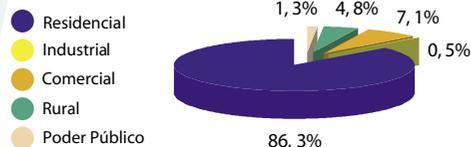


► Subestação de Camaçari III Coelba

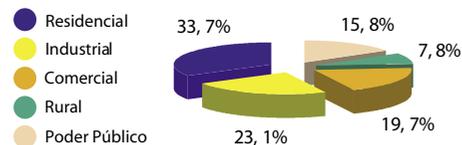
Clientes

A classe de consumo residencial, que representa 86,3% do total de consumidores do Grupo, 33,7% da demanda em GWh e é responsável por 39,8% da receita bruta consolidada, apresentou crescimento em 2004 de 5% em relação ao exercício anterior. A composição dos clientes por classe, da estrutura de consumo e da estrutura da receita está assim composta, de forma consolidada em 2004:

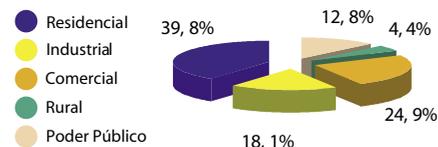
Número de consumidores



Demanda (GWh)



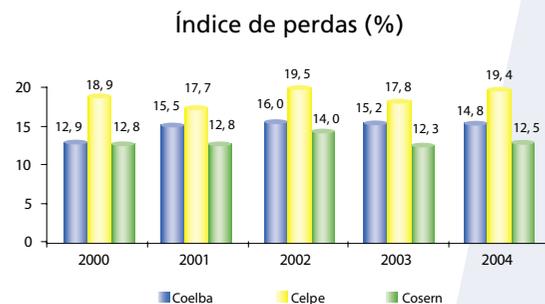
Receita (R\$)



Perdas

Em 2004, o Grupo Neoenergia melhorou a gestão comercial e a qualidade do faturamento das suas empresas distribuidoras, intensificando ações para combate às perdas de energia elétrica, aumentando as inspeções nas unidades consumidoras, substituindo padrões de fornecimento e realizando campanhas internas e externas contra ligações clandestinas.

O índice de perdas na Coelba e na Cosern evoluiu positivamente, e o resultado da Celpe representou uma evolução negativa comparada a 2003, sendo a auto-religação dos clientes cortados por débito o aspecto desfavorável predominante.

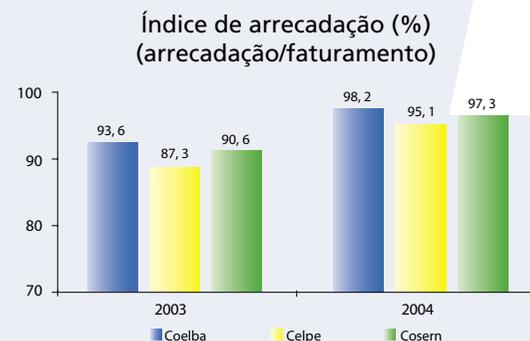


Ações de Cobrança e Arrecadação

Em 2004 foram intensificadas as ações de cobrança com melhoria dos índices de religações (após cortes), negativação de débitos no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e cria-



ção das Delegacias Especiais de Combate às Fraudes. Essas ações e a melhoria da qualidade do faturamento refletiram na melhoria do índice de arrecadação que apresentou a seguinte evolução nas distribuidoras controladas.



Na Coelba, o índice de arrecadação em relação ao faturamento manteve excelente desempenho, passando de 93,6% para 98,2%. Na Cosern houve uma melhora de 90,6% em

Subestação móvel
Cosern

2003 para 97,3% em 2004. A Celpe conseguiu reverter a ação judicial que impedia a ação de corte em clientes residenciais, melhorando bastante o seu índice de arrecadação, que passou de 87,3%, em 2003, para 95,1%, em 2004.

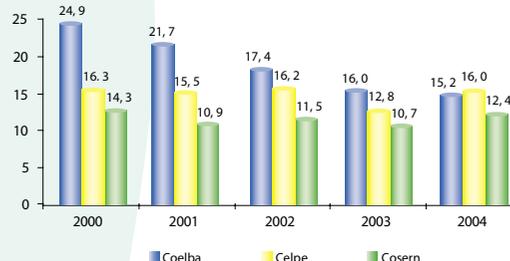
Qualidade do Fornecimento

Em 2004, a qualidade do fornecimento de energia elétrica das distribuidoras do Grupo Neoenergia foi comprometida pela ocorrência de fortes chuvas na Região Nordeste, no primeiro semestre do ano. Com isso, os investimentos das empresas em projetos de melhoria da qualidade das subestações e redes de distribuição não puderam evitar uma elevação dos indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico.

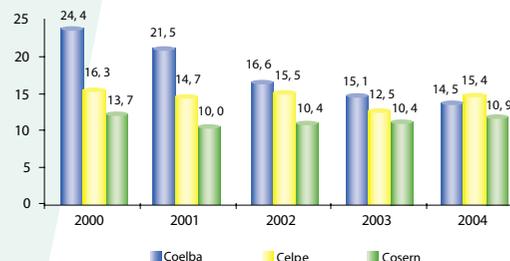
► Manutenção de rede Coelba



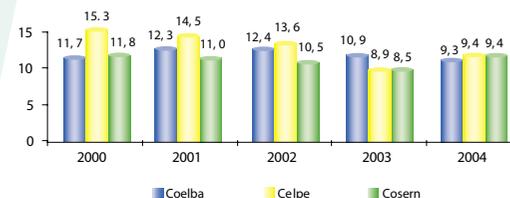
DEC - Duração Equivalente de Interrupção (com supridora em horas)



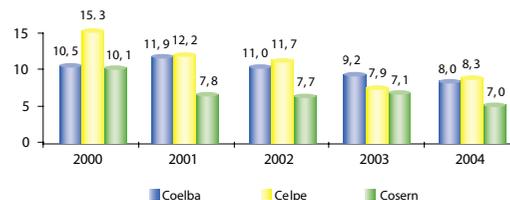
DEC - Duração Equivalente de Interrupção (sem supridora em horas)



FEC - Frequência das Interrupções (com supridora em números)



FEC - Frequência das Interrupções (sem supridora em números)



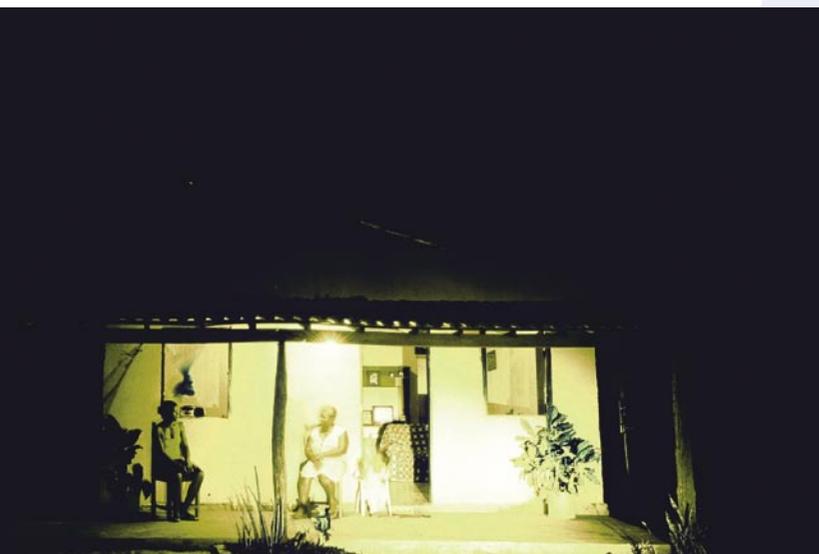
Programa Luz Para Todos

Em 2004, após o lançamento do Programa “Luz Para Todos” pelo Governo Federal, foram mantidas negociações do Grupo Neoenergia com o Ministério das Minas e Energia e os respectivos Governos Estaduais da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, no sentido de definir as metas e as fontes de financiamento para a realização dos planos de investimentos em 5 anos. Nesse sentido, os principais resultados alcançados referem-se à assinatura dos Termos de Compromisso entre dis-

tribuidoras do Grupo, Ministério de Minas e Energia e Governos Estaduais, com definição das fontes de recursos, limitando a participação das distribuidoras do Grupo Neoenergia a 15% dos planos de investimento e assegurando os demais recursos por meio de subvenções federal e estaduais, além de financiamentos da Eletrobrás. Nas áreas de concessão do Grupo, serão beneficiadas aproximadamente 468 mil propriedades abrangendo população de 2 milhões de habitantes.



Vista aérea UTE
Termopernambuco
(PE) ◀



▶ Eletrificação
rural (BA)



Geração

O principal destaque do Grupo Neoenergia em 2004, na atividade de geração, foi a entrada em operação comercial, em 15 de maio, da Usina Termoeletrica Termopernambuco, segunda empresa geradora do Grupo, com capacidade instalada de 637MW (520 MW líquidos). Além disso, registrou-se o segundo ano de geração da hidroeletrica Itapebi, em operação desde fevereiro de 2003, com capacidade de 450 MW.

Outro destaque no segmento foi a celebração pela Neoenergia de acordo com a Petrobras, por meio da assinatura de Termo de Compromisso, para retomada da construção da usina termoeletrica Termoaçu, no Rio Grande do Norte.

Comercialização

No segmento de comercialização, o Grupo Neoenergia ampliou sua atuação no mercado de compra e venda de energia elétrica por meio da sua empresa Guarani Comercio e Serviços S/A (GCS Energia), que no processo de reposicionamento do Grupo também renovou seu nome e logomarca, passando a se chamar NC Energia. A empresa opera em âmbito nacional no mercado de compra e venda de energia elétrica, representando consumidores de diferentes tipos, como consumidores livres, distribuidores, autoprodutores e produtores independentes de energia. A NC Energia fechou o ano de 2004 com vendas totais de 145 MW.



Gestão de Pessoas

No ano de 2004, o Grupo Neoenergia implementou sua nova estrutura organizacional, alinhando as empresas controladas às estratégias da *holding* Neoenergia em um novo modelo de gestão, que implicou a adoção de novas políticas de objetivos corporativos, remuneração e programas de desenvolvimento de pessoas.

Dentro da nova estrutura organizacional, foram criadas comissões executivas, integra-

das por diretores e superintendentes, com o objetivo de tratar dos processos relevantes para as empresas do Grupo. As primeiras comissões, criadas em 2004, foram as de Mercado, Inadimplência, Finanças, Perdas e Serviços e Qualidade.

Ao final de 2004, o Grupo concluiu com sucesso as negociações para celebração dos Acordos Coletivos de Trabalho com os colaboradores das três distribuidoras.

Corpo funcional Grupo Neoenergia

	Grupo Neoenergia	Coelba	Celpe	Cosern	Itapebi	Termope	NC Energia
Empregados diretos	5.237	2.772	1.755	651	29	12	18
Corpo executivo	442	205	150	74	03	04	06
Corpo técnico	2.713	1.370	1.086	224	23	01	09
Corpo administrativo	2.072	1.197	509	353	03	07	03
*Estagiários / menor aprendiz	322 / 143	106 / 126	120 / 10	92 / 07	01	-	03

* Os estagiários e menor aprendiz

► Palestra Sipatma Celpe



Gestão Socioambiental

O Grupo Neoenergia consolidou em 2004 sua atuação empresarial social e ambientalmente responsável, por meio da implementação de programas pelas empresas voltados para o desenvolvimento sustentável dos seus públicos de relacionamento: colaboradores, clientes, fornecedores, meio ambiente, comunidade e governo.

As ações desenvolvidas pelas empresas abraçaram causas sociais como a educação, o esporte, a saúde e a inclusão social, todas envolvidas no compromisso maior de contribuição para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente. A atuação das empresas do Grupo nesta área está baseada na consciência de que não há sucesso empresarial em comunidades onde não há perspectivas de um futuro promissor, e de que a contribuição para o desenvolvimento dos seus públicos significa preparar as bases para alavancar o próprio crescimento do Grupo.

Na área ambiental, a atuação das empresas supera as exigências legais, com a adoção de sistemas de monitoramento e

prevenção de riscos, projetos educacionais para comunidades e obtenção de certificação, como a NBR ISO 14001 da geração térmica da Celpe na Ilha de Fernando de Noronha. O reconhecimento deste trabalho pode ser conferido no bom desempenho que as distribuidoras do Grupo vêm alcançando no *ranking* de Responsabilidade Social elaborado pelo Instituto Ethos, em parceria com a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), na qual se destacaram entre as dez primeiras colocadas do País desde a sua criação, há cinco anos.

"Um Presente de Natal", patrocínio Cosern ▲



► Iluminação subterrânea Celpe Olinda (PE)



Gestão Econômico-Financeira

As mudanças implementadas na reestruturação do Grupo Neoenergia, como o equacionamento do passivo financeiro das empresas, a maior eficiência operacional das distribuidoras e a entrada em operação comercial da usina Termopernambuco, contribuíram para que a Neoenergia obtivesse em 2004 o maior lucro já registrado pela companhia, desde a sua constituição em 1977. O lucro líquido consolidado em 2004 foi de R\$ 304,8 milhões, resultado 593,5% maior que o lucro líquido obtido em 2003, que foi de R\$ 43,9 milhões.

O lucro operacional medido pelo EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 1,4 bilhão, 35,9% maior que o do exercício anterior, que ficou em R\$ 1,05 bilhão. A receita operacional líquida consolidada alcançou o montante de R\$ 4,1 bilhões, o que signifi-

cou um crescimento de 17,4% em relação aos R\$ 3,4 bilhões verificados em 2003.

O desempenho da Neoenergia em 2004 foi decorrente dos resultados positivos das seis empresas controladas. No segmento de distribuição, a Coelba registrou lucro líquido de R\$ 344,1 milhões (R\$ 165,7 milhões em 2003), resultado que também inclui sua participação na Cosern. A Celpe teve lucro de R\$ 76,6 milhões (R\$ 97,9 milhões em 2003) e a Cosern R\$ 112,8 milhões (R\$ 57,8 milhões em 2003).

Na geração, a hidrelétrica de Itapebi obteve lucro de R\$ 60,4 milhões (R\$ 14,5 milhões em 2003) e a termoelétrica Termopernambuco, lucro de R\$ 76,9 milhões em seu primeiro ano de operação. Na comercialização, a NC Energia encerrou o ano com lucro de R\$ 24 milhões (R\$ 12,9 milhões em 2003).

► Eletricista
Celpe

Desempenho Econômico e Financeiro Consolidado

Indicadores Econômicos e Financeiros – R\$ mil	2000	2001	2002	2003	2004
Receita Operacional Líquida – ROL	1.642.856	3.073.627	2.885.234	3.476.869	4.081.878
Lucro Líquido (Prejuízo)	63.813	5.616	(92.999)	43.959	304.844
EBITDA ⁽¹⁾ (LAJIDA ⁽²⁾)	554.698	941.513	644.184	1.053.677	1.464.507
Margem EBITDA % (EBITDA/ROL)	33,8%	30,6%	22,3%	30,3%	35,9%
Margem Bruta % (Resultado do Serviço/ROL)	24,6%	24,2%	14,4%	22,6%	27,6%
Margem Líquida % (Lucro Líquido/ROL)	3,9%	0,2%	-3,2%	1,3%	7,5%
Resultado Financeiro	(243.081)	(510.494)	(333.372)	(464.422)	(399.804)
Cobertura de Juros (EBITDA/Result. Financeiro)	2,3	1,8	1,9	2,3	3,7
Endividamento Total ⁽³⁾	2.023.707	3.192.465	4.487.668	4.058.295	4.143.960
Endividamento, Líquido das Disponibilidades ⁽⁴⁾	1.871.362	3.091.220	4.217.170	3.971.759	4.041.707
Patrimônio Líquido	3.877.281	3.994.822	4.413.419	4.743.116	4.968.209
Dívida/EBITDA	3,6	3,4	7,0	3,9	2,8
Índice de Endividamento = Debt./(Debt. + Equity)	34%	44%	50%	46%	45%
VPA – Valor Patrimonial por ação (R\$)	0,8218	0,8222	0,8086	0,8107	0,8492
LPA – Lucro (Prejuízo) por ação (R\$)	0,0135	0,0012	(0,0170)	0,0075	0,0521

(1) EBITDA = Earnings before interest, tax, depreciation and amortization.

(2) LAJIDA = Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Fórmula de Cálculo EBITDA = Resultado do Serviço + Depreciação e Amortização.

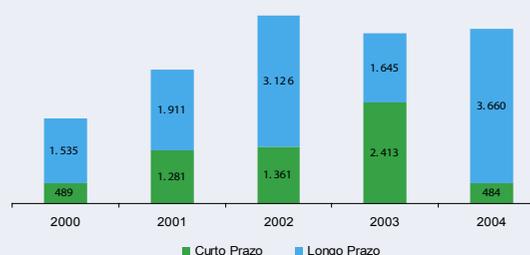
(3) Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Encargos das dívidas e swap's.

(4) Endividamento deduzido das aplicações financeiras e saldo de caixa.

Endividamento

Em 2004, foi registrada melhoria significativa no perfil da dívida das empresas do Grupo Neoenergia, tendo sido equacionado praticamente toda a parcela do endividamento representada por operações de curto prazo. As principais operações envolveram emissões de debêntures da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern, bem como captações externas e de linhas de financiamento de investimento para as três distribuidoras.

Evolução do endividamento consolidado* (R\$ milhões)



*Inclui saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos

Investimentos

Em 2004, o Grupo Neoenergia investiu aproximadamente R\$ 550 milhões. Com isso, acumula investimentos no Nordeste do Brasil distribuídos entre aquisições de empresas em

leilões de privatizações, compras de ações, aumentos de capital em controladas, investimentos em distribuição e geração, desde 1997, da ordem de R\$ 10 bilhões em termos nominais.

Investimentos

(Em R\$ milhões)	1997/2002	2003	2004	Total
Em aquisições de empresas / ações				
Coelba	2.151,9	-	-	2.151,9
Celpe	1.956,2	-	-	1.956,2
Cosern	825,4	-	-	825,4
Outros	26,0	4,4	-	30,4
Total	4.959,5	4,4	-	4.963,8
Realizados pelas empresas de geração (Ativo Permanente)				
Termoaçu	360,9	75,6	20,3	456,8
Termopernambuco	797,2	234,5	58,1	1.089,8
Itapebi	654,9	23,0	0,4	678,3
Total	1.813,1	333,1	78,8	2.225,0
Realizados pelas empresas de distribuição				
Coelba	1.327,3	236,2	279,1	1.842,6
Celpe	435,3	136,3	140,1	711,7
Cosern	283,3	39,1	50,9	373,3
Total	2.046,0	411,6	470,1	2.927,7
Total de investimentos	8.818,5	749,1	548,9	10.116,5

Fonte: Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos e Mapas de Investimentos contidas nas Demonstrações Contábeis Anuais Auditadas.



Empresas Controladas

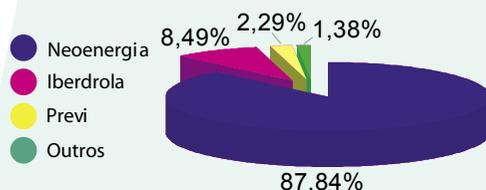
Distribuição

COELBA

Estrutura de Propriedade

A Neoenergia S/A é o acionista controlador da Coelba, com 16.529.952.532 ações, equivalentes a 87,84% do seu capital social, representadas por 9.812.071.773 ações ordinárias com direito a voto, 786.354.145 ações preferenciais classe A, e 5.931.526.614 ações preferenciais classe B. Os acionistas Iberdrola Energia S/A, com 1.599.210.512, e Previ, com 431.219.997 ações, participam com 8,49% e 2,29% do capital social, respectivamente. Outros acionistas minoritários, pessoas físicas e jurídicas, detêm 1,38% do capital social da companhia.

Estrutura de propriedade



► Farol da Barra (BA)



Área de Concessão (563.374 Km²)

▼ Sala de operações Coelba

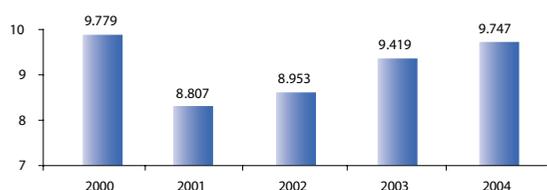
A Coelba tem contrato de concessão para exploração de distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do estado da Bahia (os municípios de Jandaíra e Rio Real pertencem à área de concessão da distribuidora Sulgipe, de Sergipe). A distribuidora também abastece outros dois municípios fora do estado da Bahia: Delmiro Gouveia (AL) e Dianópolis (TO). A Coelba também tem contrato de concessão para exploração do serviço de geração das usinas Presidente Goulart (10 MW) e PCH Alto Fêmeas (8 MW).

Mercado

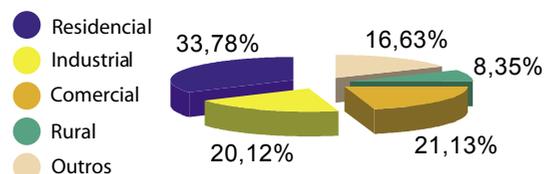
As vendas de energia ao mercado cativo da Coelba, em 2004, cresceram 3,5% em relação ao ano anterior, tendo sido faturado de 9.747 GWh. Acrescentando-se 943 GWh para atendimento ao mercado livre, a energia distribuída pela rede da Coelba superou em 9,3% o montante do ano 2000, período imediatamente anterior ao racionamento.

Como reflexo do aquecimento da atividade econômica e dos investimentos na expansão do sistema elétrico, destacam-se as classes de consumo industrial com 4,8% de crescimento a comercial com 4,6% e a residencial com incremento de 4,2%, em relação a 2003. Por outro lado, houve uma queda de 2,6% no faturamento da classe rural, como consequência da redução do uso da energia para fins de irrigação, em um ano particularmente favorável no volume de chuvas.

Evolução do consumo (GWh)



Participação no mercado por classe (GWh)

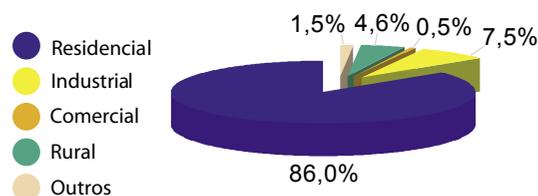


Clientes

Em 2004, o número de clientes apresentou crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior, o que significou um incremento de 157 mil novos clientes. A classe rural contribuiu com um crescimento de 5,4%, fomentado pela implementação do Programa Luz no Campo.

O número de clientes residenciais corresponde a 86,0% do total de clientes (contratos ativos), equivalente a 3.143 mil consumidores.

Participação de clientes por classe



Perdas

O índice de perdas faturadas no ano foi de 14,78%, representando uma redução de 2,4% em relação ao ano anterior. Entre as

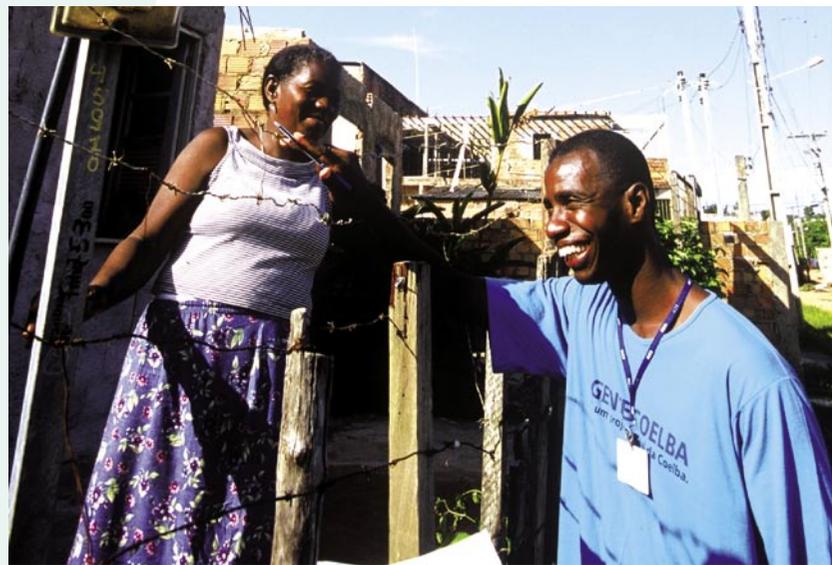
ações para redução das perdas destaca-se a celebração do convênio com o Governo do Estado da Bahia, para criação do grupo especial de repressão aos crimes contra a administração e serviços públicos. Este convênio de cooperação técnica, administrativa e financeira vem possibilitando transformar em ação uma das principais estratégias de redução das perdas, que é a condenação dos infratores do furto de energia elétrica. Com este convênio, as ações de repressão passam a ter maior visibilidade junto a sociedade. Outro ponto relevante relaciona-se com a execução de 82 obras de eletrificação de comunidades carentes, com a instalação de 2.396 postes e regularização de 4.836 ligações clandestinas.

Gestão de Pessoas

No decorrer de 2004, foram implantadas novas ações de Recursos Humanos, destacando-se a descentralização da Gestão de Pessoas, pela qual os executivos passam a gerenciar com autonomia o orçamento do quadro de pessoal, a progressão salarial, o crescimento na carreira e as avaliações de desempenho de sua equipe.

Também foi implantado o Programa de Desenvolvimento de Potenciais de Lide-

rança, com o objetivo de identificar e desenvolver os profissionais da empresa que possuem potencial para ocupar futuras posições estratégicas e de liderança, com base no modelo de Gestão por Competência adotado atualmente na Coelba.



Uma das grandes realizações do ano foi a criação e estruturação da área de Consultoria Interna em RH, implementada em dezembro, tendo como principal objetivo capacitar os líderes de processos neste novo momento de descentralização da Gestão de Pessoas.

Já a Universidade Corporativa, em seu segundo ano de existência, promoveu 872 turmas de cursos de capacitação e desenvolvimento, totalizando 122.117 horas/participações, o que

▼ Agente Coelba (BA)

corresponde a uma média de 43,92 horas/participações por empregado. Foi dada continuidade ao Programa de Bolsa de Estudo para cursos de pós-graduação e de idiomas direcionados aos empregados. Adicionalmente, a empresa firmou convênios com diversos Centros Acadêmicos para a oferta de descontos nas mensalidades.

A Coelba também realizou cursos destinados à formação de terceiros, que foram desenvolvidos nas suas próprias instalações ou através de Convênio firmado com o SENAI. No ano de 2004, registrou-se um total de 45.671 horas/participações em treinamento para terceiros, com 2.343 participações distribuídas em 348 promoções de curso.

Responsabilidade Socioambiental

O programa de responsabilidade social ambiental empresarial da Coelba está inserido na gestão da empresa e tem como base um conjunto de valores que é observado na Missão, Visão, Sistema de Liderança, Políticas de Gestão e Código de Ética da Empresa.

Em 2004, as macroestratégias da Coelba foram: aumentar a eficiência, rentabilizar os ativos, incrementar a receita e melhorar o relacionamento com os clientes. Na

revisão do planejamento (para 2004), esta última macroestratégia ganhou um conceito mais amplo, passando para “Ser Empresa Cidadã”. A grande mudança que ocorreu em 2004 foi tornar responsabilidade social um tema que irá permear todas as decisões e todo o sistema de gestão.



A Coelba conta com uma ampla rede de mecanismos para identificação das necessidades das comunidades. Dentre eles, destacam-se: Projeto Agente Coelba, Programa Jovem Cidadão, Programa Energia Amiga, Projeto Corrente da Vida – SOS Energia, Eventos Coelba ao seu Lado, Apoio a Parceiros Sociais, Fatura de Energia Elétrica em Braille, Patrocínios Culturais e Patrocínio Esportivo.

Partindo do princípio de que acesso à energia é inclusão social, o primeiro passo da integração da responsabilidade social ao sistema de gestão da Coelba foi priorizar programas relativos à universalização de energia, redução de perdas, satisfação de clientes, modernização do sistema elétrico, qualidade no fornecimento de energia e eficiência energética.

Desempenho Econômico-Financeiro

O exercício de 2004 foi especialmente positivo para o setor elétrico, com recuperação do mercado, após o retrocesso provocado pelo racionamento, e a definição do marco regulatório, através do novo modelo do setor, permitindo aos investidores e fornecedores de crédito uma visão mais clara do segmento de distribuição de energia.

A Coelba aproveitou a conjuntura favorável para alongar a sua dívida em condições favoráveis. No início de 2004, apenas 30% da dívida da empresa era de longo prazo. No final do exercício, a dívida líquida total da Coelba era de R\$ 1,4 bilhão, sendo 68% da dívida total da empresa de longo prazo. O alongamento da dívida foi realizado, principalmente, por meio das



seguintes operações: emissões de debêntures, empréstimo sindicalizado no exterior e financiamento de CAPEX junto ao Banco do Nordeste.

Com a conclusão do processo de reestruturação do endividamento, com seus prazos alongados, a Coelba conseguiu resultados históricos, tendo obtido o lucro líquido de R\$ 344 milhões, 108% acima do registrado no ano anterior. O EBITDA apresentou o resultado igualmente significativo de R\$ 652 milhões – ficando R\$ 104 milhões acima do resultado de 2003 –, fruto de um intenso trabalho de controle dos gastos.

▼ Manutenção de rede Coelba

Indicadores Empresariais (Coelba)

Descrições	2000	2001	2002	2003	2004
Indicadores Econômico-Financeiros					
Receita Operacional Bruta (MR\$)	1.558.124	1.887.035	1.935.178	2.397.203	2.925.452
Receita Operacional Líquida (MR\$)	1.171.292	1.516.697	1.443.692	1.781.053	2.065.672
Lucro Líquido (MR\$)	150.712	238.791	122.948	165.742	344.163
EBITDA (MR\$)	407.642	495.177	380.719	547.952	651.787
Lucro por ação (lote de 1000)	8,01	12,69	6,53	8,81	18,29
Valor Patrimonial da Ação (R\$)	79,38	85,47	88,84	89,52	90,13
Patrimônio Líquido (MR\$)	1.493.752	1.608.425	1.671.688	1.684.575	1.696.064
Ativo Total (MR\$)	3.054.428	3.575.691	4.151.712	4.137.830	4.110.225
Investimentos (MR\$)	238.869	306.649	264.700	236.212	279.098
Indicadores Comerciais					
Número de Consumidores	2.908.193	3.127.626	3.285.110	3.495.400	3.652.974
Venda de Energia (MWh)	9.778.602	8.806.996	8.952.715	9.418.634	9.746.524
Indicadores Operacionais					
Perdas de Energia (%)	12,91	15,48	15,58	15,15	14,78
Número de Empregados	2.956	2.872	2.884	2.848	2.772
DEC (horas)	24,91	21,67	17,40	15,96	15,22
FEC (quantidade)	11,68	12,28	12,43	10,90	9,25
TMA (horas)	4,11	3,05	2,05	1,98	2,22
TAT(%)	3,08	2,41	2,13	1,84	1,70
Consumidor por Empregado	984	1.089	1.139	1.227	1.318
Vendas por Empregado (MWh)	3.308	3.067	3.104	3.307	3.516
Vendas por Consumidor (KWh)	3.362	2.816	2.725	2.695	2.668

Identificação da Companhia**Razão Social:**

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba

Tipo de Sociedade: Capital Aberto**CNPJ:** 15.139.629/0001-94**Endereço:** Av. Edgard Santos, 300, Cabula VI - Salvador, Bahia Brasil - CEP 41.186-900**Telefone:** 55 71 3370-5100**Fax:** 55 71 3370-5132**Site na Internet:** www.coelba.com.br**Auditores Externos:** Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**Inscrição Registro de Valores:** CVM nº 1452-4**Capital Integralizado:** R\$ 1.068.297.400,82**Participação da Neoenergia:** 87,84%**Objeto Social:** Estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos.**Conselho de Administração****Presidente:** Renato Sobral Pires Chaves**Vice-Presidente:** Mario José Ruiz-Tagle Larrain**Conselheiros:** Antônio Fernando Guedes de Brito Costa, Luciana Freitas Rodrigues, Pablo Canales Abaitua, Luiz Eduardo Franco de Abreu**Diretor-Presidente:** Moisés Afonso Sales Filho

CELPE

Estrutura de Propriedade

A Neoenergia S/A é o acionista controlador da Celpe, com participação de 63.604.636.275 ações, representando 89,17% do capital total, assim distribuídos: 63.105.541.304 ações ordinárias com direito a voto, que representam 99,56% do capital votante, e 498.789.971 ações preferenciais classes "A" e "B" sem direito a voto, que representam 6,26% do capital não votante.



Área de Concessão (102.745 Km²)

O Contrato de Concessão nº 26/2000 da Aneel regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Celpe em todo o Estado de Pernambuco (186 municípios, incluindo a Ilha de Fernando de Noronha), mais o Município de Pedra do Fogo, no estado da Paraíba, pelo período de 30 anos.

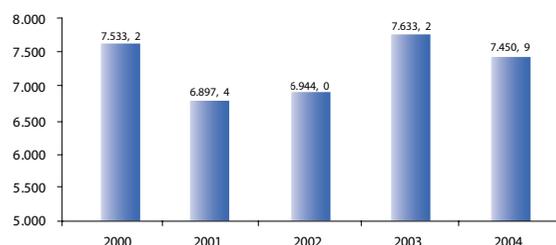


▼ Rio Capibaribe Recife (PE)

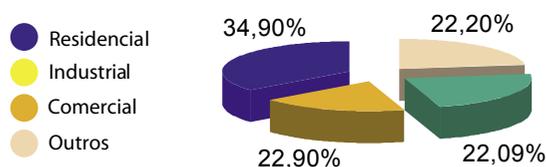
Mercado

O consumo faturado de energia elétrica da Celpe encerrou o ano de 2004 com queda de 2,39% em relação ao ano de 2003, devido, principalmente, à redução de consumo das classes residencial e rural, afetadas diretamente por uma temporada de inverno atípico, que baixou as temperaturas em todo o Estado de Pernambuco. A retração na demanda do setor industrial também pode ser atribuída notadamente à saída de clientes para o ambiente livre. No entanto, o consumo apresentou um crescimento de 1,0% no último quadrimestre de 2004, em relação ao mesmo período de 2003, revertendo a tendência de queda verificada, principalmente, no primeiro semestre de 2004.

Evolução do consumo (GWh)



Participação no mercado por classe (GWh)

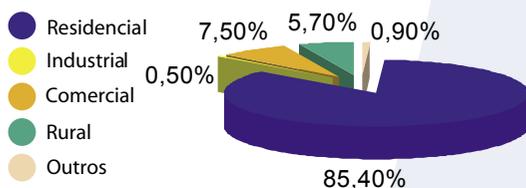


Clientes

A Celpe encerrou o ano de 2004 com 2.557.828 clientes e um incremento em relação ao ano anterior de 3,02%, correspondendo a 75.046 clientes, tendo sido regularizados 27.543 clandestinos.

O número de clientes residenciais corresponde a 85,40% do total de clientes/contratos ativos, equivalente a 2.183.251 consumidores.

Participação de clientes por classe



Perdas

O índice de perdas faturadas no ano foi de 19,35%, representando uma elevação de 1,37 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Os principais aspectos que contribuíram para o incremento do índice foram as dificuldades encontradas na gestão dos clientes cortados e os elevados níveis de auto-religação e reincidência em fraude/furto de energia.

Para reverter essa situação, foi elaborado o Plano de Redução de Perdas para 2005, com foco em ações de melhoria na gestão comercial e do faturamento, inspeções em unidades consumidoras, regularização de clandestinos, alterações de padrões de fornecimento, bloqueio e blindagem de barramentos e balanço de energia. O novo Plano contempla um incremento significativo no volume de ações que serão desenvolvidas a partir de avaliação custo/benefício. As ações serão reforçadas através do Convênio celebrado entre a Celpe e a Secretaria Estadual de Defesa Social, com a finalidade de assegurar à empresa uma maior eficácia nas ações de investigação e punição a fraudadores.

Estão previstas também campanhas publicitárias durante todo o ano, para divulgar

as ações educativas, preventivas e corretivas de combate ao furto de energia.

Gestão de Pessoas

A Celpe mantém um trabalho constante de busca da melhoria da Gestão de Pessoas, aproximando cada vez mais a Empresa de seu quadro funcional. O desenvolvimento profissional, a atualização das tecnologias e a revisão dos processos de trabalho são itens que vêm permitindo uma crescente evolução nos indicadores de eficiência, como é o caso da relação cliente-empregado.

A empresa fechou o ano de 2004 com 1.755 empregados, além de um quadro de estagiários composto por 120 estudantes, visando a proporcionar a complementação da formação escolar em nível técnico e universitário.

Em 2004, a política de desenvolvimento de pessoal da Celpe esteve alinhada às estratégias corporativas, visando a investir nas competências técnicas e comportamentais necessárias ao atendimento das exigências atuais, e aos desafios futuros da organização.

A empresa adotou uma estratégia de capacitação e desenvolvimento das pessoas, que incluiu desde a qualificação técnica

de eletricitistas, até cursos de pós-graduação para executivos envolvidos em projetos especiais. Na área de saúde e segurança no trabalho, a empresa promove junto aos seus empregados, prestadores de serviço e outros parceiros uma política que transcende a legislação vigente, com a adoção de medidas preventivas, educativas, de controle de riscos, que visam à construção de uma cultura prevencionista. Em 2004, a empresa implementou programas de melhoria da qualidade de vida dos empregados, realizando ações como Ginástica Laboral, Campanha de Vacinação Contra a Gripe, Gestão da Economia Familiar, Caminhada de Prevenção e da Solidariedade, Prevenção ao Tabagismo, entre outros.

Auditoria ambiental
▲ Celpe





▼ Projeto
Pró-criança
Celpe

Responsabilidade Socioambiental

A empresa pôde comemorar também em 2004 um crescimento expressivo na imagem corporativa, ampliando ainda mais um dos ativos mais fortes da Companhia. Foi a 4ª Melhor Empresa em Responsabilidade Social no *ranking* da ABRADÉE, pela terceira vez consecutiva Prêmio de Melhor Publicação do Balanço Social Norte e Nordeste pelo Instituto Ethos, Melhor Empresa do Nordeste pela pesquisa IBGE, sendo a 7ª Melhor de Distribuição de Energia Elétrica do Brasil nessa mesma pesquisa. Pelo segundo ano consecutivo, recebeu o Prêmio de Melhor Evolução de Desempenho do Brasil e do Nordeste da revista Eletricidade Moderna,

e também o de Destaque da Região Nordeste no Guia da Boa Cidadania Corporativa da Revista Exame.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) fechou o ano de 2004 com lucro líquido de R\$ 76,7 milhões, resultado 21,75% inferior ao lucro de R\$ 97,9 milhões obtido em 2003. O desempenho da empresa deveu-se a fatores negativos, como o aumento das perdas de 17,8% em 2003, para 19,4% em 2004, decorrente principalmente da auto-religação dos clientes cortados por débito e reincidência em fraude de energia. Além disso, a Celpe também foi afetada em seu mercado pelos altos índices pluviométricos ocorridos no primeiro semestre do ano - 41% acima dos verificados no ano anterior, com 119 municípios em calamidade pública ou de emergência - que resultaram na elevação dos indicadores operacionais de desempenho. Apesar desses fatores, a empresa registrou em 2004 aumento de 6,08% no seu EBTIDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), que ficou em R\$ 265,3 milhões no fim do período.

Indicadores Empresariais (Celpe)

	2000	2001	2002	2003	2004
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	1.011.987	1.265.664	1.304.281	1.650.241	2.092.859
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	820.782	1.002.675	959.843	1.185.491	1.397.925
Lucro Líquido (R\$ mil)	(50.397)	135.627	12.883	97.882	76.687
EBITDA (LAJIDA) (R\$ mil)	169.161	256.844	160.283	250.054	265.304
Lucro Líquido por Ação (R\$ lote de mil ações)	(0,70)	1,90	0,18	1,37	1,08
Valor Patrimonial por Ação (R\$ lote de mil ações)	8,07	15,11	15,30	15,37	16,18
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	575.853	1.077.777	1.091.393	1.096.287	1.154.166
Ativo Total (R\$ mil)	1.147.614	2.160.807	2.726.459	2.620.422	2.860.542
Margem EBITDA (%)	20,61%	25,62%	16,70%	21,09%	18,98%
Margem Operacional (%)	14,68%	20,26%	10,21%	15,19%	13,41%
Margem Líquida (%)	(6,14%)	13,53%	1,34%	8,26%	5,49%
Nº de Clientes (Contratos Ativos)	1.999.677	2.121.276	2.200.421	2.482.782	2.557.828
Nº de Empregados	2.152	1.913	1.846	1.771	1.755
Nº de Clientes por Empregado	929	1.109	1.192	1.402	1.457
Energia Vendida (GWh)	7.533,16	6.897,39	6.993,96	7.633,17	7.450,91
Vendas por Clientes (MWh)	3,77	3,25	3,18	3,07	2,91
Vendas por Empregado (GWh)	3,50	3,61	3,79	4,31	4,25
Perdas de Energia (%)	18,88	17,71	19,49	17,98	19,35
DEC – Duração Equivalente de					
Interrupção p/ Consumidor (s/Chest)	16,31	14,73	15,54	12,65	15,42
FEC – Frequência Equivalente de					
Interrupção p/ Consumidor (s/Chest)	15,32	12,19	11,73	7,99	8,30

Identificação da Companhia**Razão Social:**

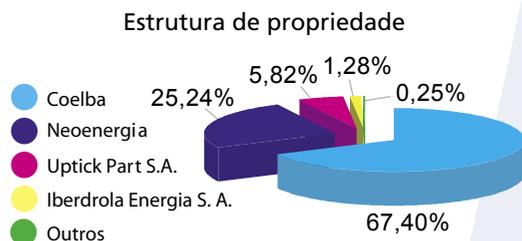
Companhia Energética de Pernambuco - Celpe

Tipo de Sociedade: Capital Aberto**CNPJ:** 10.835.932/0001-08**Endereço:** Av. João de Barros, 111 - Boa Vista - Recife - PE
CEP 52.050-902**Telefone:** 55 81 3217-5100**Fax:** 55 81 3421-1257**Site na Internet:** www.celpe.com.br**Auditores Externos:** Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**Inscrição Registro de Valores:** CVM nº 01.436-2**Capital Integralizado:** R\$ 372.616.418,18**Participação da Neoenergia:** 89,17%**Objeto Social:** Estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia elétrica.**Conselho de Administração****Presidente:** Renato Sobral Pires Chaves**Vice-Presidente:** Mario José Ruiz-Tagle Larrain**Conselheiros:** Luciana Freitas Rodrigues, Luiz Eduardo Franco de Abreu, Pablo Canales Abaitua**Diretor-Presidente:** Roberto Manoel Guedes Alcoforado

COSERN

Estrutura de Propriedade

A Neoenergia S/A participa diretamente do capital da Cosern com 42.426.637 ações, representando 25,24% do capital total, e através da Coelba, que detém 113.285.329 ações, equivalentes a 67,4% do capital da qual é acionista controlador. O restante do capital da empresa tem a participação da Uptick Participações S.A com 5,82%, a Iberdrola Energia S/A, com 1,28%, e outros com 0,25%.



Área de Concessão (53.307 Km²)

A área de concessão de distribuição de energia elétrica da Cosern compreende todos os 168 municípios do estado do Rio Grande do Norte.

Mercado

A energia injetada no sistema elétrico da Cosern atingiu a marca anual de 3.647.186 MWh representando um crescimento de

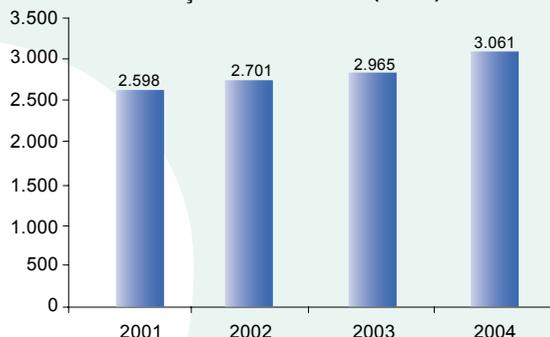


▼ Av. Getúlio Vargas (RN)

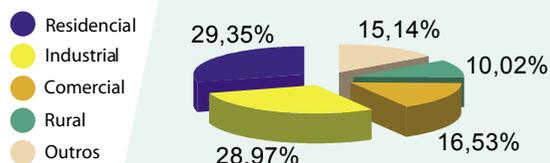
6,20%. Ao mesmo tempo, o montante de energia entregue a consumidores livres e cativos foi equivalente a 3.193.135 MWh, representando um crescimento de 6,06% em relação ao ano anterior. A diferença entre esses dois volumes de energia resultou numa perda total no processo de distribuição, verificada em 2004, de 12,45%.

No atendimento ao mercado cativo, as compras de energia em 2004 na Cosern atingiram a marca de 3.514.623 MWh, representando um crescimento de 3,73% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas registraram a marca de 3.060.572 MWh faturados, representando o crescimento de 3,24%.

Evolução do consumo (GWh)



Participação no mercado por classe (GWh)

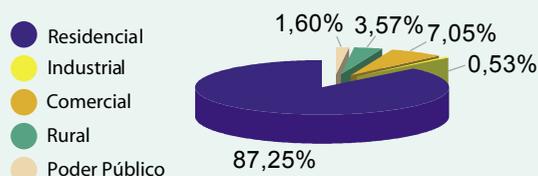


Clientes

A Cosern encerrou o ano de 2004 com 837.729 contratos de fornecimento de energia elétrica e um incremento, em relação ao ano anterior, de 4,18%, correspondendo a 33.624 clientes.

O número de clientes residenciais corresponde a 87,25% do total de clientes (contratos ativos), equivalente a 730.901 consumidores.

Participação de clientes por classe



Perdas

Em 2004, o índice de perda foi de 12,45%, correspondendo a 454.051 MWh. Este índice representa uma redução de 0,5 pontos percentuais em relação ao valor obtido em 2003.

Em 2004, a Cosern recuperou 11.988 MWh. Foram instaladas 328 medições em circuitos de iluminação pública. Merecem destaque as inspeções de 1.755 consumidores do Grupo A e a regularização de 2.433 ligações em áreas de "gambiarra". Foram inspecionadas 64.858 unidades consumidoras do Grupo B, sendo 25.508 por turmas próprias e 39.350 através de turmas contratadas (pré-inspeção), reafirmando que a manutenção de uma relação de parceria e confiança mútua com os prestadores de serviço pode contribuir para a redução das perdas elétricas.

Gestão de Pessoas

Em 31 dezembro de 2004, a Cosern tinha 651 colaboradores, sendo 11% executivos, 22,88% administrativos e 56,37% técnicos e operacionais. Há 498 empregados do sexo masculino e 153 do sexo feminino. Para a Cosern realizar sua missão, é necessário contar com uma equipe humana qualificada, capaz de executar seu trabalho com eficiência,



▼ Termovisor
Cosern

satisfazendo as necessidades dos clientes e atendendo aos anseios da Empresa. Diante disso, a Cosern desenvolve um programa de treinamento em consonância com os objetivos corporativos, considerando as metas e planos de ação de cada área, em busca de maior competitividade e dando oportunidade ao empregado de desenvolver-se. Como resultado, obteve-se uma crescente evolução nos indicadores de eficiência, a exemplo da relação cliente-empregado.

Responsabilidade Socioambiental

A Cosern vem colaborando com o desenvolvimento social e cultural do Estado do Rio Grande do Norte, através de patrocínios e apoios, permeando também todas as suas atividades com a

preservação do meio ambiente. A Cosern patrocinou 13 projetos no ano de 2004, tendo sido a empresa do Estado do Rio Grande do Norte que mais investiu em cultura neste ano.

Os vários patrocínios culturais foram viabilizados através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura Câmara Cascudo e Lei Federal Rouanet. Ao todo, foram investidos R\$ 1,4 milhão nos 13 projetos, onde 20% deste valor foi financiado pela Empresa, e 80% foi referente à renúncia fiscal. Todos os projetos foram analisados de acordo com o perfil da Companhia e com a definição de suas estratégias, orientadas à melhoria da imagem, e com o compromisso cultural assumido pela Cosern com os clientes e a sociedade.

Desempenho Econômico-Financeiro

No exercício de 2004 a Cosern obteve um lucro líquido de R\$ 112,9 milhões, número 95,2% superior ao apresentado em 2003, que foi resultado de ações bem sucedidas pela empresa para a superação de desafios nas áreas comercial, operacional e financeira.

A arrecadação apresentou melhora significativa quando comparada a 2003, sendo a relação arrecadação versus faturamento igual a 97,3% em 2004, 90,6% em 2003.

Indicadores Empresariais (Cosern)

	2000	2001	2002	2003	2004
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	448.916	564.090	554.245	609.925	748.048
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	361.135	475.270	439.538	467.557	543.717
Lucro Líquido (R\$ mil)	70.840	102.932	30.705	57.825	112.873
LAJIDA* (EBITDA)**(R\$ mil)	140.733	170.489	98.213	127.145	205.483
Lucro Líquido por Ação (R\$)	0,42	0,61	0,18	0,34	0,67
Valor Patrimonial por Ação (R\$)	2,41	2,80	2,95	2,98	2,53
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	405.652	470.053	496.013	501.009	425.678
Ativo Total (R\$ mil)	797.752	1.062.168	1.319.098	1.232.706	1.158.883
Margem do EBITDA (%)	38,97	35,87	22,34	27,19	37,79
Margem Operacional (%)	32,60	30,15	15,56	20,31	31,45
Margem Líquida (%)	19,62	21,66	6,99	12,37	20,76
Nº de Consumidores	688.303	744.950	772.686	804.105	837.729
Nº de Empregados	597	618	619	633	651
Nº de Consumidores por Empregado	1.153	1.205	1.248	1.270	1.287
Energia Vendida (GWh)***	2.775	2.598	3.366	2.994	3.269
Vendas por clientes (MWh)	4,03	3,49	4,36	3,72	3,90
Vendas por Empregado (MWh)	4.639	4.204	5.437	4.731	5.022
Perdas de Energia (%)	12,82	12,82	14,16	12,33	12,45
DEC (horas de interrupção)	14,29	10,85	11,51	10,63	12,40
FEC (nº de interrupções)	11,83	11,01	10,53	8,50	9,40

*LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação, amortização

**EBITDA - Earnings before interest tax depreciation and amortization

***Inclui CCEE e Contratos Bilaterais

Identificação da Companhia**Razão Social:**

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern

Tipo de Sociedade: Capital Aberto

CNPJ: 08.324.196/0001-81

Endereço: Rua Mermoz, 150, Cidade Alta - Natal - RN - CEP 59.025-250

Telefone: 55 84 215-6100

Fax: 55 84 215-6439

Site na Internet: www.cosern.com.br

Auditores Externos: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Inscrição Registro de Valores: CVM nº 01.813-9

Capital Integralizado: R\$ 140.413.333,25

Participação da Neoenergia: 84,44% (direta e indireta)

Objeto Social: Explorar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviço correlatos.

Conselho de Administração

Presidente: Renato Sobral Pires Chaves

Vice-Presidente: Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Conselheiros: Clayton Ferraz de Paiva, Luciana Freitas Rodrigues, Luiz Eduardo Franco de Abreu, Pablo Canales Abaitua, Pedro Damásio da Costa Neto

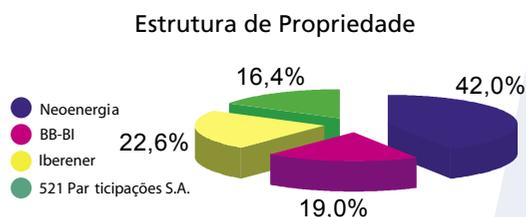
Diretor-Presidente: José Roberto Bezerra de Medeiros

Geração

ITAPEBI

Estrutura de Propriedade

O capital social da Usina Hidroelétrica de Itapebi, em 31 de dezembro de 2004, era de R\$ 150.000.000,00, dividido em 150.000.000 ações ordinárias nominativas. A Neoenergia detém 42% do capital votante, com 63.000.000 ações; a Iberdrola Energia S/A detém 22,6%, com 33.900.000; o BB – Banco de Investimento S/A possui 19%, com 28.500.000 ações; e a 521 Participações S/A possui 24.600.000 ações, detendo 16,4% de participação.



Contexto Operacional

Constituída em janeiro de 1999, Itapebi é uma empresa do Grupo Neoenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a usina hidrelétrica de Itapebi, com investimentos na ordem de R\$ 550 milhões, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em 28 de



maio de 1999, com validade de 35 anos.

A Companhia iniciou as operações com o acionamento de sua 1ª turbina em fevereiro de 2003, o acionamento da 2ª turbina em março seguinte e a 3ª em junho, quando a usina passou a operar com o total de sua capacidade instalada, que é de 450 MW. A potência assegurada do aproveitamento hidrelétrico é de 419 MW. A Companhia possui contrato de fornecimento de volumes anuais de energia de 1.721.340 MW/h até o exercício de 2017 para a Coelba.

Desempenho Operacional

O ano de 2004 consolidou a operação da Usina Hidroelétrica de Itapebi na sua área de

atuação, suprimindo cerca de 15% da energia consumida no Estado da Bahia. A geração somou um total de 1.569.943,86 MWh, que representa 91% da energia assegurada. A usina teve 12.312 horas de operação, resultando em uma taxa de utilização de 46,7% e produção de 121,83 MWh médios. A geração abaixo da média deveu-se às vazões abaixo da média histórica na bacia do Rio Jequitinhonha, principalmente nos três últimos meses do ano de 2004.

► Vista aérea UHE Itapebi (BA)

Responsabilidade Socioambiental

Como produtora de energia elétrica de origem hidráulica, com interferência no meio físico e sócio-econômico, Itapebi desenvolve ações socioambientais desde o início das obras de construção da usina, em 1999, por meio de dezesseis projetos abrangentes

do aspectos mitigadores compensatórios e de caráter social nos municípios de Itapebi, Itagimirim e Itarantim. As ações são implementadas nas áreas de educação ambiental e saúde pública, entre outras.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2004, a Itapebi obteve um faturamento bruto anual gerado pela venda de energia de R\$ 258 milhões, e um lucro bruto de R\$ 187 milhões, impactado pelos custos de operação e pelos encargos da atividade de geração de energia, gerando um EBITDA de R\$ 181 milhões. O resultado operacional de R\$ 66 milhões foi afetado pelo resultado financeiro líquido negativo de R\$ 92 milhões. O lucro líquido de exercício foi de R\$ 60 milhões, tendo sido declarados dividendos de R\$ 57 milhões.

Identificação da Companhia

Razão Social:

Itapebi Geração de Energia S/A

Tipo de Sociedade: Capital Aberto

CNPJ: 02.397.080/0001-96

Endereço: Av. Edgard Santos, 300 Bloco A4 1º andar Narandiba - Salvador BA CEP 41.186-900

Telefone: 55 71 3370-5367/5647

Fax: 55 71 3370-5424

Auditores Externos: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Inscrição Registro de Valores: CVM nº 019.36-4

Capital Integralizado: R\$ 150.000.000,00

Participação da Neoenergia: 42%

Objeto Social: Estudar, projetar, construir e explorar o aproveitamento hidroelétrico de Itapebi.

Conselho de Administração

Presidente: Renato Sobral Pires Chaves

Vice-Presidente: Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Conselheiro: Luiz Eduardo Franco de Abreu

Diretor-Presidente: Carlos Mulas Orosa

TERMOPERNAMBUCO

Estrutura de Propriedade

A Termopernambuco S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, 100% controlada pela Neoenergia, que opera a usina termoeétrica Termopernambuco.

Contexto Operacional

Em 2000, tendo sido vencedora do leilão de privatização da Companhia Energética de Pernambuco – Celpe, a *holding* Neoenergia (então denominada Guaraniã) assumiu o compromisso de viabilizar a construção de uma usina termoeétrica no Estado de Pernambuco. A usina foi construída a partir de 2001, como parte do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT) do Governo Fe-

deral. Foram destinados cerca de US\$ 400 milhões na construção do empreendimento, localizado no município de Ipojuca, no Complexo Industrial e Portuário de Suape - PE. O projeto tem financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A central geradora utiliza o gás natural como combustível, possuindo três turbinas em sistema de ciclo combinado, sendo duas movidas a gás e uma a vapor. A usina tem potência instalada de 520 MW, com possibilidade de ampliação para 1.064 MW.

UTE Termo-
pernambuco

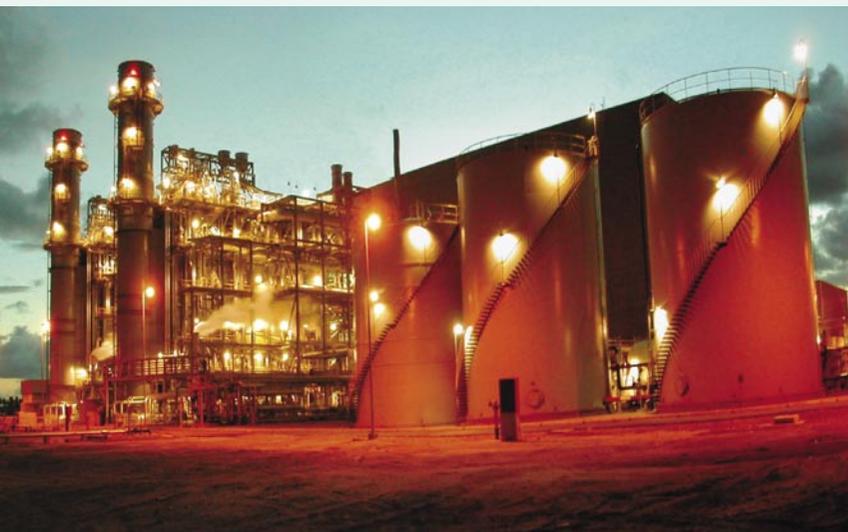
▲ UTE Termo-
pernambuco



Desempenho Operacional

A Termopernambuco iniciou suas atividades operacionais em 15 de maio de 2004, conforme aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), passando a integrar o Sistema Nacional Interligado (SIN). Os serviços de operação e manutenção da usina são prestados pelas empresas Iberdrola Generación, da Espanha, e Iberdrola Energia S/A

Em seu primeiro ano de operação, a Termopernambuco atendeu contratos de



fornecimento de energia elétrica para duas distribuidoras do Grupo Neoenergia: Celpe, no montante de 390 MW médios, e Coelba, no montante de 65 MWh.

Responsabilidade Socioambiental

Em seu primeiro ano de funcionamento, a Termopernambuco firmou convênio com a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e com o Complexo Industrial e

Portuário de Suape, no valor de R\$ 4 milhões, a serem desembolsados em cinco anos, para monitoramento das Matas de Zumbi, Gurjaú e Duas Lagoas. O convênio atende ao cumprimento da obrigação legal de compensação ambiental pelos impactos causados a ecossistemas naturais com a implantação da usina. Em 2004, foram desembolsados R\$ 443,2 mil para o projeto.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2004, a Termopernambuco obteve lucro líquido de R\$ 76 milhões e um faturamento bruto anual gerado pela venda de energia de R\$ 355 milhões. O lucro bruto de R\$ 183 milhões foi impactado pelos custos de operação e pelos encargos da atividade de geração de energia, gerando um EBITDA de R\$ 151 milhões. A Companhia declarou dividendos de R\$ 73 milhões.

Identificação da Companhia

Razão Social:

Termopernambuco S/A

Tipo de Sociedade: Capital Fechado

CNPJ: 003.795.050/0001- 09

Endereço: Av. Portuária s/nº Complexo Portuário de Suape Ipojuca - PE - CEP 55.590-972

Telefone: 55 81 3527-6500

Fax: 55 81 3527-6565

Auditores Externos: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Capital Integralizado: R\$ 289.570.319,00

Participação da Neoenergia: 100%

Objeto Social: Projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Conselho de Administração

Presidente: Renato Sobral Pires Chaves

Vice-Presidente: Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Conselheiro: Luiz Eduardo Franco de Abreu

Diretor-Presidente: Carlos Mulas Orosa

Comercialização

NC ENERGIA

Estrutura de Propriedade

A Neoenergia controla 100% do capital social da NC Energia.

Contexto Operacional

A NC Energia S/A (atual denominação da Guarani Comércio e Serviços S/A) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife (PE) e filial no Rio de Janeiro (RJ). A empresa tem por objeto social a comercialização de energia e gás, sendo concebida para operar na Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, substituta do Mercado Atacadista de Energia – MAE e junto aos clientes livres, auto-produtores e co-geradores de energia.

A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica

(Aneel) em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em consonância com a reestruturação promovida no Grupo Neoenergia, a NC Energia promoveu, em 2004, uma vigorosa ampliação da sua carteira de clientes livres, elevando as vendas de 85 MW médios para 145 MW médios e dobrando o número de clientes atendidos. O resultado da empresa no ano foi um lucro de R\$ 24,9 milhões.

Para obter recursos energéticos necessários à expansão de suas operações, a NC Energia realizou no ano passado sete leilões de energia, adquirindo cerca de 90 MW médios em contratos de curto e longo prazo.

Identificação da Companhia

Razão Social: NC Energia S/A

Tipo de Sociedade: Capital Fechado

CNPJ: 04.023.261/0001-88

Endereço: Av. João Fernandes Vieira, 111/802 Recife PE CEP 50050-902

Telefone: 55 81 3217-5102

Fax: 55 81 3217-5372

Auditores Externos: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Capital Integralizado: R\$ 13.600.000,00

Participação da Neoenergia: 100%

Objeto Social: Comercialização de energia e gás.

Conselho de Administração

Presidente: Renato Sobral Pires Chaves

Vice-Presidente: Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Conselheiro: Luiz Eduardo Franco de Abreu

Diretor-Presidente: Paulo César Fernandes da Cunha

Estratégias e Objetivos para 2005

Para o ano de 2005, o Grupo Neoenergia reafirmará seu compromisso de atender a todos os seus clientes com serviços de qualidade, com os menores preços possíveis e justa remuneração aos seus acionistas. As principais metas do ano serão a obtenção do reconhecimento pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) das bases de remuneração definitivas nas tarifas da Coelba e da Cosern, bem como a primeira revisão tarifária ordinária da Celpe. Também estão programados os processos de desverticalização na Coelba das suas atividades de geração, transmissão e sua participação na Cosern.

Em 2005 também será concluída a reestruturação financeira do Grupo, iniciada em janeiro de 2004, tornando-o apto a consolidar as bases para o seu crescimento, principalmente por meio da avaliação das oportunidades de investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.



▼ Rio Potengi (RN)

Relatório Anual 2004 Grupo Neoenergia

Neoenergia S/A

Praia do Flamengo, 78 / 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22210-030 - Telefone: 55 21 3235-9800 - Fax: 55 21 3235-9884
www.neoenergia.com

Créditos

Coordenação Editorial

Assessoria de Comunicação Institucional da Neoenergia

Edição, Editoração e Produção Gráfica

Cajá - Agência de Comunicação

Projeto Gráfico

Publikimagem Comunicação

Fotos

Aristides Alves

(págs.: 2, 8, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 34, 35, 37, 38 e 39)

Argemiro Lima

(págs.: 9, 13, 23, 29, 46, 48 e 55)

Nilton Souza

(págs.: 6 e 50)

Thomas Boccaro

(págs.: 11, 28 e 30)

Acê Filmes

(págs.: 26, 41, 43 e 44)

Gilberto Marcelino

(págs.: 12 e 52)

Carlos Dubeux

(pág.: 53)

Arquivo Termopernambuco

(pág.: 25)

Impressão

Grafitto Gráfica e Editora

Tiragem

500 exemplares



www.neoenergia.com



neoenergia

Informações Legais

Demonstrações Contábeis referentes
aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003
e parecer dos Auditores Independentes

Relatório Anual 2004

Índice

Parecer do Conselho Fiscal e Parecer dos Auditores Independentes	1
Bal	2
Demonstrações dos Resultados	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos	3
Demonstrações do Valor Adicionado	
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	4
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	5
Membros da Administração.....	25

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Neoenergia S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, compreendendo: o Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, de Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, Demonstrações do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Balanços Sociais.

Com fundamento nas análises realizadas e no Parecer dos Auditores Independentes, opina este Conselho no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2005

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da NEOENERGIA S.A. - Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da NEOENERGIA S.A. (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2004 e 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NEOENERGIA S.A. (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, em 16 de abril de 2003, a ANEEL fixou, em caráter provisório, os reposicionamentos tarifários das controladas COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA e COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN resultando em aumento de 31,49% e 11,49%, respectivamente, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 22 de abril de 2003. Em 20 de abril de 2004, a ANEEL alterou esses percentuais, ainda em caráter provisório, para 31,28% e 14,54% respectivamente. Essa alteração resultou na redução de receita na Coelba no montante de R\$ 12.373 mil e uma receita na COSERN no montante de R\$ 13.209 mil. O montante registrado na COSERN, cujo saldo em 31 de dezembro de 2004 foi de R\$ 3.651 mil, foi registrado no ativo circulante e está sendo realizado pela inclusão nas contas de energia no período de 22 de abril de 2004 a 21 de abril de 2005. Os citados reposicionamentos tarifários continuam em processo de validação e homologação definitiva pela ANEEL. As demonstrações contábeis, de 31 de dezembro de 2004, não contemplam outros ajustes que poderão resultar do reposicionamento tarifário definitivo.

Os assuntos regulatórios que impactam as demonstrações contábeis estão descritos nas notas explicativas nº 7 (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE), nº 9 (Acordo Geral do setor elétrico), nº 11 (Ativo regulatório energia comprada) e nº 18 (Ativo regulatório PIS e COFINS).

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, os acionistas da controlada Termoauçu S.A. firmaram, em 16 de setembro de 2004, o termo de compromisso que regulará as premissas e condições gerais que permitirão a retomada do projeto. Como consequência, a Administração da NEOENERGIA S.A., procedeu os ajustes nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2004, visando refletir as condições previstas no referido termo, considerando os valores originais de investimento do projeto.

6. Adicionalmente, examinamos as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) da NEOENERGIA S.A., correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 aplicando os mesmos procedimentos descritos no parágrafo 2. Essas demonstrações, não são requeridas como parte das demonstrações contábeis básicas e foram elaboradas para permitir análises adicionais. Em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis básicas tomadas em conjunto.

Salvador, 17 de janeiro de 2005

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC – nº 2SP 011.609/O-8-F “RJ”

José Othon Tavares de Almeida

Sócio - CRC – BA nº 013.212/O-8-S - “RJ”

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Levantados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003
(R\$ MIL)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
CIRCULANTE				
Número disponível	1.290	280	63.644	43.461
Aplicações no mercado aberto	578	8.121	38.609	43.075
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	969.780	931.369
Títulos a receber	112	-	85.514	130.342
Recomposição tarifária do racionamento	-	-	203.646	148.925
Energia livre – racionamento	-	-	63.401	53.258
Bônus do racionamento (líquido de acréscimo à tarifa)	-	-	15.019	15.012
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	-	-	161.612	52.631
Gastos incrementais com racionamento a recuperar	-	-	2.984	13.725
Reposicionamento Tarifário	-	-	64.164	35.824
Rendas a receber	-	-	435	428
Repasso de empréstimos e financiamentos	-	-	2.846	8.250
(-) Provisão para crédito de cobrança duvidosa	-	-	(82.380)	(101.769)
Serviços em curso	-	-	30.786	32.660
Títulos e valores mobiliários	-	-	4.476	7.090
Depósitos judiciais	4	-	3.939	3.464
Tributos e contribuições sociais a compensar	20.337	3.463	115.978	135.088
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	83.017	22.809
Benefício fiscal – ágio incorporado controladora	-	-	54.182	53.833
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	159.153	270.981	-	-
Despesas pagas antecipadamente	4.879	-	20.492	8.280
Estoque	-	-	7.816	9.776
Outros créditos	2.507	1.140	86.958	68.993
Total do circulante	188.860	283.985	1.996.919	1.716.524
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	100.760	82.425
Títulos a receber	-	-	299.538	154.295
Recomposição tarifária do racionamento	-	-	345.673	477.635
Energia livre – racionamento	-	-	180.101	203.037
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	-	-	263.282	125.110
Repasso de empréstimos e financiamentos	-	-	1.869	2.531
Depósitos judiciais	450	-	45.851	34.505
Fundos Vinculados	-	-	30.433	21.842
Controladas, controladas em conjunto e empresas ligadas	266.148	153.778	-	85
Tributos e contribuições sociais a compensar	19.386	50.577	104.844	124.272
Títulos e valores mobiliários	-	-	17.693	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	362.941	463.795
Benefício fiscal – ágio incorporado controladora	-	-	862.239	916.422
Bens destinados a alienação	-	-	4.259	5.061
Despesas pagas antecipadas	-	-	164.812	22.234
Outros créditos	15	-	24.343	16.084
Total do realizável a longo prazo	285.998	204.355	2.808.637	2.649.393
PERMANENTE				
Investimentos				
Controladas e controladas em conjunto	4.902.452	4.864.095	-	-
Outros	-	33	7.918	8.678
Total	4.902.452	4.864.128	7.918	8.678
Imobilizado – líquido	1.013	704	4.742.588	4.551.277
Diferido – líquido	45.537	28.649	2.046.055	2.180.134
Total do permanente	4.949.002	4.893.481	6.796.560	6.740.089
TOTAL	5.423.860	5.381.821	11.602.116	11.106.006

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
CIRCULANTE				
Fornecedores	613	490	458.258	457.077
Energia livre – racionamento	-	-	70.718	50.154
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	-	-	1.416	29.591
Folha de pagamento	-	47	12.006	13.491
Encargos de dívidas	-	10.244	55.076	65.378
Empréstimos e financiamentos	-	360.335	333.519	2.341.522
Debêntures e encargos	3.416	-	95.480	6.589
Taxas regulamentares	-	-	78.710	61.364
Entidades de previdência privada	-	-	13.473	16.079
Tributos e contribuições sociais	13.256	5.340	178.486	143.365
Tributos e contribuições diferidos	-	-	124.124	91.582
Programa Recuperação Fiscal – REFIS e outros parcelamentos	-	-	4.309	15.528
Dividendos e juros sobre o capital próprio	74.035	34.746	121.752	74.623
Cauções em garantia	-	-	26.231	-
Obrigações estimadas	-	-	25.050	32.215
Provisão para contingências	-	-	38.512	37.382
Controladas, controladas em conjunto e empresas ligadas	5	227.377	30.309	31.028
Adiantamentos recebidos	6	-	13.241	14.504
Consumidores devolução baixa renda	-	-	7.643	4.978
Outras contas a pagar	527	126	77.891	83.705
Total do circulante	91.858	638.705	1.766.205	3.570.155
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.388.368	1.441.263
Debêntures e encargos	316.733	-	1.271.516	203.543
Energia livre – racionamento	-	-	163.933	196.074
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	-	-	3.970	4.019
Taxas regulares	-	-	11.411	-
Entidade de previdência privada	-	-	133.573	129.928
Tributos e contribuições sociais	-	-	554	28.921
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	252.131	203.151
Programa Recuperação Fiscal – REFIS e outros parcelamentos	-	-	5.240	8.961
Provisão para contingências	-	-	142.589	130.883
Controladas, controladas em conjunto e empresas ligadas	47.059	-	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	-	9.784	10.147
Outras contas a pagar	-	-	14.580	12.373
Total do exigível a longo prazo	363.792	-	4.397.614	2.369.263
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS				
	-	-	470.087	423.472
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital	2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucros	226.897	1.803	226.897	1.803
Total do patrimônio líquido	4.968.210	4.743.116	4.968.210	4.743.116
TOTAL	5.423.860	5.381.821	11.602.116	11.106.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

(R\$ MIL)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Fornecimento de energia elétrica	-	-	5.204.126	4.462.405
Suprimento de energia elétrica – CCEE	-	-	174.837	49.846
Disponibilização do sistema transmissão e distribuição	-	-	94.184	44.506
Subvenção à baixa-renda (tarifa social)	-	-	271.675	217.832
Reversão da recomposição tarifária do racionamento	-	-	(148.420)	(127.177)
Reversão de energia livre racionamento	-	-	(58.307)	(40.035)
Reposicionamento tarifário	-	-	16.950	35.824
Receita de ativo regulatório	-	-	139.552	-
Encargo – CBEE	-	-	124.545	-
Outras receitas operacionais	-	-	84.669	73.776
RECEITA OPERACIONAL	-	-	5.903.811	4.716.977
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
Tributos e contribuições sociais	-	-	(1.564.383)	(1.044.238)
Quotas para reserva global de reversão – RGR e encargos capacidade emergencial – ECE	-	-	(257.550)	(195.870)
Deduções da receita operacional	-	-	(1.821.933)	(1.240.108)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	4.081.878	3.476.869
DESPESAS OPERACIONAIS				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(1.123.103)	(1.182.231)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	(353.887)	(250.949)
Energia livre racionamento	-	-	(170)	-
Taxa fiscalização	-	-	(10.975)	(7.658)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	-	-	(28.045)	(13.495)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	-	(148.154)	(110.914)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(106.745)	(3.644)
Pessoal	(5.415)	(4.651)	(315.124)	(269.445)
Material	(74)	(100)	(32.656)	(37.614)
Serviços de terceiros	(2.963)	(3.609)	(308.456)	(237.794)
Depreciação e amortização	(115)	(104)	(338.507)	(269.586)
Provisões operacionais (líquidas de reversões)	-	-	10.014	(107.962)
Tributos	(347)	(4.830)	(28.344)	(34.664)
Outras despesas operacionais	(2.552)	(1.412)	(171.725)	(166.820)
Total	(11.467)	(14.706)	(2.955.877)	(2.692.777)
RESULTADO DO SERVIÇO	(11.467)	(14.706)	1.126.000	784.092
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS				
Equivalência patrimonial	474.030	244.414	-	(4.739)
Varição cambial – Garter	-	-	-	(1.150)
(-) Provisão para desval. investimento	(10.000)	(31.738)	(10.000)	(31.738)
Amortização de ágio – líquida	(93.049)	(96.617)	(105.030)	(110.388)
Total	370.981	116.059	(115.030)	(148.015)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Renda de aplicações financeiras, variação monetária e acréscimo moratório	25.020	19.613	103.904	117.929
Varição cambial e monetária (líquida)	(9.629)	88.471	99.061	716.010
Resultado de swap	(16.504)	(106.267)	(199.157)	(725.894)
Encargos de dívidas	(14.131)	(46.383)	(541.743)	(491.722)
Outras receitas (despesas) financeiras	(37.955)	(7.722)	138.130	(80.745)
Total	(53.199)	(52.288)	(399.804)	(464.422)
Juros sobre capital próprio a (pagar) receber	(49.000)	106.524	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	257.316	155.589	611.166	171.655
Resultado não operacional	(1.161)	885	3.284	(621)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	256.155	156.474	614.450	171.034
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(311)	-	(85.550)	(30.120)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	-	-	(129.277)	(53.206)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	255.844	156.474	399.623	87.708
MINORITÁRIAS E REVERSÃO DE JSCP				
Reversão dos juros sobre capital próprio a (pagar) receber	49.000	(106.524)	-	-
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	304.844	49.950	399.623	87.708
Participações minoritárias	-	-	(94.779)	(43.749)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	304.844	49.950	304.844	43.959
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL – R\$	0,05	0,01	-	-

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003

(R\$ MIL)

	Reserva de capital		Reserva de lucros		Total
	Capital social	Reserva reflexa de prêmio nas debêntures COSEERN	Reserva referente à diferença paga a maior	Reserva de lucros de retenção de lucros acumulados	
SALDOS EM					
31 DE DEZEMBRO DE 2002	4.425.025	261	2.027	-	(13.894)
Aumento do capital social com:					
- subscrição	240.000	-	-	-	240.000
- capitalização de notas promissórias	74.000	-	-	-	74.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.950
Reserva legal	-	-	-	1.803	(1.803)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(34.253)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	4.739.025	261	2.027	1.803	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	304.844
Reserva legal	-	-	-	15.242	(15.242)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(30.750)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(49.000)
Transferência	-	-	-	209.852	(209.852)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	4.739.025	261	2.027	17.045	209.852

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
ORIGENS				
Das operações				
Lucro líquido do exercício			304.844	49.950
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido				
Depreciação e amortização			3.510	104
Ativo regulatório				
Equivalência patrimonial			(474.030)	(244.414)
Varição cambial – Garter			-	-
Amortização do ágio e deságio, líquida			93.049	96.617
Variações monetárias e cambiais de longo prazo líquidas			(16.384)	(5.432)
Valor residual do ativo permanente baixado			41	12
Provisão para ajuste ao valor de realização			10.721	34.224
Imposto de renda e contribuição social diferidos			-	-
Reserva de isenção – ADENE			-	-
Provisões para contingência			-	-
Outras provisões			-	-
Provisão de ativo regulatório			-	-
Participações minoritárias			-	-
Total originado das (aplicado nas) operações			(78.249)	(68.939)
Recursos de acionistas				
Integralização de capital			-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital			-	-
Cessão de crédito			-	-
Total originado das (aplicado nas) operações			(78.249)	(68.939)
Recursos de outras fontes				
Aumento do exigível a longo prazo			360.675	-
Empréstimos e financiamentos				
Transferência do realizável a longo prazo para o ativo circulante			35.240	2.259
Dividendos e juros sobre o capital próprio de controladas e controladas em conjunto			480.516	248.723
Diminuição do realizável a longo prazo			489	166.541
TOTAL DAS ORIGENS			798.671	662.584
APLICAÇÕES				
No realizável a longo prazo			97.837	96.668
No investimento			148.613	530.197
No imobilizado			461	99
No diferido			20.287	18.343
Redução do patrimônio líquido			-	-
Transferência do exigível a longo prazo para o passivo circulante			-	-
Diminuição do exigível a longo prazo			-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos declarados			79.751	34.253
TOTAL DAS APLICAÇÕES			346.949	910.149
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			451.722	(247.565)
Representado(a) por:				
Ativo circulante			188.860	283.985
Passivo Circulante			91.858	638.705
			97.002	(354.720)
Menos - capital circulante líquido inicial			(354.720)	(107.155)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			451.722	(247.565)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 – Informação adicional
 (R\$ MIL)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
RECEITAS				
Vendas de energia e serviços	-	-	5.357.991	4.716.977
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	2.201	(92.106)
Resultado não operacional	(1.161)	(30.853)	36.756	(32.454)
	(1.161)	(30.853)	5.396.948	4.592.417
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Matérias-primas consumidas	-	-	(2.021.748)	(1.546.438)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(3.037)	(4.546)	(499.806)	(436.973)
	(3.037)	(4.546)	(2.521.554)	(1.983.411)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(4.198)	(35.399)	2.875.394	2.609.006
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO	(3.510)	(104)	(338.507)	(296.586)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(7.708)	(35.503)	2.536.887	2.312.420
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO				
Receitas financeiras	56.766	162.796	1.019.410	1.280.562
Resultado de equivalência patrimonial	474.030	244.414	490.906	(4.739)
	530.796	407.210	1.510.316	1.275.823
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	523.087	371.707	4.047.203	3.588.243
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:				
Pessoal				
Remunerações	2.389	1.911	194.538	191.847
Encargos sociais (exceto INSS)	-	323	15.385	14.647
Entidade de previdência privada	44	6	17.311	12.363
Auxílio alimentação	-	86	12.314	9.776
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	10.679	6.068
Provisão para gratificação	-	-	4.301	4.949
Convênio assistencial e outros benefícios	-	146	32.441	23.232
Participação no resultado	-	-	16.232	9.393
Administradores	2.982	2.502	4.015	6.996
Indenizações trabalhistas	-	-	8.498	10.881
Custos imobilizados	-	-	(60.060)	(37.028)
Outros	-	-	2.476	-
Subtotal	5.415	4.974	258.130	253.124
Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	-	904	51.405	47.325
ICMS	-	7	1.085.080	869.826
PIS/COFINS sobre faturamento	-	7.379	436.536	179.315
Imposto de renda e contribuição social	311	-	213.439	83.326
Obrigações intra-setoriais	-	-	197.380	195.870
Outros	346	3.597	86.492	26.051
Subtotal	657	11.887	2.070.332	1.401.713
Financiamentos				
Juros e variações cambiais	169.538	304.322	1.352.399	1.875.315
Aluguéis	356	574	19.220	13.429
Despesas financeiras	42.278	-	42.278	704
Subtotal	212.171	304.896	1.413.897	1.889.448
Acionistas				
Dividendos e juros sobre capital próprio	79.750	34.253	79.750	34.253
Lucro retido (reserva legal)	15.242	1.803	15.242	1.803
Reserva de isenção ADENE e ajustes em controladas	-	-	-	(5.991)
Reserva de retenção de lucro	209.852	-	209.852	-
Compensação do prejuízo	-	13.894	-	13.894
Subtotal	304.844	49.950	304.844	43.959
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	523.088	371.707	4.047.203	3.588.243

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 – Informação adicional
 (R\$ MIL)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Das operações sociais				
Lucro líquido do exercício	304.844	49.950	304.844	43.959
Depreciação e amortização	115	104	338.507	269.586
Ativo regulatório	-	-	(139.552)	-
Equivalência patrimonial	(464.030)	(244.414)	-	4.739
Variação cambial Garter	-	-	126	1.150
Amortização do ágio, deságio, líquida	93.049	96.617	105.030	110.388
Variações monetárias, cambiais e juros, líquidas	(16.384)	86.686	157.624	643.071
Valor residual do ativo permanente baixado	41	12	17.721	15.360
Provisões para contingências fiscais e trabalhistas	-	-	19.774	13.951
Provisão para ajuste ao valor de realização	10.721	34.224	54.682	53.306
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	114.282	25.872
Reserva de isenção ADENE	-	-	10.764	5.991
Provisões (isenções) no exigível a longo prazo – outras	-	-	89	-
Participações minoritárias	-	-	94.779	43.749
(Aumento) redução de ativos	(71.645)	23.179	1.078.670	1.231.122
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	(78.264)	47.806
Títulos a receber	-	-	(232.057)	(101.323)
Recomposição tarifária do racionamento	-	-	148.207	(30.137)
Recomposição da revisão tarifária	-	-	(24.689)	-
Energia livre – racionamento	-	-	35.600	(682)
Bônus do racionamento (líquido da sobretaxa)	-	-	(7)	42
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	-	-	(88.201)	(68.982)
Gastos incrementais com racionamento a recuperar	-	-	10.742	28.787
Repasse de empréstimos e financiamentos	-	-	6.081	5.649
Serviços em curso	-	-	455	(8.974)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(4.792)	56.321
Tributos e contribuições sociais a compensar	14.317	(1.878)	15.524	72.941
Estoque	-	-	3.362	(38)
Benefício fiscal – ágio incorporado	-	-	38.123	-
Coligadas, controladas e empresas ligadas	(112.337)	31.182	-	96
Depósitos judiciais	(450)	-	(12.430)	(10.926)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(53.920)	-
Bens e direitos destinados a alienação	-	-	35	(5.061)
Outros ativos circulantes	(6.373)	(1.084)	(21.373)	58.155
	(104.842)	28.220	(257.604)	43.674
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	123	266	115.288	(52.386)
Energia livre – racionamento	-	-	(30.257)	(384)
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar	-	30	(29.033)	(20.558)
Folha de pagamento	-	-	(1.587)	(7.517)
Taxas regulamentares	-	-	28.758	14.086
Tributos e contribuições sociais	7.916	2.123	57.430	26.396
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	17.327	-
Parcelamentos – tributos e contribuições sociais	-	-	(15.147)	(7.307)
Tarifa social a devolver	-	-	2.665	(63.416)
Obrigações estimadas	-	-	(8.905)	32.215
Entidade de previdência privada	-	-	(12.784)	5.743
Provisões para contingências	-	-	481	(4.591)
Coligada, controlada e controladora	(227.377)	222.810	(106.757)	42.203
Outros	401	(30)	32.869	7.655
	(218.937)	225.199	50.348	(27.861)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES				
	(395.424)	276.598	871.414	1.246.935
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	6.750
Financiamentos obtidos	98.039	78.506	1.146.653	879.502
Debêntures	320.149	-	1.128.730	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e juros	(476.220)	(412.117)	(2.446.531)	(1.795.087)
Integralização de capital social	-	314.000	38.400	314.000
Contrato de mútuo	58.807	-	58.807	-
Recebimentos (pagamentos) de juros sobre capital próprio e dividendos	557.477	297.241	(63.765)	(17.619)
	558.252	277.630	(137.706)	(612.454)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS				
	162.828	554.228	733.708	634.481
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Cauções e depósitos vinculados	-	-	(8.794)	-
Em investimentos	(148.613)	(530.197)	(148.863)	(4.400)
No imobilizado	(461)	(99)	(475.091)	(529.971)
No diferido	(20.287)	(18.343)	(68.858)	(284.072)
	(169.361)	(548.639)	(701.606)	(818.443)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA				
	(6.533)	5.589	32.102	(183.962)
No início do exercício	8.401	2.812	86.602	270.498
No fim do exercício	1.868	8.401	118.704	86.536
	(6.533)	5.589	32.102	(183.962)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 (R\$ MIL)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. (atual denominação da Guarani S.A.) é controladora da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, e controladora em conjunto da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, todas autorizadas a operar como concessionárias de serviços públicos de energia elétrica nos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, respectivamente, e que têm as suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As distribuidoras de energia elétrica controladas têm por objeto social estudar, projetar, construir, explorar e administrar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhes venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito.

A Companhia possui participação direta, também, na ITAPEBI Geração de Energia S.A., NC ENERGIA, TEMOPERNAMBUCO S.A. e TERMOAÇU S.A. O principal objeto social destas empresas é: Exploração da Usina Hidrelétrica de Itapebi; Comercialização de energia e gás, sendo concebida para operar no MAE (Mercado Atacadista de Energia Elétrica); Geração de energia termelétrica; Elaborar estudos, projetos, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, e vapor, respectivamente. A controlada Iberdrola Empreendimentos do Brasil S.A. – IBENBRASIL foi extinta em agosto de 2004.

A Companhia é controladora indireta, por meio da COELBA, da Garter Properties Inc. e da TERMO GCS Ltda. por meio da NC ENERGIA. O principal objeto social destas empresas é: recebimento e repasse de empréstimos e comercialização de energia e gás, sendo concebida para operar no MAE (Mercado Atacadista de Energia Elétrica), respectivamente.

2. DAS CONCESSÕES

O quadro de concessões/autorizações é demonstrado a seguir:

Geração	Rio	Localidade/ Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada (MW)	Data da Concessão	Data de Vencimento
COELBA					
Usinas Hidrelétricas - UHE Alto Fêmeas	(a) Rio das Fêmeas	São Desidério – BA 13 MW	10 MW	08/08/1997	07/08/2027
Presidente Goulart	(a) Rio Correntina	Correntina – BA 10 MW	8 MW	08/08/1997	07/08/2027
Usina Termelétrica – UTE Ilha Grande (Sistema Isolado)	(a) -	Camamu – BA 1,7 MW	1,2 MW	08/08/1997	08/08/2027
ITAPEBI					
Usina Hidrelétrica – UHE ITAPEBI	(a) Jequitinhonha	Itapebi – BA 450 MW	450 MW	28/05/1999	27/05/2034
TERMOPERNAMBUCO					
Usina Termelétrica – UTE TERMOPERNAMBUCO	(a) -	Suape – PE 530 MW	520 MW	18/12/2000	18/12/2030
TERMOAÇU					
Usina Termelétrica – UTE TERMOAÇU	(b) -	Alto do Rodrigues RN – 325 MW	325 MW	09/07/2001	09/07/2031
(a) Em operação					
(b) Em fase pré-operacional					
Distribuição	Municípios	Localidades	Data da Concessão	Vencimento	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia Estados de Pernambuco e	08/08/1997	07/08/2027	07/08/2027
CELPE	185	Paraíba	30/03/2000	30/03/2030	30/03/2030
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	30/12/2027	30/12/2027

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº 2.306/2004 – SFF/ANEEL de 24 de dezembro de 2004.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão demonstradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis e não excedem o seu valor de mercado.

Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba o fornecimento e suprimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

Estoques (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Investimentos

As participações societárias em controladas e em controladas em conjunto são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNEEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 015 de 24 de dezembro de 1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999 (vide nota explicativa nº 21).

Os gastos de administração geral são apropriados, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, em até 10% dos dispêndios diretos com pessoal, mais serviços de terceiros a estas atribuíveis.

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Exigível a Longo Prazo, estão apresentadas como dedução do Ativo Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro de consumidores, da União e de outras fontes, com fins específicos de financiamento para obras.

Diferido

Refere-se a despesas pré-operacionais relacionadas à implantação dos projetos das usinas geradoras (ITAPEBI, TERMOPERNAMBUCO e TERMOAÇU), contemplando estudos e projetos de viabilidade econômico-financeira e de impacto ambiental e custos financeiros associados aos projetos. O saldo será amortizado em até dez anos a partir do início das operações das usinas. Adicionalmente, são reclassificados para o diferido o ágio pago na aquisição de investimentos os quais são amortizados conforme tabela de curva de amortização de ágio (vide na nota explicativa nº 16).

Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis, de imposto de renda e contribuição social e reconhecido o diferimento em função dos prejuízos fiscais, bases negativas e das diferenças intertemporais. Suas controladas COELBA, CELPE e ITAPEBI, e a sua controlada em conjunto, COSERN, têm direito à redução do imposto de renda calculada com base no lucro de exploração (vide notas explicativas nº 15 e nº 32).

Plano de complementação de aposentadoria e pensão

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência (vide na nota explicativa nº 40).

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Valores especiais estimados

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia e de suas controladas baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, fornecimento não faturado, realização de impostos e contribuições sociais diferidos, ágio e recomposição tarifária.

Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº 247 de 27 de março de 1996 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e incluem a Neoenergia e suas controladas:

	Percentual de Participação (%)			
	2004		2003	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
COELBA	87,84	-	87,84	-
CELPE	89,17	-	89,17	-
COSERN (a)	25,24	59,20	25,24	59,20
GARTER (a)	-	87,84	-	87,84
ITAPEBI (a)	42,00	-	-	36,89
IBENBRASIL	100,00	-	100,00	-
TERMOAÇU	54,04	-	70,00	-
TERMOPERNAMBUCO	100,00	-	100,00	-
NC Energia	100,00	-	100,00	-
Termo GCS (b)	1,00	99,00	1,00	99,00

(a) Participação indireta por meio da participação direta na COELBA.

(b) Participação indireta por meio da participação direta na NC Energia.

Para fins de apresentação das demonstrações consolidadas, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos foi reclassificado para o ativo diferido (vide nota explicativa nº 22).

A Companhia e suas controladas obtiveram manifestação favorável da CVM Comissão de Valores Mobiliários quanto ao ajuste nas demonstrações contábeis consolidadas do ganho de equivalência patrimonial oriundo de constituição de reserva de capital em suas controladas, decorrente de redução do imposto de renda, o que significa um acréscimo de Patrimônio Líquido não derivado de lucros. O ajuste é procedido diretamente na conta de imposto de renda e no exercício de 2004 foi de R\$ 14.331.

Reconciliação do resultado da controladora com o consolidado:

	2003
Lucro líquido da controladora	49.950
Equivalência patrimonial sobre valores registrados no patrimônio líquido de controladas	(5.991)
Lucro líquido consolidado	43.959

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, e as demonstrações do resultado para os exercícios findos naquelas datas, das controladas diretas e indiretas, estão assim compostos, de forma condensada:

	Balanços Patrimoniais					
	COELBA		COSERN		CELPE	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Ativo	4.110.225	4.137.830	1.158.883	1.232.706	2.860.542	2.620.422
Ativo circulante	962.545	798.440	275.700	253.474	706.493	615.222
Realizável a longo prazo	1.050.356	1.211.858	562.330	662.184	1.198.712	1.087.658
Permanente	2.097.324	2.127.532	320.853	317.048	955.337	917.542
Passivo	4.110.225	4.137.830	1.158.883	1.232.706	2.860.542	2.620.422
Circulante	725.948	1.705.498	272.300	447.924	581.932	1.009.088
Exigível a longo prazo	1.688.213	747.757	460.905	283.773	1.124.444	515.047
Patrimônio líquido	1.696.064	1.684.575	425.678	501.009	1.154.166	1.096.287

	Balanços Patrimoniais					
	ITAPEBI		TERMOAÇU		TERMOPERNAMBUCO	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Ativo	741.053	684.075	460.449	443.048	1.168.943	1.040.313
Ativo circulante	53.042	30.533	3.596	6.484	98.437	19.447
Realizável a longo prazo	83.091	27.018	15	-	39.495	44.809
Permanente	604.920	626.524	456.838	436.564	1.031.011	976.057
Passivo	741.053	684.075	460.449	443.048	1.168.943	1.040.313
Circulante	92.704	87.254	50.847	164.331	248.594	69.684
Exigível a longo prazo	480.735	446.504	111.202	18.717	582.504	636.630
Patrimônio líquido	167.614	150.317	298.400	260.000	337.845	333.999

	Balanços Patrimoniais						
	IBENBRASIL		NC ENERGIA		TERMO GCS		GARTER
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Ativo	8.529	77.952	47.438	7.540	9.573	828.206	868.692
Ativo circulante	4.991	61.437	27.375	3.284	5.590	31.886	868.692
Realizável a longo prazo	588	15.176	18.874	-	-	796.320	-
Permanente	2.950	1.339	1.189	4.256	3.983	-	-
Passivo	8.529	77.952	47.438	7.540	9.573	828.206	868.692
Circulante	2.775	50.743	24.689	7.526	9.561	548.209	867.150
Exigível a longo prazo	-	10.889	6.857	-	-	337.543	-
Patrimônio líquido	5.754	16.320	15.892	14	12	(57.546)	1.542

Demonstrações do Resultado

	COELBA		COSERN		CELPE	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Receita operacional líquida	2.065.672	1.781.053	543.717	467.557	1.397.925	1.185.491
Custo de bens e serviços vendidos	(1.281.882)	(1.103.716)	(313.201)	(322.053)	(1.039.586)	(818.985)
Resultado bruto	783.790	677.337	230.516	145.504	358.339	366.506
Despesas operacionais – líquido das receitas	(288.186)	(274.648)	(59.518)	(50.539)	(170.904)	(186.434)
Resultado do serviço	495.604	402.689	170.998	94.965	187.435	180.072
Despesas financeiras – líquido das receitas	(242.948)	(267.538)	(69.981)	(31.456)	(85.668)	(123.997)
Resultado operacional	252.656	135.151	111.017	63.509	101.767	56.075
Resultado não operacional	50.919	(8.914)	(11.667)	(1.043)	(50)	(23.678)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	303.575	126.237	99.350	62.466	101.717	79.753
Imposto de renda e contribuição social	(102.412)	(28.884)	(31.477)	(20.912)	(32.028)	(27.324)
Lucro antes reversão juros capital próprio	201.163	97.353	67.873	41.554	63.689	52.429
Reversão dos juros sobre o capital próprio	143.000	68.389	45.000	16.271	13.000	45.453
Lucro líquido do exercício	344.163	165.742	112.873	57.825	76.689	97.882

Demonstrações do Resultado

	TERMO- PERNAMBUCO(1)		NC ENERGIA		ITAPEBI	
	2004	2004	2003	2004	2003	2003
Receita operacional líquida	325.628	128.900	39.659	247.534	162.800	
Custo de bens e serviços vendidos	(181.212)	(110.433)	(28.005)	(82.422)	(44.624)	
Resultado bruto	144.416	18.467	11.654	165.112	118.176	
Despesas operacionais – líquido das receitas	(39.830)	(105)	(5.874)	(6.204)	(10.465)	
Resultado do serviço	104.586	18.362	5.780	158.908	107.711	
Despesas financeiras – líquido das receitas	(37.802)	12.812	7.093	(92.499)	(97.785)	
Resultado operacional	66.784	31.174	12.873	66.409	9.926	
Resultado não operacional	4	(1.278)	-	(12)	(2)	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	66.788	29.896	12.873	66.397	9.924	
Imposto de renda e contribuição social	(22.374)	(6.534)	(1.924)	(23.009)	(3.583)	
Lucro antes reversão juros capital próprio	44.414	23.362	10.949	43.388	6.341	
Reversão dos juros sobre o capital próprio	32.500	1.500	1.905	17.000	8.111	
Lucro líquido do exercício	76.914	24.862	12.854	60.388	14.452	

Demonstrações do Resultado

	TERMO GCS		GARTER		IBENBRASIL (2)	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Receita operacional líquida	22.149	20.852	-	-	3.948	23.754
Custo de bens e serviços vendidos	-	-	-	-	(3.954)	(16.762)
Resultado bruto	22.149	20.852	-	-	(6)	6.992
Despesas operacionais – líquido das receitas	(10.034)	(13.153)	77.282	54.321	(4.219)	(7.119)
Resultado do serviço	12.115	7.699	77.282	54.321	(4.255)	(127)
Despesas financeiras – líquido das receitas	8	215	(136.244)	(57.939)	(193)	(369)
Resultado operacional	12.123	7.914	(58.962)	(3.618)	(4.418)	(496)
Resultado não operacional	-	-	-	-	(660)	(33)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	12.123	7.914	(58.962)	(3.618)	(5.078)	(529)
Imposto de renda e contribuição social	(721)	(699)	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.402	7.215	(58.962)	(3.618)	(5.078)	(529)

(1) Teve suas atividades operacionais iniciadas em 15 de maio de 2004.

(2) Teve suas atividades encerradas em 31 de agosto de 2004, tendo sido incorporada pela Neoenergia nessa data.

6. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Tipo de Aplicação	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Fundo DI	-	-	4.325	18.901
Fundo de renda fixa	-	8.121	3.805	18.575
CDB	-	-	27.925	5.452
Diversos	578	-	2.554	147
Total	578	8.121	38.609	43.075
Ativo circulante	(578)	(8.121)	(38.609)	(43.075)

Consolidado

Composição dos	Saldos Vencidos		Saldos Vencidos		Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	
	Vencidos	Até 90 Dias	90 Dias	2004	2003	2004
Contas a Receber						
Setor Privado	265.246	215.384	113.699	585.633	541.967	(64.075)
Residencial	103.813	123.615	34.948	262.376	229.383	(34.951)
Industrial	70.257	22.501	26.847	122.605	107.284	(10.983)
Comercial, serviços e outras	67.004	50.566	23.678	141.248	146.353	(13.786)
Rural	24.172	15.702	19.530	59.404	58.947	(4.373)
Setor Público	43.597	45.878	42.738	132.213	153.317	(8.465)
Federal	4.225	2.247	1.582	8.054	11.669	(1.134)
Estadual	5.177	11.605	9.144	25.926	18.926	(1.223)
Municipal	7.773	12.299	9.607	29.679	38.073	(1.738)
Iluminação pública	11.648	12.909	14.541	39.098	55.680	(3.357)
Serviço público	14.774	6.818	7.864	29.456	28.969	(1.013)
PDD confissões dívidas	-	-	-	-	-	(8.571)
PDD outras	-	-	-	-	-	672
Fornecimento não faturado	215.391	-	-	215.391	185.046	-
Reposicionamento tarifário	64.164	-	-	64.164	35.824	-
Subtotal	588.398	261.262	147.741	997.401	916.154	(80.439)
Disponibiliz./sist. trans. e distribuição	-	-	-	4.788	4.296	-
Suprimento	428	438	116	1.210	557	-
CCEE	58.636	-	3.298	61.934	76.140	-
Outras créditos	22.603	4.156	8.391	69.371	52.471	(1.941)
Total	670.065	265.856	159.546	1.134.704	1.049.618	(82.380)
Ativo circulante	-	-	-	(1.033.944)	(967.193)	82.380
Ativo realizável a longo prazo	-	-	-	100.760	82.425	-

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber (inclusive títulos a receber). As controladas COELBA, CELPE e COSERN efetivam as baixas de contas a receber de consumidores de valores inferiores a R\$ 5 nos termos da Lei nº 9430/96. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

A controlada COSERN reverteu, em junho de 2004, o montante de R\$ 35.989 de provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída para o cliente Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, cuja dívida foi repactuada em 30 de março de 2004, no total de 227 parcelas atualizadas anualmente pelo IPCA, e em setembro de 2004, o montante de R\$ 2.231, constituída para o cliente Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN que também teve sua dívida repactuada, no total de 50 parcelas atualizadas anualmente pelo IGP-DI.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os valores correspondentes às operações junto ao CCEE, foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pelo mesmo.

As operações realizadas nas distribuidoras até dezembro de 2004 geraram direito a crédito de R\$ 147.848 para suas controladas, dos quais R\$ 125.566, foram efetivamente recebidos.

As operações no CCEE, do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após conclusão dos trabalhos da auditoria, geraram um direito de crédito para as controladas, conforme demonstrado a seguir:

Composição	COELBA	CELPE	COSERN	Total	NC Energia
Valores a receber	96.086	115.142	84.238	295.466	81.236
Atualização monetária	1.451	2.951	2.802	7.204	(436)
Valores recebidos	(78.869)	(94.300)	(69.567)	(240.736)	(64.631)
Saldo a receber em 31 de dezembro de 2004	20.668	23.793	17.473	61.934	16.169
Valor em litígio judicial	14.966	17.606	12.038	44.610	13.105
Valores negociados com os agentes	2.643	6.187	2.441	11.271	3.064
Valores não negociados	3.059	-	2.994	6.053	-

Os valores da energia de curto prazo podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por algumas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor.

Revisão Tarifária Periódica

• COELBA

A ANEEL, através da Resolução nº 202, de 16 de abril de 2003, estabeleceu os resultados da primeira revisão tarifária periódica da controlada COELBA, e fixou o reposicionamento tarifário provisório de 31,49% a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica vigentes.

Com o objetivo de amenizar o impacto do índice nas tarifas dos consumidores e ao mesmo tempo atender ao princípio de modicidade tarifária e a condição de equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Contrato de Concessão nº 010/97, firmado entre a COELBA e o Poder Concedente, a ANEEL, através da referida Resolução, em seu art. 3º, item I, determinou a aplicação do índice de reposicionamento em etapas, como segue:

- Durante o primeiro ano de vigência da revisão tarifária de 2003, compreendido entre 22 de abril de 2003 a 21 de abril de 2004, as tarifas de fornecimento de energia da Coelba contemplaram reajuste de 28,61%, correspondente ao percentual resultante do cálculo do Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT).

- O diferencial de 2,88% será compensado nos reajustes tarifários anuais a serem homologados para os anos de 2004 a 2007, até a próxima revisão tarifária, acrescendo-se à Parcela B de cada ano. Os valores diferidos e contabilizados, líquidos dos valores recuperados, em dezembro de 2004 e 2003 são de R\$ 60.513, e R\$ 35.824, respectivamente.

Coerentemente com o objetivo do reposicionamento das tarifas no processo de revisão tarifária periódica, que visa proporcionar a receita necessária para a cobertura dos custos operacionais e remuneração de investimentos, o diferencial acima foi considerado proporcionalmente, pela COELBA, de acordo com a competência do período tarifário de abril de 2003 a abril de 2004, e foi reconhecido simultaneamente com custos incorridos, ainda que sua realização financeira seja postergada para atender a modicidade tarifária.

Em 20 de abril de 2004, a Resolução homologatória nº 102, complementou os resultados da primeira revisão tarifária dessa controlada, e fixou o reposicionamento tarifário provisório de 31,28%, devendo o valor definitivo ser estabelecido quando da definição do valor da Quota de Reintegração Regulatória e da Base de Remuneração Regulatória, nos termos do disposto na Resolução ANEEL nº 493, de 3 de setembro de 2002, e Nota Técnica nº 178, de 30 de julho de 2003.

• COSERN

A ANEEL, através da Resolução nº 200, de 16 de abril de 2003, estabeleceu os resultados da primeira revisão tarifária periódica da controlada COSERN, e fixou o reposicionamento tarifário provisório em 11,49% a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica vigentes.

A Resolução homologatória nº 101, de 20 de abril de 2004, complementou os resultados da primeira revisão tarifária dessa controlada, e fixou o reposicionamento tarifário provisório em 14,54%, devendo o valor definitivo ser estabelecido quando da definição do valor da Quota de Reintegração Regulatória e da Base de Remuneração Regulatória, nos termos do disposto na Resolução ANEEL nº 493, de 3 de setembro de 2002 e Nota Técnica nº 178 de 30 de julho de 2003.

A perda ocorrida entre 22 de abril de 2003 e 21 de abril de 2004 foi considerada no reajuste de 2004, na forma de Ajuste da Revisão Tarifária Periódica do ano de 2003 e o seu valor reconhecido como Ativo Regulatório a ser compensado nos 12 meses posteriores ao reajuste tarifário vigente, de acordo com a Resolução homologatória nº 109, de 20 de abril de 2004. Os valores diferidos e contabilizados em dezembro de 2004 é de R\$ 3.651.

As eventuais variações de receita da Parcela B, decorrente da diferença entre o percentual provisório e o definitivo, serão corrigidas no reajuste tarifário anual de 22 de abril de 2005.

8. TÍTULOS A RECEBER

Referem-se aos parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia em atraso e de prestação de serviços.

Composição	Vencidos					Consolidado	
	Saldo Vencidos	Até 90 dias	Mais 90 Dias	Total		PDD	
				2004	2003	2004	2003
Setor público	257.470	4.063	15.369	276.902	219.716	(7.311)	(26.609)
Setor privado	96.479	4.680	6.991	108.150	64.921	(1.260)	(5.592)
Total	353.949	8.743	22.360	385.052	284.637	(8.571)	(32.201)
Ativo circulante				(85.514)	(130.342)		
Ativo realizável a longo prazo				299.538	154.295		

Os parcelamentos de débito compreendem juros e atualizações monetárias, prazos e indexados variáveis e são considerados recuperáveis pela Administração das controladas.

9. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, o “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que define os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE

Composição	Consolidado			
	COELBA	COSERN	CELPE	Total
Recomposição tarifária do racionamento (homologado)	314.980	130.237	184.541	629.758
Remuneração financeira da perda receita	194.657	88.304	108.325	391.286
(-) Reversão acumulada	(207.274)	(66.650)	(134.757)	(408.681)
(-) Provisão para ajuste do valor de realização	(43.058)	(19.986)	-	(63.044)
Total	259.305	131.905	158.109	549.319
Ativo circulante	(112.036)	(28.713)	(62.897)	(203.646)
Ativo realizável a longo prazo	147.269	103.192	95.212	345.673
Reversão reconhecida na receita operacional	(78.133)	(24.548)	(45.739)	(148.420)

A Resolução nº 001, de 12 de janeiro de 2004, alterou o prazo máximo de recuperação para 74 meses na COELBA e na CELPE e 102 meses para COSERN, excluindo deste prazo a recuperação dos valores financeiros de itens da “Parcela A”, relativos ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. As controladas, COELBA e COSERN, avaliaram a recuperação em função dos prazos e constituíram provisão para realização no valor de R\$ 43.058 e R\$ 19.986 (2003, R\$ 8.481 e R\$ 10.602), respectivamente.

A remuneração financeira (atualização monetária do saldo) da RTE vem sendo calculada com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, acrescida de juros de 1% a.a.

Energia Livre - Racionamento

A Energia Livre é a energia injetada no sistema elétrico, não prevista nos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais, e tem a seguinte composição:

Composição	Ativo		Passivo		Consolidado	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo	Resultado	Resultado
Energia Livre	69.818	175.011	67.021	176.071	(89)	-
Encargos	1.412	5.829	(3.339)	(3.714)	-	-
Transferências	72.556	(72.555)	80.241	(80.241)	-	-
(-) Reversão	(80.385)	-	(73.205)	-	(58.307)	-
Remuneração financeira	-	71.816	-	71.817	43.906	(1.538)
Total em 31 de dezembro de 2004	63.401	180.101	70.718	163.933	(14.490)	(1.538)
Total em 31 de dezembro de 2003	53.258	203.037	50.154	196.074	7.825	16.683

A ANEEL, através da Resolução nº 36, de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, estabeleceu os procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre, calculados com a aplicação de 25,65% na COELBA, 31,62% na CELPE e 18,71% na COSERN, sobre a arrecadação da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE.

Em 12 de janeiro de 2004, a ANEEL editou a Resolução nº 001 homologando novo valor da energia livre relativa ao período de 01 de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 e através da Resolução nº 45, de 3 de março de 2004, alterou o percentual a ser aplicado à arrecadação da RTE a título de repasse de energia livre, para 27,4637% na COELBA, 33,6891% na CELPE e 19,4527% na COSERN.

A atualização monetária do saldo de energia livre vem sendo apurada desde fevereiro de 2003, com base na taxa SELIC, acrescida de juros de 1% a.a.

Valores Tarifários não Gerenciáveis da Parcela A (Vide Nota Explicativa nº 11)

A conta de Compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" – CVA, registra as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

	Consolidado			
	COELBA	CELPE	COSERN	Total
Valores tarifários não gerenciáveis de parcela "A" (homologado)	24.090	17.102	6.543	57.179
Remuneração financeira	22.320	14.487	4.987	32.350
Total	46.410	31.589	11.530	89.529
Ativo realizável a longo prazo	46.410	33.493	13.596	93.499
Exigível a longo prazo	-	(1.904)	(2.066)	(3.970)
Efeito no resultado	6.486	5.043	1.611	13.140

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
	Longo Prazo	Longo Prazo
Subvenção para conta de consumo de combustível – CCC	4.947	-
Reserva global de reversão – RGR	2.854	717
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica – TFSEE	548	-
Encargos de conexão no sistema de transmissão	748	1.349
Tarifa de utilização do sistema de transmissão – TUST	25.003	-
Energia comprada para revenda	59.399	1.904
Total em 31 de dezembro de 2004	93.499	3.970
Total em 31 de dezembro de 2003	79.766	3.377

A Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, os quais serão recuperados através de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda) e rural e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, após a conclusão da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE. Mediante Resolução nº 001, de 12 de janeiro de 2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A".

Empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e Governo Federal aos Concessionários de Energia Elétrica

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, concedeu um financiamento nos valores de R\$ 307.195, R\$ 180.914 e R\$ 115.998 para a COELBA, CELPE e COSERN, respectivamente visando suprir parte das insuficiências de recursos, decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica com destinação prioritária ao adimplemento de obrigações assumidas junto a agentes do setor elétrico. Sobre o principal da dívida incide encargos à taxa SELIC acrescida de juros de 1% a.a., sendo essa a mesma condição de remuneração do ativo regulatório reconhecido.

10. PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Câmara de Gestão da Crise de Energia, divulgou em 18 de maio de 2001 um plano de racionalização de energia elétrica, a partir de 1º de junho de 2001, e determinou através da Resolução 117, de 19 de fevereiro de 2002, o término deste programa em 1º de março de 2002.

Em cumprimento a Resolução ANEEL nº 299 de 27 de julho de 2001, as controladas COELBA, CELPE e COSERN efetuaram os registros contábeis decorrentes deste programa, conforme demonstramos a seguir:

Bônus do Racionamento Líquido do Acréscimo à Tarifa ANEEL

Composição	COELBA	CELPE	COSERN	Consolidado	
				2004	2003
Bônus do racionamento	109.390	42.138	21.789	173.317	173.309
Fundo de valores do acréscimo à tarifa Aneel (sobretaxa)	(95.799)	(41.816)	(20.683)	(158.298)	(158.297)
Bônus do racionamento líquido do acréscimo à tarifa Aneel	13.591	322	1.106	15.019	15.012

Gastos Incrementais com Racionamento a Recuperar

Os gastos incrementais incorridos para colocar em prática o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica estão sendo ressarcidos pela ANEEL através do reajuste tarifário de 22 de abril de 2003. Até 31 de dezembro de 2004 foram apropriados os montantes especificados abaixo:

	Consolidado			
	COELBA	CELPE	COSERN	Total
Valor gasto	19.663	17.736	5.113	42.512
Ajustes e reclassificações	(1.213)	(2.412)	(873)	(4.498)
Valor homologado	18.450	15.324	4.240	38.014
Remuneração financeira	-	-	-	590
Valor apropriado	(16.585)	(14.460)	(3.985)	(35.030)
Saldo a apropriar	1.865	864	255	2.984

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determina que os custos, inclusive de natureza operacional, tributária e administrativa, relativos à aquisição de energia elétrica (kWh), e a contratação de capacidade de geração ou potência (kW) pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, serão rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Nacional Interligado, proporcionalmente ao consumo individual verificado, constituindo adicional tarifário específico. O encargo tarifário cobrado atualmente dos consumidores, a título de encargo de capacidade emergencial, é de R\$ 0,0085 kWh, (Resolução ANEEL nº 496, de 26 de setembro de 2003).

Os valores contabilizados e repassados à CBEE, como encargo tarifário tem a seguinte composição:

	2004		2003	
	Faturado	Repassado	Faturado	Repassado
Encargo de capacidade emergencial	194.438	167.669	141.030	105.773

Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial – EAEE

A ANEEL, através da Resolução nº 728, de 30 de dezembro de 2003, estabeleceu o valor do encargo de aquisição de energia elétrica, que decorre da utilização de usinas termelétricas emergenciais, devido ao risco do baixo nível das hidrelétricas no valor de R\$ 0,046 kWh dos consumidores nos meses de janeiro e fevereiro de 2004, no montante de R\$ 3.385 na COELBA, R\$ 2.767 na CELPE e R\$ 1.000 na COSERN.

11. VALORES TARIFÁRIOS NÃO GERENCIÁVEIS A COMPENSAR

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

As variações de custo das controladas COELBA e COSERN, ocorridas até março de 2004, foram reconhecidas no reajuste tarifário de 22 de abril de 2004. Os valores correspondentes aos custos de 23 de março 2004 a 22 de março de 2005 serão considerados no próximo reajuste tarifário. Na CELPE, as variações de custo ocorridas até 28 de fevereiro de 2004, foram reconhecidas no reajuste tarifário de março de 2004. Os valores correspondentes aos custos de 1º de março de 2004 a 28 de fevereiro de 2005 serão considerados no próximo reajuste tarifário.

Consolidado

	Ativo			Passivo		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Parcela A – COELBA e COSERN 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 (vide nota 9)	-	93.499	93.499	-	3.970	3.970
CVA – COELBA e COSERN 26 de outubro de 2001 a 22 de março de 2004 CELPE 28 de fevereiro de 2004	84.731	629	85.360	1.416	-	1.416
CVA – COELBA e COSERN 23 de março de 2004 a 22 de março de 2005 CELPE 28 de fevereiro de 2005	50.108	53.139	103.247	-	-	-
Subtotal	134.839	147.267	282.106	1.416	3.970	5.386
Ativo regulatório	26.773	116.015	142.788	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2004	161.612	263.282	424.894	1.416	3.970	5.386
Total em 31 de dezembro de 2003	52.631	125.110	177.741	29.591	4.019	33.610

Ativo Regulatório

Com a entrada em operação, em maio de 2004, da usina termoeletrica TERMOVERNAMBUCO, a controlada CELPE solicitou a ANEEL um reajuste tarifário extraordinário visando à cobertura dos custos adicionais com a compra de energia, até novembro do exercício de 2004, no montante de R\$ 139.552, perfazendo o valor de R\$ 142.788 quando atualizado pelo IGP-M.

Em reunião pública deliberativa, realizada em 08 de novembro de 2004, a diretoria da ANEEL reconheceu o direito da CELPE ao repasse dos custos adicionais com compra de energia elétrica da TERMOVERNAMBUCO, desde a entrada em operação comercial dessa usina, através de constituição de ativo regulatório. A realização desse ativo regulatório se dará, em até 4 anos, a partir de março de 2005.

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 361, de 26 de novembro de 2004, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, relativo aos custos de aquisição de energia elétrica, cujo montante da Companhia no exercício foi de R\$ 24.022.

12. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Taxas (%)	Consolidado	
				2004	2003
Banco do Brasil	BB Premium	Diversos	Diversas	203	412
Bradesco	CDB	Diversos	Diversas	3.664	-
Bradesco	CDB/CDI	Diversos	99%	612	-
Bradesco	CDB/CDI	Diversos	98,7%	-	5.526
Bradesco	CDB/CDI	Diversos	98,5%	-	1.152
Banco de Invest. CSFB S.A.	CDB	nov-05	15,95%	103.751	-
Banco de Invest. CSFB S.A.	CDB	nov-05	17,00%	110.156	-
Deutsche	CDB	nov-05	17,50%	165.890	-
Banco Brasil	CDB	nov-05	17,18%	175.569	-
Banco Nordeste do Brasil	CDI	nov-05	100% CDI	10.084	-
Banco Nordeste do Brasil	CDB/CDI	jul-07	99,5% CDI	2.500	-
Banco Nordeste do Brasil	CDB	jul-07	99% CDI	4.906	-
Santander	USD	nov-05	2,64%	31.230	-
Sulacap	Título de Capitalização	fev-05	TR + 0,1%	200	-
Total				608.765	7.090
Ativo Circulante				(4.476)	(7.090)
Ativo Realizável a longo prazo				17.693	-
Passivo Circulante (1)				(586.596)	-

(1) As Aplicações Financeiras em Títulos e Valores Mobiliários da controlada COELBA, de R\$ 586.596 constituem reservas reais para liquidação futura junto a instituições financeiras credoras, sendo classificadas no Passivo Circulante, como retificadora de Empréstimos e Financiamentos, para efeito das demonstrações contábeis, conforme explicitado na nota explicativa nº 24.

13. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A formação do saldo em 31 de dezembro de 2004 é como segue:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2003	270.981
Recebidos no ano	(592.673)
Atualização monetária	328
Apropriados no ano	480.517
Saldo em 31 de dezembro de 2004	159.153

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas sofreram as retenções e/ou procederam as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos finais de curto e longo prazos estão assim constituídos:

	2004		2003	
	Ativo Circulante	Realizável Longo Prazo	Ativo Circulante	Realizável Longo Prazo
IR sobre aplicação financeira	459	-	50	-
IR antecipado exercício corrente	10.559	-	-	-
IR sobre juros capital próprio	-	53	-	-
IR antecipado exercício anterior	5.184	19.333	3.291	50.577
Subtotal	16.202	19.386	3.341	50.577
CSLL antecipada exercício corrente	3.888	-	-	-
CSLL antecipada exercício anterior	31	-	-	-
Subtotal	3.919	-	-	-
PIS a compensar	25	-	15	-
COFINS a compensar	115	-	107	-
Outros	76	-	-	-
Total	20.337	19.386	3.463	50.577

O imposto de renda antecipado de exercícios anteriores da controladora refere-se a retenção de imposto de renda de juros sobre o capital próprio recebidos e de aplicações financeiras de exercícios anteriores a serem compensados com outros impostos federais.

	2004		2003	
	Ativo Circulante	Realizável Longo Prazo	Ativo Circulante	Realizável Longo Prazo
IR sobre aplicação financeira	1.686	-	8.848	-
IR antecipado exercício corrente	21.850	-	34.904	357
IR sobre juros capital próprio	2.864	53	2.156	-
IR antecipado exercício anterior	10.105	19.333	23.306	50.630
IR órgãos públicos	819	-	173	-
Subtotal	37.324	19.386	69.387	50.987
CSLL antecipada exercício corrente	11.425	-	14.914	128
CSLL antecipada exercício anterior	1.069	-	2.847	-
CSLL antecipada órgãos públicos	1.671	-	1.008	-
Subtotal	14.165	-	18.769	128
ICMS a recuperar CIAP	18.073	85.458	14.024	73.157
ICMS a recuperar baixa renda	14.714	-	14.714	-
Subtotal	32.787	85.458	28.738	73.157
PIS a compensar	7.773	-	5.102	-
COFINS a compensar	12.563	-	4.773	-
Outros	11.366	-	8.319	-
Total	115.978	104.844	135.088	124.272

Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, as controladas vêm registrando ICMS a recuperar decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

O Imposto de Renda – IR e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

As controladas COELBA, CELPE, COSERN e ITAPEBI mantêm imposto de renda diferido ativo calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e Contribuição Social diferida ativa constituída à alíquota de 9%, conforme demonstrado abaixo:

Composição	2004		2003	
	Base de Cálculo	Tributo Diferido Ativo	Base de Cálculo	Tributo Diferido Ativo
Imposto de renda	1.387.947	346.987	1.512.038	377.986
Prejuízos fiscais	921.453	230.364	910.552	233.349
Diferenças temporárias	466.494	116.623	601.486	144.637
Contribuição social	1.099.678	98.971	1.104.870	108.618
Base negativa	654.006	58.860	655.691	59.011
Diferenças temporárias	445.672	40.111	449.179	49.607
Total	445.958	445.958	486.604	486.604
Ativo circulante		(83.017)		(22.809)
Ativo realizável a longo prazo		362.941		463.795

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração das Companhias, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010-2015	Consolidado TOTAL
Imposto de Renda	59.268	94.251	91.959	29.888	25.014	46.608	346.988
Contribuição Social	23.749	20.079	18.626	10.067	9.008	17.441	98.970
	83.017	114.330	110.585	39.955	34.022	64.049	445.958

Os estudos técnicos acima mencionados correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera.

A seguir é apresentada uma reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34% em 2004 e em 2003.

Composição	Controladora		
	IR	CSLL	IR/CSL
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	256.155	256.155	49.950
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição Social	25%	9%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da Legislação	64.039	23.054	16.983
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:			
Adições			
Amortização de ágio	23.262	8.374	24.154
Despesas indedutíveis (inclui provisões)	388	140	10.910
Juros sobre o capital próprio a receber	46.509	16.743	36.219
Outras adições	13.445	4.840	-
Exclusões			
(-) Equivalência Patrimonial	118.508	42.663	82.977
(-) Outras exclusões	28.782	10.362	18.887
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecida como ativo fiscal diferido	(106)	(38)	13.599
Imposto de renda e contribuição social no resultado	222	89	-

16. BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas das distribuidoras controladas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349/01.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de concessão/autorização delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247/96, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, as controladas mantêm o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo imobilizado. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais das Sociedades apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 são como segue:

Balanco	Consolidado					
	COELBA	CELPE	COSERN	TERMOPE	2004 Total	2003 Total
Ágio – incorporado	968.374	1.494.454	638.018	114.497	3.215.343	3.261.991
Provisão	(639.127)	(1.115.426)	(468.801)	(75.568)	(2.298.922)	(2.291.736)
Líquido correspondente ao crédito fiscal incorporado	329.247	379.028	169.217	38.929	916.421	970.255
Ativo circulante	(10.923)	(27.845)	(10.100)	(5.314)	(544.182)	(53.833)
Realizável a longo prazo	318.324	351.183	159.117	33.615	862.239	916.422

Resultado	Consolidado					
	COELBA	CELPE	COSERN	TERMOPE	2004 Total	2003 Total
Amortização do ágio	30.470	81.657	30.031	16.180	158.336	163.150
Reversão da provisão	(20.110)	(53.894)	(19.821)	(10.680)	(104.502)	(107.679)
Benefício fiscal	(10.360)	(27.763)	(10.211)	(5.500)	(53.834)	(55.471)

Como demonstrado, a amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão/autorização e estão sendo amortizados pelos períodos remanescentes da concessão/autorização, na extensão das projeções que o determinaram. As curvas autorizadas para as distribuidoras COELBA, CELPE e COSERN, por meio das Resoluções ANEEL nº 195 de 7 de junho de 2000, nº 474 de 30 de novembro de 2000 e nº 192 de 31 de maio de 2001, e para a TERMOPERNAMBUCO para a amortização do ágio, respectivamente, estão assim compostas:

Ano	Curvas de Amortização de Ágio								
	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	Ano	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE
2004	0,02704	0,04707	0,05464	0,12379	2018	0,04116	0,03153	0,02682	0,02098
2005	0,02851	0,04656	0,05480	0,11958	2019	0,04218	0,03022	0,02573	0,01822
2006	0,02958	0,04547	0,05162	0,10606	2020	0,04323	0,02907	0,02335	0,01585
2007	0,03135	0,04455	0,05038	0,09212	2021	0,04430	0,02784	0,02238	0,01380
2008	0,03220	0,04297	0,04501	0,07951	2022	0,04540	0,02666	0,02140	0,01219
2009	0,03300	0,04118	0,04397	0,06643	2023	0,04653	0,02551	0,02045	0,01013
2010	0,03382	0,04133	0,04184	0,05832	2024	0,04769	0,02442	0,01860	0,00829
2011	0,03466	0,03983	0,04033	0,05325	2025	0,04887	0,02336	0,01773	-
2012	0,03552	0,03842	0,03641	0,04640	2026	0,05009	0,02235	0,01690	-
2013	0,03640	0,03705	0,03480	0,04011	2027	-	0,02138	0,01609	-
2014	0,03731	0,03741	0,03342	0,03505	2028	-	-	0,01476	-
2015	0,03823	0,03575	0,03202	0,03094	-	-	-	-	-
2016	0,03918	0,03430	0,02918	0,02630	-	-	-	-	-
2017	0,04016	0,03289	0,02798	0,02269	-	-	-	-	-

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das controladas nas demonstrações contábeis, o valor do ágio incorporado, líquido da provisão, no montante consolidado de R\$ 916.421 (2003, R\$ 970.255), que, em essência, representa o benefício fiscal incorporado, foi classificado no balanço patrimonial nos ativos circulante e realizável a longo prazo, com base na expectativa de realização do benefício fiscal.

17. ESTOQUE

	Consolidado	
	2004	2003
Estoque total	51.302	49.538
Imobilizado – imobilizado em curso	(43.486)	(39.762)
Estoque – circulante	7.816	9.776

18. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Controladora		Consolidado
	2004	2004	2003
Ativo regulatório das contribuições para:			
PIS (dezembro de 2002 a dezembro de 2004)	-	44.786	21.754
COFINS (fevereiro de 2004 a dezembro de 2004)	-	95.942	-
Encargos com renegociação de dívidas	4.879	32.993	130
Outros	-	11.583	8.690
Total	4.879	185.304	30.574
Ativo circulante	(4.879)	(20.492)	(8.280)
Realizável a longo prazo	-	164.812	22.294

Ativo Regulatório PIS e COFINS

Referem-se a majoração de alíquotas ocorridas a partir de dezembro de 2003 para o PIS e fevereiro de 2004 para o COFINS que serão, após validação da ANEEL, incorporados à tarifa em prazo a ser definido não superior a três anos. Tais valores são atualizados monetariamente com base na SELIC.

Encargos com Renegociações de Dívidas

Conforme descrito na nota explicativa nº 24 e 25 a controladora e suas controladas concluíram em 2004 a renegociação de suas dívidas de curto prazo tendo sido os custos envolvidos nesse processo rateado pelo prazo de amortizações dos respectivos passivos.

19. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Subvenção a baixa renda – tarifa social (a)	-	-	50.925	42.565
Devedores diversos	2.364	1.032	10.355	7.431
Adiantamento a fornecedor	96	80	1.253	5.813
Reserva global de reversão	-	-	-	1.157
Devedores – aposentados e pensionistas	-	-	4.054	3.097
Adiantamento a empregados	-	-	1.258	3.557
Serviços prestados a terceiros	-	-	2.103	-
Alienação de bens e direitos	-	-	22	-
Precatórios de união (b)	-	-	16.898	-
Outros	62	28	24.433	21.457
Total	2.522	1.140	111.301	85.077
Ativo circulante	(2.507)	(1.140)	(86.958)	(68.993)
Ativo realizável a longo prazo	15	-	24.343	16.084

a) Subvenção a baixa renda - tarifa social

O Governo Federal, através da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou um significativo impacto na receita operacional das controladas COELBA, CELPE e COSERN.

Através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, definiu as fontes definitivas para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no artigo 1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

Os valores liberados a título de financiamento pela Eletrobrás na forma do Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, foram totalmente liquidados com a utilização dos recursos da subvenção econômica a fundo perdido, de acordo com o inciso II do artigo 1º do Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e, cancelados os correspondentes contratos de financiamento.

b) Precatórios da União

Em 19 de fevereiro de 1992, a COELBA promoveu Ação Ordinária de repetição do Indébito contra a União Federal para obter a restituição dos valores recolhidos para o Fundo de Desenvolvimento Social – Finsocial, no período de março de 1989 a outubro de 1991, superior a 0,5% da alíquota do Finsocial.

Configurada a impossibilidade da continuidade da cobrança dessa contribuição, mesmo que autorizada pela disposição do artigo 9º da Lei nº 7.689 de 1988, tendo em vista imperativo da norma complementar para a criação ou manutenção de novas contribuições sociais (CF, artigo 154, I), os pagamentos que a esse título tenham sido recebidos pela União Federal tornaram-se indevidos, impondo-se a restituição correspondente, com a atualização monetária e juros incidentes, conforme estabelece o CTN – Código Tributário Nacional.

Complementando e embasando o seu pedido, a COELBA apresentou diversos Acórdãos. Esgotados todos os recursos, e transitado em julgado a sentença e acórdão que julgaram procedente o pedido da Coelba, em 13 de novembro de 1995, iniciou-se o processo de execução, o qual após ultrapassar todos os obstáculos processuais, chegou ao final com a expedição de precatório em julho de 2003, no valor de R\$ 18.776 e autorização para liberar a 1ª parcela em abril de 2004, no valor de R\$ 1.953. A expectativa de realização dos saldos dos precatórios, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, é em prestações anuais, prazo máximo de 10 (dez) anos.

20. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas

	Data-base	Ações Possuída (em milhares)			Participação no Capital Integralizado %	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício
		Ordinárias	Preferenciais					
COELBA	31/12/2004	9.812.209	6.717.881	-	87,84	1.088.297	1.696.064	344.163
	31/12/2003	9.812.209	6.717.881	-	87,84	1.088.297	1.684.575	165.742
CELPE	31/12/2004	63.105.541	499.090	-	89,17	372.616	1.154.166	76.687
	31/12/2003	63.105.541	499.090	-	89,17	372.616	1.086.287	97.882
COSERN	31/12/2004	39.678	2.748	-	25,24	140.413	425.678	112.873
	31/12/2003	39.678	2.748	-	25,24	140.413	501.009	57.885
TERMOPERNAMBUCO (1)	31/12/2004	342.594	-	-	100	289.570	337.845	76.914
	31/12/2003	342.594	-	-	27,43	289.570	333.999	-
TERMOAÇU (2)	31/12/2004	182.000	-	-	54,04	298.400	298.400	-
	31/12/2003	31.359	-	-	70,00	260.000	260.000	-
NC Energia (1)	31/12/2004	7.100	-	-	100	13.600	16.320	24.863
	31/12/2003	7.100	-	-	100	13.600	15.892	12.854
ITAPEBI (3)	31/12/2004	63.000	-	-	42,00	150.000	167.614	60.388
	31/12/2004	100	-	-	1	10	14	11.402
TERMO GCS	31/12/2003	100	-	-	1	3	12	7.215

(1) TERMOPERNAMBUCO

Em reunião conjunta dos Conselhos de Administração da NEOENERGIA e da CELPE, realizada em 16 de outubro de 2003, foi aprovada a desverticalização (processo de reestruturação societária a fim de segregar a atividade de distribuição de energia da atividade de geração de energia) da TERMOPERNAMBUCO, transferindo a participação detida até então pela CELPE para a NEOENERGIA, por meio de compra e venda, de 253.729.720 ações ordinárias de emissão da Termopernambuco S.A., das quais 50.527.036 ações foram apenas subscritas sem ter a CELPE realizado a respectiva integralização, representativas de 72,57% do capital social integralizado da Termopernambuco S.A., pelo valor de R\$ 333.877, com base em laudo de avaliação econômica preparado pelo UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. O valor patrimonial das ações integralizadas à época da desverticalização era de R\$ 203.203 e a diferença entre esse montante e o valor da aquisição foi registrado na NEOENERGIA como ágio, com fundamento econômico baseado na expectativa de resultados futuros dentro do período de autorização de funcionamento da central termelétrica concedido pela ANEEL.

A NEOENERGIA era detentora de ações ordinárias representativas de 27,43% do capital social integralizado da TERMOPERNAMBUCO e após essa aquisição, passou a deter 100% das ações do capital social dessa empresa.

Essa operação não altera a estrutura de controle e gestão da TERMOPERNAMBUCO, uma vez que a NEOENERGIA, antes da referida operação, já era controladora indireta da TERMOPERNAMBUCO, com destaque que essa operação atende à determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressa no Despacho nº 444 de 11 de julho de 2001.

Em 31 de dezembro de 2003, por meio de reunião do Conselho de Administração e de Assembléia Geral Extraordinária da TERMOPERNAMBUCO, foi aprovada a conclusão do processo de reestruturação societária com objetivo de transferir para a TERMOPERNAMBUCO o benefício fiscal do ágio de R\$ 130.674, pago na aquisição das ações da TERMOPERNAMBUCO pela NEOENERGIA da CELPE, em outubro de 2003.

Para tanto, em reunião do Conselho de Administração da NEOENERGIA realizada em 26/12/2003 foi aprovado aumento de capital na sociedade de propósito específico (SPE) Rio Japurí Empreendimentos e Participações S.A. integralizado por meio da contribuição com as ações e o ágio referentes ao investimento da NEOENERGIA na TERMOPERNAMBUCO, tendo como data base 30/11/2003. O processo foi concluído com a incorporação pela TERMOPERNAMBUCO de sua então controladora, e respectivamente do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido, de acordo com a Instrução CVM nº 349/2001.

Em 28 de janeiro de 2004 foi editada a Resolução da ANEEL nº 40 que restringiu o lastro das termelétricas do Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT em todo o Nordeste. Tal restrição teve como origem a deficiência no fornecimento do gás natural para todas as usinas termelétricas do PPT no Nordeste. Entretanto, o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, determinou em seus

artigos 2º, 5º, 6º, 7º e 8º, que o agente vendedor não possuindo lastro para a venda suficiente para o cumprimento de suas obrigações, deverá celebrar contratos de compra de energia para garantir os seus contratos de vendas originais, sendo firmados sob integral responsabilidade do agente vendedor. A ANEEL aprovou os contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados pelas controladas CELPE e COELBA com a TERMOPERNAMBUCO, através dos Ofícios nº 1804 e nº 1805, de 28 de outubro de 2004, respectivamente.

Em 18 de novembro de 2004, foi realizado um acordo entre a Petrobras a CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. e a Termopernambuco S.A. com o objetivo de recompor o lastro fixado pela Resolução Normativa nº 40, no qual ficou estabelecido que o fornecimento de gás a Termopernambuco será suprido pela geração termelétrica de usinas de propriedades da Petrobras e/ou nas quais a Petrobras seja tomadora da energia elétrica gerada, quais sejam Eletrobolt, Ibiritermo, Macaé, Merchant, Três Lagoas e/ou outras que venham a ser indicadas pela Petrobras e aprovadas pela ANEEL.

Em 15 de maio de 2004, a Usina iniciou suas operações e vem fornecendo energia para atendimento ao contrato firmado com a CELPE e COELBA.

(2) TERMOAÇU

A TERMOAÇU é um projeto do grupo NEOENERGIA e da PETROBRAS, para a instalação de uma usina termelétrica no Estado de Rio Grande do Norte. O projeto consiste em uma planta de co-geração com uma potência instalada de 325 MW e uma produção de vapor de 610 t/h, que está sendo construída no município de Alto do Rodrigues – RN. A energia elétrica se destinará a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo NEOENERGIA e o vapor será usado pela PETROBRAS para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região. O investimento total previsto é de US\$ 300 milhões, dos quais US\$ 85 milhões correspondem às turbinas de gás.

Visando comprovar a exigibilidade estabelecida nas Resoluções nº 488, de 21 de agosto de 2002 e nº 248, de 6 de maio de 2002, referente a energia gerada pelos empreendimentos comprovadamente em implantação, foram encaminhados a ANEEL, para aprovação, os contratos de venda de energia (PPAs) celebrados entre as distribuidoras do Grupo NEOENERGIA e a TERMOAÇU. Em março de 2003, o Órgão Regulador anunciou novo posicionamento de caráter geral, estabelecendo novos critérios para o preço de compra de energia elétrica para as distribuidoras, o que levou à paralisação das obras em abril de 2003. Desde então a TERMOAÇU e as distribuidoras COELBA e COSERN negociaram com a ANEEL a aprovação dos contratos de compra e venda de energia, o que ocorreu em 13/9/2004 por meio do Despacho Aneel nº 738/04 para o contrato com a COELBA e 25/8/2004 por meio do Despacho Aneel nº 681/04 para o contrato com a COSERN. Adicionalmente, foi aprovado por meio da Resolução Autorizativa Aneel nº 343 de 27/9/2004 o novo cronograma de entrada em operação comercial da usina para março/2007.

Os acionistas assinaram em 16/9/2004 Termo de Compromisso que permitiu a retomada do projeto, tendo sido firmada notificação com a construtora para retorno das obras em 1/10/2004. Tal acordo prevê que o acionista PETROBRAS será responsável pelos novos aportes para conclusão do projeto, diluindo a participação da NEOENERGIA até o limite mínimo de 20,5% e ainda custos adicionais com empreiteiros e outros a serem assumidos pela NEOENERGIA de aproximadamente R\$ 43.374 mil que estão registrados no balanço patrimonial da controlada TERMOAÇU S.A. Ao longo do exercício a NEOENERGIA aportou R\$ 89.681 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital para fazer face aos compromissos assumidos, sendo que do valor total aportado no ano, R\$ 46.430 mil destinaram-se ao pagamento da construtora e outros sobre-custos e R\$ 43.251 mil para o pagamento das turbinas à General Electric. Em 24/9/2004 foi realizada assembleia geral extraordinária da TERMOAÇU, onde foi deliberado aumento de capital de R\$ 38.400 mil mediante a emissão de 76.800 mil ações, integralmente subscritos pela Petrobras, passando o capital social da TERMOAÇU para R\$ 298.400 mil representado por 336.800 mil ações ordinárias, dos quais 54% pertencentes à NEOENERGIA e 46% da PETROBRAS.

Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2004, após a assinatura do referido Termo de Compromisso e a garantia da viabilidade do projeto, foi constituída provisão complementar para perda na realização do investimento de R\$ 10.000 mil. Com isso o saldo do investimento líquido (exceto adiantamento para futuros aumentos de capital) é composto como segue:

	2004	2003
Investimento – ações	182.000	182.000
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão pl perda	(41.738)	(31.738)
Investimento líquido	172.000	182.000

A Administração, baseada no plano de negócios original a esse projeto não prevê perdas adicionais às já registradas.

(3) ITAPEBI – Desverticalização

Em reunião em conjunto dos Conselhos de Administração da NEOENERGIA e de sua controlada COELBA, realizada em 23 de outubro de 2003, foi aprovada a venda e compra de 63.000.000 de ações ordinárias de emissão da Itapebi, Geração de Energia S.A., representativas de 42% do capital integralizado, pelo valor de R\$ 148.613, com base no laudo de avaliação econômica preparado pela Ernst Young Consultores Associados Ltda., atualizado até a data da alienação. A diferença entre o valor patrimonial das ações integralizadas era de R\$ 62.368 e a diferença entre esse montante e o valor da aquisição foi registrada na NEOENERGIA como ágio, com fundamento econômico baseado na expectativa de resultados futuros, dentro do período apresentado nas projeções que demonstram esses resultados, o qual coincide com o período da concessão.

A COELBA reconheceu no resultado do exercício de 2004, ganho bruto da ordem de R\$ 57.058, em decorrência da referida venda. Esse ganho, contudo, não afetou o resultado do exercício 2004 da NEOENERGIA, de acordo com regra estabelecida por meio da instrução CVM nº 247/96 (§ 1º do artigo 9º). A NEOENERGIA era detentora de participação indireta de 36,89% do capital social integralizado da ITAPEBI e após essa aquisição, passou a deter 42% das ações do capital social dessa empresa.

A ANEEL através de ofício nº 392, de 16 de novembro de 2004, aprovou a alienação das ações da Itapebi para a Neoenergia S.A.

(4) TERMO GCS

A Termo GCS S.A., empresa criada para assumir a atividade termelétrica, possui seis usinas termelétricas, no conjunto formada por 18 (dezoito) grupos geradores, com capacidade total de 30 MWh e tem como objetivo gerar e comercializar energia elétrica, na qualidade de produtor independente – PIE – com o propósito específico, mas não exclusivo, de atender ao suprimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Brasileiro, para atendimento às Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, suprimento este contratualmente especificado e prestado à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE. A receita anual fixa é de R\$ 21.273 mil a título de fornecimento de capacidade. A Termo GCS foi requisitada pela CBEE para entrar em operação desde janeiro de 2003.

Seu contrato tem prazo de vencimento para dezembro de 2005. A investida está buscando alternativas para a continuidade de suas operações.

Movimentação do Investimento	Coelba	Celpe	Cosem	Itapevi	Ibenbrasil	Termoçoçu	Termo-pe (2)	Rio Japurá(1)	Tracal	NC Energia	GCS	Termo	Total
Saldos em													
31 de dezembro de 2002	2.200.201	1.895.503	239.456	-	6.283	31.360	76.818	-	2.834	16.596	30	4.469.081	
Aquisições de ações	-	-	-	-	-	150.640	212.752	-	-	-	-	363.392	
Ágio na aquisição de ações	-	-	-	-	-	31.738	130.674	-	-	-	-	162.412	
Integralizações de capital	-	-	-	-	-	-	(420.244)	420.244	4.360	-	-	4.360	
Incorporação de controladora	-	-	-	-	-	-	420.244	(420.244)	-	-	-	-	
Baixa por alienação	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.486)	-	-	(2.486)	
Equivalência patrimonial	149.633	71.998	15.128	-	(529)	-	-	-	(4.708)	12.828	64	244.414	
Amortização de ágio	(23.182)	(67.333)	(6.102)	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.617)	
Dividendos e juros sobrecapital receber	(138.313)	(82.919)	(13.866)	-	-	-	-	-	-	(13.531)	(94)	(248.723)	
Provisão para perda na realização do ágio	-	-	-	-	-	(31.738)	-	-	-	-	-	(31.738)	
Saldos em 31													
de dezembro de 2003	2.188.339	1.817.249	234.616	-	5.754	182.000	420.244	-	-	15.893	-	4.864.095	
Aquisições de ações	-	-	-	91.527	-	-	-	-	-	-	-	91.527	
Ágio na aquisição de ações	-	-	-	57.086	-	-	-	-	-	-	-	57.086	
Incorporação de controladora	-	-	-	-	(722)	-	-	-	-	-	-	(722)	
Equivalência patrimonial	275.741	70.284	28.179	2.966	(5.032)	-	76.915	-	-	24.863	114	474.030	
Amortização de ágio	(21.615)	(54.603)	(6.154)	-	-	-	(10.677)	-	-	-	-	(93.049)	
Dividendos e juros sobrecapital Receber	(300.251)	(11.358)	(47.195)	(24.094)	-	-	(73.069)	-	-	(24.434)	(114)	(480.515)	
Provisão para perda na realização do ágio	-	-	-	-	-	(10.000)	-	-	-	-	-	(10.000)	
Saldos em 31													
de dezembro de 2004	2.142.214	1.821.572	209.446	127.485	-	172.000	413.413	-	-	16.322	-	4.902.452	

(1) Sociedade de Propósito Específico

(2) Termopemambuco S.A.

21. IMOBILIZADO

A composição dos saldos e taxas anuais médias de depreciação é como segue:

	Consolidado					
	2004		2003			
Taxas Anuais Médias de Depreciação (%)	Custo	Depreciação Amortizada Acumulada	Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido	Valor Líquido	
Em serviço						
Geração	3,37	1.619.113	(95.123)	-	1.523.990	653.126
Transmissão	4,34	63.860	(15.358)	(5.440)	43.062	34.530
Distribuição	4,89	4.966.258	(1.997.152)	(529.202)	2.439.904	2.380.305
Comercialização	15,21	132.684	(63.205)	(17)	69.462	74.545
Administração	13,05	219.876	(116.078)	(175)	103.623	112.610
Subtotal		7.001.791	(2.286.916)	(534.834)	4.180.041	3.255.116
Em curso						
Geração		429.782	-	-	429.782	1.187.113
Transmissão		53	-	-	53	36
Distribuição		242.815	-	(143.166)	99.649	84.127
Comercialização		1.255	-	-	1.255	1.788
Administração		31.808	-	-	31.808	23.097
Subtotal		705.713	-	(143.166)	562.547	1.296.161
Total		7.707.504	(2.286.916)	(678.000)	4.742.588	4.551.277

Taxas Anuais de Depreciação por Macroatividade/Equipamentos Principais			
Geração	(%)	Distribuição	Comercialização
Equipamento geral	10,0	Barra de capacitores	Equipamento geral
Equipamentos da tomada d'água	3,7	Chave de distribuição	Edificação
Estrutura da tomada d'água	4,0	Condutor do sistema	Administração
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0	Estrutura do sistema	Edificação
Turbina hidráulica	2,5	Regulador de tensão	Veículos
Transmissão		Medidor	Intangível
Condutor do sistema	2,5	Transformador	Equipamento geral
Equipamento geral	10,0		
Estrutura do sistema	2,5		
Religadores	4,3		

O Imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica e de investimentos na controlada TERMOAÇU.

Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens em instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

Em atendimento as disposições contidas na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo imobilizado os seguintes valores:

	Consolidado – Distribuição	
	2004	2003
Juros contabilizados no resultado	455.262	387.336
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(455)	(806)
Efeito líquido do resultado	454.807	386.530

Desverticalização – COELBA

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Ofício Circular nº 1.078, de 3 de julho de 2004, estabeleceu o prazo de 15 de agosto de 2004 para que as concessionárias de energia elétrica apresentassem cronograma detalhando as etapas e prazos necessários, bem como o diagrama ilustrativo da formatação dos arranjos societários pretendidos, para a segregação das atividades atinentes às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição e de geração de energia elétrica.

No dia 15 de agosto de 2004, em cumprimento a cláusula 12ª do contrato de concessão nº 010/97, firmado em 8 de agosto de 1997, e em atenção ao Ofício Circular acima mencionado, a COELBA encaminhou novo cronograma à ANEEL, em substituição ao modelo de reestruturação societária aprovado anteriormente. Os estudos técnicos para definição do melhor arranjo societário para o processo de desverticalização encontram-se em curso.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A composição dessas obrigações é a seguinte:

	Consolidado	
	2004	2003
Participações da União	22.545	22.541
Participação dos Estados	51.328	47.229
Participação dos Municípios	26.443	18.447
Participação do consumidor	412.835	380.800
Outras subvenções	164.849	97.815
Total	678.000	566.832

Universalização

A ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução Normativa nº 52 de 25 de março de 2004 e nº 73 de 9 de julho de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentado o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público e distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003 alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

As Companhias, COELBA, COSERN e CELPE submeteram a ANEEL, para aprovação, o Plano de Universalização de Energia Elétrica, elaborados em conformidade com o que preceitua a legislação, a ser implementado no período de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2004, de acordo com o artigo 6º da Resolução Normativa nº 223. Os demais planos de universalização das Companhias deverão ser entregues a ANEEL, conforme cronograma constante da referida Resolução Normativa, juntamente com as propostas de atendimentos que poderão se estender até 2010 para a CELPE, e até 2013 para COELBA e COSERN.

O Plano de Universalização para o período 2005-2008 juntamente com os ajustes no Plano 2004 foram enviados à ANEEL dentro dos prazos previstos (agosto/setembro 2004). Vale destacar que, na elaboração dos citados planos, foi considerada a compatibilização com o Programa Luz para Todos.

Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS”

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa LUZ PARA TODOS, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

De acordo com o artigo 2º do Decreto, os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. O programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

A Portaria ANEEL nº 38, de 9 de março de 2004, aprovou o Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no Programa.

A COELBA é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – ECFS nº 013/2004, assinado em 30 de junho de 2004 com a Eletrobrás no âmbito do Programa Luz para Todos, no valor de R\$ 10.869 a título de financiamento, com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e de R\$ 108.688 a título de subvenção econômica, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e R\$ 21.098 com recursos próprios para atendimento de 38.966 famílias.

A COSERN é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – ECFS nº 003/2004, assinado em 16 de junho de 2004 com a ELETROBRÁS, no valor de R\$ 4.718 a título de financiamento, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, e de R\$ 15.726 a título de subvenção econômica, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, para atendimento de 9.180 famílias. Há também Contratos de Concessão de Subvenção Econômica – UPPs 029 a 032/2004, assinados em 16 de junho de 2004 com a ELETROBRÁS, no valor de R\$ 456 a título de subvenção econômica, com recursos de Uso do Bem Público – UBP e multas, para atendimento de 106 famílias.

A CELPE é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – ECFS nº 018/2004, assinado em 9 de junho de 2004, com a Eletrobrás no âmbito do Programa Luz para Todos, no valor de R\$ 48.453 a título de financiamento, com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e de R\$ 69.219 a título de subvenção econômica, com recursos da Conta de

Desenvolvimento Energético – CDE, e R\$ 20.766 com recursos próprios para o atendimento de 38.000 domicílios rurais no período 2004-2005.

22. DIFERIDO

Composição	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Despesas financeiras	50.416	28.649	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	2.278.738	2.251.092
(-) Amortização	(4.879)	-	(470.306)	(363.371)
Subtotal	45.537	28.649	1.808.432	1.887.721
Despesas diferidas, líquidas das Amortizações	-	-	237.623	292.413
Total	45.537	28.649	2.046.055	2.180.134

As despesas diferidas referem-se às despesas pré-operacionais das controladas ITAPEBI, TERMOPERNAMBUCO e TERMOAÇU, e são decorrentes do estágio pré-operacional da construção daquelas usinas de energia. A ITAPEBI entrou em operação comercial em janeiro de 2003, a TERMOPERNAMBUCO em maio de 2004 e a TERMOAÇU tem entrada em operação prevista para março de 2007. Os custos de construção estão consolidados no imobilizado em curso, na atividade de geração.

A controladora mantém registro no ativo diferido referente aos encargos incorridos relacionados com os recursos repassados ou aportados nos projetos de geração termoeletrica Termopernambuco. O montante de R\$ 50.416 (R\$ 28.649 em 2003) capitalizado foi incorporado ao ativo imobilizado quando da consolidação das demonstrações contábeis. A partir de maio de 2004, a Neoenergia começou a amortizar esse ativo em decorrência da entrada em operação da TERMOPERNAMBUCO.

23. FORNECEDORES

Composição	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Fornecedores de energia elétrica	-	-	128.631	156.865
Fornecedores de energia elétrica - MAE	-	-	18.784	8.699
Materiais e serviços	613	490	310.843	291.513
Total	613	490	458.258	457.077

24. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da Dívida	Controladora
	2003
Moeda nacional	
Banco do Brasil	85.878
Banco Itaú	5.892
BNDES	201.762
Bradesco	1.958
Total moeda nacional	295.490
Moeda estrangeira	
Banco Itaú	39.325
Total moeda estrangeira	39.325
Subtotal	334.815
Ajuste Swap	35.764
Total	370.579

Consolidado

Composição da Dívida	Encargos Circulante	Circulante	Principal Longo prazo	2004	Total 2003
Moeda Nacional					
Banco do Brasil	1.656	6.844	76.716	85.215	195.676
HSBC	1.543	9.160	35.840	46.543	-
Eletrobrás	275	35.897	213.123	249.295	224.668
BNB	405	-	91.075	91.480	-
BANKBOSTON	-	-	-	-	23.043
Banco Itaú	3.026	4.580	88.865	96.471	45.721
West LB	10	10.635	29.707	40.352	-
BNDES/RTS	4.032	106.504	625.246	735.782	1.078.988
BNDES/FINEM	341	44.324	34.450	79.115	-
Safra Leasing	-	32	-	32	-
IBM Leasing	-	1.590	1.183	2.773	-
Bradesco	1.658	4.160	35.840	41.658	24.869
Unibanco	3.396	22.469	78.245	104.110	23.352
Citibank	31	2.103	34.155	36.289	-
Santander	2.512	6.240	53.760	62.512	-
Banco do Nordeste	26	-	33.000	33.026	-
Deutsche	31	2.103	17.015	19.149	-
Alfa	183	10.000	-	10.183	-
Consumidores	-	1.612	776	2.388	-
Outros	6	2.321	4.200	6.527	69.879
Total moeda nacional	19.131	270.574	1.453.196	1.742.901	1.686.196
Moeda estrangeira					
Banco Interamericano	-	-	-	-	-
Desenvolvimento – BID	4.445	54.427	350.529	409.401	490.247
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	-	4.072	24.642	28.714	32.882
Sindicato (Líder BankBoston) (1)	31.420	458.776	395.443	885.639	867.101
BBVA	-	-	-	-	22.056
IBM Leasing	-	1.294	-	1.294	-
Banco Itaú	-	47	-	47	107.264
Banco do Brasil	20	130	1.725	1.875	2.245
Westlb	-	-	-	-	65.763
Citibank	41	13.626	110.246	123.913	294.123
Banco Santander	-	-	-	-	83.893
Bradesco	-	-	-	-	53.091
Banco Real – ABN	19	1.254	12.681	13.954	21.676
Fibra	-	-	5.285	5.285	-
Outros	-	-	-	-	17.148
Total moeda estrangeira	35.945	533.626	900.551	1.470.122	2.057.355
Subtotal	55.076	804.200	2.353.747	3.213.023	3.743.551
Ajuste Swap	-	115.915	34.621	150.536	104.612
Aplicações financeiras (2)	-	(586.596)	-	(586.596)	-
Total	55.076	333.519	2.388.368	2.776.963	3.848.163

Companhia e suas controladas COELBA, CELPE e COSERN concluíram em 2004 as negociações do alongamento de suas dívidas a serem liquidadas no curto prazo.

(1) A COELBA através de sua controlada integral GARTER PROPERTIES INC., empresa "off shore" vem efetuando captação externa desde dezembro de 1997. Em 31 de dezembro de 2004 a dívida é de US\$ 321.813, equivalentes a R\$ 854.220 (US\$ 300.000 – em 31 de dezembro de 2003, equivalentes a R\$ 932.250), e juros de US\$ 11.879 equivalentes a R\$ 31.532 (US\$ 118 – em 31 de dezembro de 2003, equivalentes a R\$ 341).

Os recursos do empréstimo no montante de US\$ 300.000 foram captados junto a instituições financeiras que tinham como líder o BankBoston, com vencimento para 28 de junho de 2004 e incidência de juros composto pela "libor" mais "spread" de 3,00% a.a. Na data do vencimento, foram amortizados US\$ 30 milhões e o saldo remanescente, US\$ 270.000, teve seu vencimento prorrogado para 27 de julho de 2004 e liquidado nesta data.

Com o objetivo de efetuar esta primeira amortização, equivalente a 10% do empréstimo, em junho, a COELBA, através da Garter, concluiu processo de captação externa no valor de US\$ 30 milhões, junto ao Credit Suisse First Boston, com vencimento para novembro 2005.

Em julho, foram captados mais US\$ 273.740, destinados a liquidação do saldo remanescente de US\$ 270.000, sendo US\$ 139.740 junto a um sindicato de bancos liderado pelo Société Générale, com vencimento para 2008, US\$ 10.000 junto ao Santander, US\$ 44.000 junto ao Deutsche Bank, US\$ 30.000 junto ao Credit Suisse First Boston e US\$ 50.000 junto ao Banco do Brasil, todos com vencimento para novembro de 2005.

Destes empréstimos, três foram referenciados em reais, a primeira e a segunda liberação do Credit Suisse First Boston e o Banco do Brasil, com taxas prefixadas de 18,40% a.a, 17,50% a.a e 19,50% a.a, respectivamente. Os empréstimos realizados junto ao Sindicato do Société Générale, ao Banco Santander e ao Deutsche Bank foram em moeda estrangeira, com a incidência de juros composto pela "libor" mais "spread" de 3,875% a.a. a 4,625% a.a, juros de 3,54% a.a e 5,50% a.a respectivamente.

O contrato firmado entre a Garter e o sindicato de bancos liderado pelo Société Générale conta com garantia adicional fidejussória da Neoenergia e real, representada pelo penhor sobre direitos creditórios de titularidade da Coelba, oriundos de contratos de fornecimento de energia, em 14,21% mensalmente. Este contrato também apresenta condições de "Covenants" estabelecendo limites de índices composto pela dívida total consolidada/ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) consolidado, ebitda consolidado/despesa com encargos consolidada, dívida total consolidada/capitalização consolidada e dívida de curto prazo consolidada/dívida total consolidada. Nas demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2004, a Companhia atingiu adequadamente todos estes índices.

Em virtude de parte das captações externas terem ocorrido em um prazo mais curto do que o pretendido pela COELBA, a elevada liquidez do mercado interno foi utilizada para captações mais longas. Desta forma foram feitas as 3ª e 4ª emissões de debêntures para aproveitar este momento e garantir a liquidez da Companhia nos próximos anos, vide Nota Explicativa n° 25.

(2) Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas Demonstrações Contábeis, as Aplicações Financeiras em Títulos e Valores Mobiliários de Curto Prazo, que em essência constituem reservas reais para liquidação futura de empréstimo junto às respectivas instituições financeiras credoras, referidas no item (1) anterior, foram classificadas no Balanço no Passivo Circulante, retificando a conta de Empréstimos e Financiamentos.

Condições contratuais dos empréstimos da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2004:

COELBA					
Fonte	Moeda	Data de Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento
BID	US\$	23/03/1996	Programa de Expansão e Melhoramento do Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado da Bahia – 2ª Etapa	7,75% a.a. 3,00% a.a.	2006 2011
KfW	EURO	15/07/1997	Programa de Abastecimento de Energia Elétrica na Região do São Francisco no Oeste do Estado da Bahia	6,50% a.a.	2007
ELETROBRÁS	R\$	DIVERSAS	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Linhas de Transmissão	5,00% a.a. 7,00% a.a.	2016
BNDES/FINEM	R\$	01/06/1999	Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 3,85% a.a.	2006
SAFRA Leasing	R\$	24/01/2002 07/04/2003	Máquinas e Serviços Leasing Veículo	Taxa CDI CETIP + 1% a.a. 2,75% a.m.	2005
BNDES – RTE	R\$	08/02/2002	Suprir insuficiências de recursos decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	2009
UNIBANCO	R\$	30/11/2004	Capital de Giro	100,0% CDI + 2% a.a.	2006
CITIBANK	R\$	27/12/2004	Capital de Giro	107,0% CDI	2006
ITAÚ	R\$	30/12/2004	Capital de Giro	100,0% CDI + 2% a.a.	2006
WESTLB	R\$	23/12/2004	Capital de Giro	100,0% CDI + 2% a.a.	2006
ALFA	R\$	27/12/2004 29/11/2004	Capital de Giro Capital de Giro	114,0% CDI	2005

Fonte	Moeda	Data de		Juros	Vencimento
		Assinatura	Objetivo		
IBM Leasing	R\$	31/10/2002	Equipamentos de Informática	13,86% a.a.	2005
		31/10/2003		100,0% CDI	2006
BNB	R\$	14/12/2004	Programa de Investimento	14% a.a.	2012
CSFB1	R\$	22/06/2004	Renegociação da dívida da Garter com o Sindicato BKB	18,40% a.a.	2005
CSFB2	R\$	26/07/2004	Renegociação da dívida da Garter com o Sindicato BKB	17,15% a.a.	2005
BANCO DO BRASIL	R\$	26/07/2004	Renegociação da dívida da Garter com o Sindicato BKB	19,50%a.a.	2005
DEUTSCHE BANK	US\$	23/07/2004	Renegociação da dívida da Garter com o Sindicato BKB	5,50% a.a.	2005
SANTANDER	US\$	26/07/2004	Renegociação da dívida da Garter com o Sindicato BKB	3,54% a.a.	2005
Sindicato de Bancos: SOCIÉTÉ GÉNÉRALE	US\$	27/07/2004	Renegociação da dívida da Garter com o Sindicato BKB	Libor + 3,875 à 4,625% a.a.	2008

COSERN					
BANCO BRASIL	R\$	30/03/1994	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.	2014
BANCO BRASIL	R\$	30/03/1994	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	TJLP + 10,236% a.a.	2014
ELETROBRÁS	R\$	DIVERSAS	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores	6 a 9 % a.a.	2016
BNDES/FINEM	R\$	01/06/2000	Investimento sistema transmissão/ Distribuição	TJLP + 4,5% a.a.	2008
BNDES/Emergencial	R\$	14/02/2002	Emergencial de Redução do Consumo	SELIC + 1% a.a.	2010
BNB	R\$	23/12/2004	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	14% a.a.	2013
ITAÚ	R\$	14/10/2004	Capital de Giro	CDI + 2,5% a.a.	2007
WESTLB	R\$	14/09/2004	Capital de Giro	CDI + 2,25% a.a.	2005
HSBC	R\$	15/12/2004	Capital de Giro	CDI + 1,8% a.a.	2005
UNIBANCO	R\$	02/08/2004	Capital de Giro	CDI + 2,25% a.a.	2005
UNIBANCO	R\$	29/09/2004	Capital de Giro	CDI + 2,25% a.a.	2007

CELPE					
ECF 1314 FINEL	R\$	19/12/94	Transmissão	FINEL+8,0% a.a.	30/06/07
ECF 1348 FINEL	R\$	03/10/95	Transmissão	FINEL+8,5% a.a.	30/03/09
ECF 1745 FINEL	R\$	16/06/98	Automação SE	FINEL+8,5% a.a.	30/07/05
ECF 1810 FINEL	R\$	06/10/98	Conserv. Energia	FINEL+8,5% a.a.	30/10/05
ECF 1936 UFIR	R\$	05/11/99	Conserv. Energia	UFIR+6,0% a.a.	30/05/06
ECF 1951 UFIR	R\$	16/12/99	Eletificação Rural	UFIR+6,0% a.a.	30/12/05
ECF 1983 UFIR	R\$	11/02/00	Eletificação Rural	UFIR+6,0% a.a.	29/02/12
ECF 2184 UFIR	R\$	15/10/02	Iluminação Pública	UFIR+6,5% a.a.	30/05/08
ECF 0018 UFIR	R\$	01/07/04	Universalização	UFIR+6,0% a.a.	30/07/16
BANRISUL	R\$	18/07/02	Giro	120% do CDI	27/01/05
B.B. RENEG NAC 1	R\$	01/03/94	Pgto BNDES	TJLP+9,16% a.a.	01/03/14
B.B. RENEG NAC 2	R\$	01/03/94	Pgto Eletrobrás	IGPM+9,16% a.a.	01/03/14
BCN LEASING 1	R\$	01/10/02	Leasing – Máquinas e Serviços	CDI+2,0% a.a.	03/10/05
BNDES Tranche 1	R\$	08/02/02	Perdas c/ Racionamento	SELIC+1,0% a.a.	15/03/08
BNDES Tranche 2	R\$	08/02/02	Perdas c/ Racionamento	SELIC+1,0% a.a.	15/03/08
BNDES Tranche 3	R\$	08/02/02	Perdas c/ Racionamento	SELIC+1,0% a.a.	15/08/08
BNDES CVA	R\$	09/07/04	CVA	SELIC+1,0% a.a.	15/04/07
CEF/COHAB	R\$	Diversos	Elet. Conj. Habit.	TR+2 a 5,5% a.a.	14/07/14
CELPOS 1	R\$	19/09/01	Parcelamento Debito	INPC+6,0% a.a.	26/12/07
CELPOS 2	R\$	19/09/01	Parcelamento Debito	INPC+6,0% a.a.	26/12/23
CELPOS 3	R\$	30/11/01	Parcelamento Debito	INPC+6,0% a.a.	31/12/05
CITIBANK 1	R\$	27/09/04	Rest. da Dívida/G	CDI+4,0%a.a.	26/03/08
DEUTSCHE 3	R\$	27/09/04	Rest. da Dívida/G	CDI+4,0% a.a.	26/03/08
B.B. 4	R\$	16/04/04	Rest. da Dívida/Giro	CDI+4,0% a.a.	28/03/08
BRADESCO 4	R\$	16/04/04	Rest. da Dívida/Giro	CDI+4,0% a.a.	28/03/08
HSBC 2	R\$	23/04/04	Rest. da Dívida/Giro	CDI+4,0% a.a.	28/03/08
ITAÚ BBA.8	R\$	16/04/04	Rest. da Dívida/Giro	CDI+4,0% a.a.	28/03/08
SANTANDER 5	R\$	16/04/04	Rest. da Dívida/Giro	CDI+4,0% a.a.	28/03/08
UNIBANCO 2	R\$	16/04/04	Rest. da Dívida/Giro	CDI+4,0% a.a.	28/03/08
UNIBANCO 3	R\$	27/09/04	Rest. da Dívida/Giro	CDI+4,0% a.a.	26/03/08

Fonte	Moeda	Data		Juros	Vencimento
		de Assinatura	Objetivo		
BNB	R\$	30/11/04	Eletificação	14,00% a.a.	30/11/13
FINEP	R\$	23/12/04	Pesquisa e Desenvolvimento	TJLP + 4% a.a.	15/01/11
ABN 3	DÓLAR	23/06/04	Rest. da Dívida / Giro	LIBOR TRI. + 4,0% a.a.	28/03/08
BB REN ME	DÓLAR	30/12/97	Acordo Dívida Externa	4,0% a 8,0% a.a.	15/04/24
CLUBDEAL 2	DÓLAR	20/03/02	Giro	LIBOR TRI.+ 4,0% a.a.	26/03/08
DEBENT. 1ª EMIS	DÓLAR	03/09/04	Rest. da Dívida / G	11,30% a.a.	27/01/12
KfW Tranche 1	EUR	29/05/96	Dist.Rural/Se's/LTs	2,0% a.a.	30/06/26
KfW Tranche 2	EUR	29/05/96	Dist.Rural/Se's/LTs	4,5% a.a.	30/06/16

ITAPEBI					
BNDES	R\$	24/12/2001	Financiamento de investimentos	TJLP + Spread 4,25 e 4,50% a.a.	04/2013
Banco do Brasil	R\$	-	Capital de Giro	107,00% CDI	02/2004

TERMOPE					
BID-Parte A	US\$	19/06/2002	Financiamento Projeto de Construção Usina Termelétrica	LIBOR + Spread Variável	2015
BID-Parte B	US\$	19/06/2002	Financiamento Projeto de Construção Usina Termelétrica	LIBOR + Spread Variável	2015

GARTER					
Sindicato Líder- BankBoston	US\$	19/06/01	Aquisição da COSERN, indenizações e capital de giro	LIBOR +Spread Variável	2004

O total devido em moedas nacional e estrangeira da controladora e consolidado desdobra-se da seguinte forma:

Moeda Nacional	Controladora	
	R\$	%
UMBNDDES	201.762	60,26%
CDI	133.053	39,74%
Total	334.815	100,00%
Principal	324.571	-
Encargos	10.244	-

Moeda Nacional	2004		2003	
	R\$	%	R\$	%
Juros prefixados	102.963	5,9%	16.935	1,0%
REAL	23.970	1,4%	-	-
UMBNDDES	-	-	295.490	17,5%
UFIR	241.396	13,9%	204.293	12,1%
FINEL	7.898	0,5%	12.340	0,7%
IGP-M	46.350	2,7%	48.407	2,9%
TJLP	337.033	19,3%	392.128	23,3%
TR	1.770	0,1%	17.906	1,1%
CDI	492.389	28,3%	196.650	11,7%
SELIC	489.132	28,0%	502.047	29,8%
Total	1.742.901	100,0%	1.686.196	100,0%
Principal	1.723.770	-	1.643.266	-
Encargos	19.131	-	42.930	-

Moeda Estrangeira	Controladora	
	Em Moeda de Origem	%
Dólar norte-americano	39.325	100,00%
Total	39.325	100,00%
Principal	39.270	-
Encargos	55	-

Moeda Estrangeira	2004				2003			
	Em Moeda de Origem	Em R\$	%	Em Moeda de Origem	Em R\$	%		
Dólar norte-americano	543.185	1.441.409	98,05%	700.704	2.024.474	98,40%		
Euro	7.917	28.713	1,95%	9.042	32.882	1,60%		
Total	-	1.470.122	100,00%	-	2.057.356	100,00%		
Principal	-	(1.434.177)	-	-	(2.034.356)	-		
Encargos	-	35.945	-	-	22.449	-		

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Controladora	
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
	Circulante	Circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2003	295.490	39.325
Ingressos	60.915	9.316
Encargos	20.658	1.030
Varição monetária e cambial	(2.554)	(1.631)
Amortizações	(374.509)	(48.040)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	-	-

	Consolidado			
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Passivo Circulante	Exigível Longo Prazo	Passivo Circulante	Exigível Longo Prazo
Saldos em 31 de dezembro de 2003	724.407	961.790	1.578.974	478.381
Ingressos	685.832	628.192	81.800	747.284
Encargos	229.153	20.599	234.838	236
Varição monetária e cambial	739	8.647	87.878	(148.733)
Transferências	166.032	(166.032)	176.617	(176.617)
Amortizações	(1.516.511)	-	(1.590.483)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2004	289.652	1.453.196	569.573	900.551

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Cronograma de Pagamento	Consolidado	
	2004	2003
2005	-	270.427
2006	456.070	221.979
2007	515.544	205.500
2008	708.991	208.073
2009	160.023	121.563
Após 2009	547.740	413.721
Total	2.388.368	1.441.263

25. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Empresa	2004						Consolidado 2003		
	Circulante	Encargos Longo Prazo	Circulante	Principal Longo Prazo	Total	Circulante	Encargos Longo Prazo	Principal Longo Prazo	Total
NEOENERGIA	3.416	1.733	-	315.000	320.149	-	-	-	-
COELBA	11.327	-	48.463	481.169	540.959	-	-	-	-
COSERN	1.960	-	6.800	113.200	121.960	-	-	-	-
CELPE	5.629	-	14.931	104.517	125.077	6.589	3.543	200.000	210.132
ITAPEBI	-	42.867	-	200.000	242.867	6.589	-	200.000	210.132
Subtotal	22.332	44.600	70.194	1.213.886	1.351.012				
Operações com Swap	-	-	2.954	13.030	15.984	-	-	-	-
Total	22.332	44.600	73.148	1.226.916	1.366.996	6.589	3.543	200.000	210.132

NEOENERGIA

A Assembléa Geral Extraordinária da Neoenergia, realizada em 29 de novembro de 2004, aprovou a emissão de debêntures, para distribuição pública, de 31.500 (trinta e um mil) debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, quirografárias, no valor de R\$ 315.000, de 2ª emissão, com garantia vinculada aos pagamentos, atuais e futuros, de dividendos ou juros sobre capital próprio que venham a ser declarados, creditados ou efetivados pelas suas controladas COELBA, COSERN, CELPE, ITAPEBI, NC Energia e TERMOPERNAMBUCO, ou qualquer outro evento que possa ser considerado reembolso de capital ou distribuição de lucro. O valor nominal das Debêntures da 1ª série será atualizado pela taxa média diária dos DI – Depósitos Interfinanceiros acumulados, acrescido de spread de 2% a.a., e das Debêntures da 2ª série será atualizado pelo IGP-M, com juros de 11% a.a.

A emissão e a concessão da garantia aos debenturistas foram registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob os nº CVM/SRE/DEB/2004/043 e CVM/SRE/DEB/2004/044 em 14 de dezembro de 2004.

COELBA

A Assembléa Geral Extraordinária da Coelba, realizada em 30 de março de 2004, aprovou a proposta para criação e a emissão, para distribuição pública, de 3.000 (três mil) debêntures, não

conversíveis em ações, em série única, quirografárias, no valor de R\$ 85.293, de 3ª emissão, com garantia fidejussória da Neoenergia e a vinculação de receitas, decorrentes da prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica da Coelba em 18% do saldo devedor das Debêntures. O valor nominal das Debêntures será atualizado pela variação da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares norte-americanos, acrescido de spread de 10,8% a.a. e resgatado no prazo de vencimento de 10 anos.

A Assembléa Geral Extraordinária da Coelba, realizada em 7 de junho de 2004, aprovou a proposta para criação e a emissão, para distribuição pública, de 4.500 (quatro mil e quinhentas) debêntures, não conversíveis em ações, em série única, quirografárias, no valor de R\$ 450.000, de 4ª emissão, com garantia fidejussória da Neoenergia e penhor de 15,79% ao mês, sobre direitos creditórios de titularidade da Coelba, oriundos de contratos de fornecimento de energia elétrica. O valor nominal das Debêntures será atualizado pelo CDI, acrescido de spread de 3,5% a.a. e resgatado no prazo de vencimento de 4 anos.

A emissão e a concessão da garantia aos debenturistas foram aprovadas pela ANEEL através do Ofício 810/2004-SFF/ANEEL, de 24 de maio de 2004, e registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº CVM/SER/DEB/2004/016 em 21 de janeiro de 2004.

A 3ª e 4ª emissões de debêntures dessa controlada, classificadas no circulante e exigível a longo prazo, também prevêm manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2004, a Companhia atingiu adequadamente todos os índices requeridos contratualmente.

COSERN

A Assembléa Geral Extraordinária da COSERN, realizada em 5 de maio de 2004, deliberou a realização da segunda emissão pública de 1.200 (mil e duzentas) debêntures simples, não conversíveis em ação, nominativas-escriturais, da espécie com garantia real, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 100 perfazendo o montante total de R\$ 120.000, com data de emissão em 1º de junho de 2004 e prazo de vencimento de 4 anos contados da data da emissão. As Debêntures são garantidas por penhor de direitos creditórios de titularidade da Emissora, oriundos de contratos de fornecimento de energia elétrica para os consumidores da Emissora ou detidos contra instituições financeiras e agentes arrecadadores dos pagamentos das contas de fornecimento de energia elétrica, nos termos do Instrumento de Constituição de Penhor.

O valor nominal das Debêntures será remunerado pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, (Taxa DI), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados e divulgados pela CETIP, capitalizada de um spread de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o valor nominal das Debêntures, a partir da data da emissão, e pagos ao final de cada período de capitalização.

A emissão e a concessão da garantia aos debenturistas foram aprovadas pela ANEEL através do Ofício 1014/2004-SFF/ANEEL, de 23 de junho de 2004, e registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº CVM/SER/DEB/2004/025 em 19 de agosto de 2004.

As Debêntures foram subscritas e integralizadas no dia 16 de setembro de 2004, pelo seu valor nominal, acrescido de Juros Remuneratórios (CDI + 2,5% a.a), calculados pro rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição.

A 2ª emissão de debêntures dessa controlada, classificada no circulante e exigível a longo prazo, prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juro. Nas demonstrações findas em 30 de dezembro de 2004, a Companhia atingiu adequadamente todos os índices requeridos contratualmente.

CELPE

A 124ª Assembléa Geral Extraordinária da CELPE, realizada em 30 de março de 2004, aprovou a proposta de emissão pública de 4.500 (quatro mil e quinhentas) debêntures, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 127.940, de 1ª emissão, com garantia fidejussória da Guaraniã e a

vinculação de receitas da CELPE. O valor nominal das Debêntures será (i) atualizado pela variação da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares norte-americanos; (ii) remunerado a uma taxa de juros de 11,30% ao ano; e (iii) resgatado no prazo de vencimento de 8 anos. A Emissão foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 14 de julho de 2004 através do ofício ANEEL/SFF 1.119/2004, e pela CVM em 3 de setembro de 2004 sob registro nº CVM/SRE/DEB/2004/027.

A 1ª emissão de debêntures da CELPE, classificada no circulante e exigível a longo prazo, também prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2004, a CELPE atingiu adequadamente todos os índices requeridos contratualmente.

ITAPEBI

Em dezembro de 2002, através de Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da ITAPEBI, foi aprovada por unanimidade de votos a emissão de 20.000 (vinte mil) debêntures não conversíveis em ações, nominativas, em série única, de espécie subordinada à ITAPEBI, no valor total de R\$ 200.000 remuneradas pela variação do IGPM e juros de 12,5% a.a. A data da efetiva comercialização foi em 24 de setembro de 2003. A amortização do principal será efetuado em 12 parcelas anuais a partir de janeiro de 2006 e os juros serão pagos no 18º e 36º mês contados a partir da emissão, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em julho de 2004. As garantias concedidas são de conta reserva, penhor de direitos emergentes e cumprimento de índices financeiros.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Cronograma de Pagamento	Consolidado	
	2004	2003
Total	2004	2003
2006	266.233	8.528
2007	365.270	18.502
2008	346.181	20.354
2009	49.877	22.614
Após 2009	243.955	133.545
Total	1.271.516	203.543

26. TAXAS REGULAMENTARES

Composição	Consolidado	
	2004	2003
Quota de reserva global de reversão – RGR	10.144	12.000
Quota de consumo de combustível – CCC	17.162	-
Encargo de capacidade emergencial – ECE	27.727	36.529
Encargo serviço sistema – ESS	-	1.265
Conta desenvolvimento energético – CDE	1.186	935
Taxa de fiscalização – TFSEE	921	399
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	31.714	10.236
Encargo de aquisição de Energia Elétrica – EAEE	2	-
Encargo Serviço Sistema – ESS	1.265	-
Total	90.121	61.364
Passivo circulante	(78.710)	(61.364)
Exigível a longo prazo	11.411	-

27. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
ICMS	-	-	87.743	86.717
ICMS diferido	-	-	-	28.921
Imposto de renda sobre distribuição de lucros	5.715	-	8.508	5.387
Imposto de renda – pessoas física e jurídica	66	50	13.178	14.750
INSS	9	131	4.277	4.225
FGTS	-	23	1.650	1.654
COFINS	3.150	3.338	44.887	18.993
PIS	684	1.798	9.745	7.389
Outros	3.632	-	9.052	4.250
Total	13.256	5.340	179.040	172.286
Passivo circulante	(13.256)	(5.340)	(178.486)	(143.365)
Exigível a longo prazo	-	-	554	28.921

28. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

As controladas registraram os tributos e contribuições sociais a recolher calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária, reposicionamento tarifário (Vide Nota Explicativa nº 7), variação cambial líquida (empréstimos e swap) e energia livre, bem como o valor da contribuição social sobre o lucro calculado sobre o saldo da correção monetária complementar Lei nº 8.200/91, a ser depreciado. Os impactos financeiros desses tributos e contribuições, ocorrerão no momento da realização dos eventos mencionados.

Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos:

	Consolidado	
	2004	2003
Imposto de Renda	194.163	176.651
Contribuição Social	64.802	59.895
PIS	15.690	19.724
COFINS	72.246	38.463
ICMS diferido	29.354	-
Total	376.255	294.733
Passivo Circulante	(124.124)	(91.582)
Passivo Exigível a Longo Prazo	252.131	203.151

29. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões constituídas para contingências e respectivos depósitos judiciais são compostos como segue:

Contingências	Consolidado					
	2004			2003		
	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	(10.014)	39.765	23.573	4.012	46.403	12.834
Cíveis	11.760	96.544	11.914	(2.788)	77.732	11.241
Clientes – Plano						
Cruzado	(411)	41.386	3.081	253	37.929	3.558
Outras	12.171	55.158	8.833	(3.041)	39.803	7.683
Fiscais	(24)	23.179	2.297	(8.663)	23.220	10.430
ICMS	-	2.592	-	-	2.592	-
ISS	(3.045)	7.034	-	193	8.357	-
INSS	910	4.282	-	790	2.806	-
PIS/COFINS	-	1.599	1.890	(13.160)	-	-
IRPJ	-	3.464	-	152	3.184	1.890
Outras	2.111	4.208	407	3.362	6.281	8.540
Ambientais	967	21.613	-	12.868	20.910	-
Outros	-	-	8.067	-	-	-
IRRF s/ JSCP	-	-	7.357	-	-	-
Outras	-	-	710	-	-	-
Total	2.689	181.101	45.851	5.429	168.265	34.505
Passivo Circulante	-	(38.512)	-	-	(37.382)	-
Longo Prazo	-	142.589	-	-	130.883	-

Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas movidas contra as empresas controladas, envolvendo horas extras, periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, envolvem os seus empregados (responsabilidade solidária).

Cíveis

Clientes – Tarifas Plano Cruzado

As Companhias COELBA, CELPE e COSERN são réis em demandas judiciais nas quais alguns consumidores industriais questionam a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e nº 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteiam a restituição de valores envolvidos. Não é possível prever o resultado final das ações, tendo diversas outras companhias obtido êxito parcial nos pleitos dos consumidores. Para fazer face a eventuais contingências advindas desses pleitos, as controladas possuem provisões constituídas nos montantes de R\$ 41.386 (2003, R\$ 37.929) respectivamente, relacionado com o diferencial de alíquota cobrado no período de março a novembro de 1986 dos consumidores industriais, acrescido dos encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes.

Outras Cíveis

Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais, de pessoas físicas e jurídicas, nas quais as Controladas são réis, envolvendo danos morais e materiais.

Fiscais

IRPJ e CSLL

Existem processos de natureza fiscal na controlada COSERN envolvendo imposto de renda sobre lucro inflacionário de 1998, que estão em curso para os quais a opinião dos consultores jurídicos com relação às causas possíveis totaliza R\$ 4.731 (2003, R\$ 7.969).

IPTU e TLF

Referem-se a autuações contestadas pelas Controladas.

ISS

Refere-se a conflito de tributação com o ICMS em relação à atividade acessória a venda de energia.

INSS

Refere-se a autuações das Controladas na condição de contribuinte solidário na contratação de serviços de empreiteira. As Companhias vêm acionando as empreiteiras para comprovação do recolhimento e consequente baixar os autos.

Questões Ambientais Itapebi

A administração da ITAPEBI firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA visando definir a compensação adicional de impacto socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidroelétrica de Itapebi. As deliberações contidas no acordo, compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R\$ 8.042 mil e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, a ITAPEBI desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R\$ 12.868 mil e encontra-se registrado contabilmente.

As administrações da Companhia e de suas controladas, consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entendem que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir possíveis perdas com tais causas.

30. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado	
	2004	2003
Taxa de iluminação pública	9.613	9.014
Plano de saúde	34.960	32.884
Adiantamento Estado	85	1.002
FGTS não optante	1.760	1.760
Consumidores	647	1.175
FNDCT	3.733	641
Eletrobrás – juros empréstimo compulsório	1.574	29
Outros	40.099	49.573
Total	92.471	96.078
Passivo circulante	(77.891)	(83.705)
Passivo exigível a longo prazo	14.580	12.373

31. CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS PROPOSTOS

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 4.739.025 (2003, R\$ 4.739.025), dividido em 5.850.636 mil ações subscritas e integralizadas (2003, 5.850.636 mil ações), ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Os aumentos de capital decorrentes da capitalização do valor correspondente às notas promissórias, emitidas em setembro de 2002, no montante de R\$ 74.000, e subscrição de 281.433 mil ações ordinárias, sem valor nominal nos montantes de R\$ 150.000 e R\$ 90.000, foram realizados em 27 de janeiro de 2003, 26 de fevereiro e 14 de julho de 2003, respectivamente. Os aumentos de capital foram devidamente aprovados pelo Conselho de Administração e/ou Assembléia Geral Extraordinária – AGE nas referidas datas.

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A reserva legal e constituída com base em 5% do lucro líquido pela Legislação Societária, limitada a 20% do capital.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2004	2003
	R\$ mil	R\$ mil
Lucro líquido do exercício	304.844	49.950
(-) Prejuízos acumulados	-	(13.894)
(-) Reserva legal (5% limitado a 20% do capital social)	(15.242)	(1.803)
Base de cálculo	289.602	34.253
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	72.400	8.563
Juros sobre capital próprio declarados (líquidos de IR)	(41.650)	-
Dividendos propostos	30.750	34.253
Imposto de renda	(7.350)	-

Reserva de retenção de bens

A Constituição de reserva de retenção de lucros visa fazer aos investimentos futuros da Companhia.

32. INCENTIVO FISCAL IMPOSTO DE RENDA – ADENE

COELBA, CELPE, COSERN e ITAPEBI

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste do Brasil e que atuam no setor de infra-estrutura reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000/99.

Por conta disso, as controladas COELBA, COSERN, CELPE e ITAPEBI formalizaram pleito à antiga SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

	Laudo Constitutivo nº	2004	2003
COELBA	0039/2002	37,5%	25%
CELPE	0038/2002	37,5%	25%
COSERN	0038/2002	37,5%	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%	75%

Sendo assim, a CELPE calculou em 2004 o incentivo fiscal ADENE, com base no Lucro da Exploração, apurando resultado negativo, não se beneficiando da redução do imposto de renda e adicionais nesse ano. A COELBA, COSERN e ITAPEBI apuraram, respectivamente, os valores de R\$ 8.972, R\$ 1.792 e R\$ 14.278, (2003, R\$ 4.600 COELBA e R\$ 2.105 COSERN), aplicando para as controladas COELBA e COSERN a redução de 25% (37,5% em 2003) e para a ITAPEBI a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real. O valor correspondente da respectiva redução foi contabilizado como Reserva de Capital em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

33. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA

	Nº de Consumidores (1)		MWh (1)		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003	R\$	
					2004	2003
Consumidores:						
Residencial	6.057.235	5.698.943	6.788.993	6.444.391	2.028.302	1.700.570
Industrial	36.152	33.669	4.651.262	4.670.701	924.314	771.102
Comercial	519.426	478.321	3.961.008	3.800.072	1.270.466	1.039.129
Rural	343.510	318.357	1.564.812	1.607.918	222.739	197.321
Poder público	63.716	62.117	969.248	959.999	277.639	235.080
Iluminação pública	22.091	20.829	1.042.042	1.065.044	167.463	154.937
Serviço público	5.363	4.880	1.178.382	1.152.098	205.637	172.053
Consumo próprio	998	751	35.902	36.237	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	27.243	45.810
Reposicionamento tarifário	-	-	-	-	16.950	35.824
Suprimento	40	39	66.355	98.213	3.314	5.373
Subtotal	7.048.531	6.617.906	20.258.004	19.834.673	5.144.067	4.357.199
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	-	-	-	-	194.402	141.030
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial – EAEE	-	-	-	-	7.152	-
Subtotal	7.048.531	6.617.906	20.258.004	19.834.673	5.345.621	4.498.229
Recomposição tarifária (realização)	-	-	-	-	(148.420)	(127.177)
Energia livre (realização)	-	-	-	-	(58.307)	(40.035)
Disponibilização sistema transmissão e distribuição	-	-	-	-	94.184	44.506
Câmara de Comercialização de Energia	-	-	-	-	-	-
Elétrica – CCEE – e contratos bilaterais	-	-	77.994	133.672	174.837	49.846
Receita de ativo regulatório	-	-	-	-	139.552	-
Subvenção à baixa renda (tarifa social)	-	-	-	-	271.675	217.832
Outras receitas	-	-	-	-	84.669	73.776
Receita Operacional	-	-	-	-	5.903.811	4.716.977
Deduções à receita operacional	-	-	-	-	(1.621.933)	(1.240.108)
Total	7.048.531	6.617.906	20.335.998	19.968.345	4.081.878	3.476.869

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Reajuste tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, fixou reajuste tarifário médio em 2004 conforme abaixo:

	Resolução nº	Índice Médio	Vigência
COELBA	116 de 20/04/2004	13,73%	Abril 2004
CELPE	60 de 29/03/2004	11,42%	Março 2004
COSERN	109 de 20/04/2004	15,11%	Abril 2004

34. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Receita operacional líquida	-	-	4.081.878	3.476.869
Despesa operacional				
Pessoal	(2.389)	(2.143)	(287.250)	(249.200)
Administradores	(2.982)	(2.502)	(10.469)	(8.114)
Entidade de previdência privada	(44)	(6)	(17.404)	(12.131)
Material	(74)	(100)	(32.656)	(37.614)
Serviços de terceiros	(2.963)	(3.609)	(308.456)	(237.794)
Custo da geração própria	-	-	-	(11.274)
Combustível para produção de energia	-	-	(106.745)	(3.644)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(1.123.103)	(1.182.231)
Encargo uso sistema transmissão	-	-	(353.887)	(250.949)
Subvenção Conta Consumo de Combustível – CCC	-	-	(148.154)	(110.914)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	(28.045)	(13.495)
Taxa de fiscalização – TFSEE	-	-	(10.975)	(7.658)
Energia livre	-	-	(170)	-
Depreciação e amortização (B)	(115)	(104)	(338.507)	(269.586)
Provisões líquidas	-	-	10.014	(107.962)
Arrendamentos e aluguéis	(356)	(574)	(19.586)	(15.222)
Tributos	(347)	(4.830)	(28.344)	(34.664)
Outorga da concessão	-	-	(531)	-
Outras despesas	(2.197)	(838)	(123.360)	(114.812)
Custo do serviço prestado	-	-	(28.249)	(25.514)
Total das despesas	(11.467)	(14.706)	(2.955.877)	(2.692.778)
Resultado do serviço (A)	(11.466)	(14.706)	1.126.001	784.091
Resultado financeiro	(102.199)	(52.288)	(399.804)	(464.422)
Resultado equivalência patrimonial	370.981	147.797	(115.030)	(116.277)
Resultado operacional	257.316	80.803	611.166	203.392
EBITDA (*) (LAJIDA**) = (A) – (B) =	(11.351)	(14.602)	1.464.508	1.053.677

* EBITDA = Earnings before interest, tax, depreciation and amortization

** LAJIDA = Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

35. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2004	2003
Renda da prestação de serviços	54.396	46.222
Aluguel	14.300	13.429
Subvenções CCC	3.261	2.534
Serviço taxado	5.612	6.180
Obras de terceiros	3.427	3.181
Outras receitas	3.673	2.230
Total	84.669	73.776

36. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	2004		2003	
	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)
CHESF	1.067.246	20.525.123	1.131.100	22.316.624
SAELPA	625	12.118	970	18.153
CEAL	1.873	23.389	1.953	35.116
GCS	27.830	133.317	2.010	175.325
MAE	24.322	547.730	48.542	-
Ajustes/outros	1.207	-	(2.344)	-
Total	1.123.103	-	1.182.231	-

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes

37. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Ganho na desativação/alienação de bens	-	3.350	24.188	3.350
Prejuízo na desativação/alienação de bens	-	(2.486)	(19.011)	(2.486)
Outras despesas/receitas não operacionais	(1.161)	21	(1.893)	(1.485)
Total	(1.161)	885	3.284	(621)

Em dezembro de 2004, a controlada COSERN efetuou baixa de ativo imobilizado no valor de R\$ 9.841, decorrente do levantamento físico efetuado em conformidade com a Resolução ANEEL nº 493 de 03/09/2002 e nota técnica 178 de 30/7/2003.

38. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A NEOENERGIA efetuou transações com partes relacionadas:

Empresas/Natureza da Operação	Controladora			2004 Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA (1)						
Aquisição Tracol	-	-	(40)	-	-	-
Aquisição Itapebi	-	-	(502)	-	-	-
Adiantamento p/ Aumento de Capital	1.694	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	22.054	-	-	-	-	-
Outros	15	-	-	-	-	-
CELPE (2)						
Aquisição Termopernambuco S.A.	-	-	(5.297)	-	-	-
Dividendos	3.573	-	328	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	7.785	-	-	-	-	-
Outros	1	-	-	-	-	-
COSERN (3)						
Aquisição da Termoçu S.A.	-	-	(4.680)	-	-	-
Dividendos	15.458	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	2.111	-	-	-	-	-
Outros	1	-	-	-	-	-
TERMOERNAMBUCO (4)						
Contrato de Mútuo	157.001	-	18.274	-	-	-
Dividendos	40.569	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	32.500	-	-	-	-	-
Outros	3.384	1	-	-	-	-
TERMOAÇU S.A. (5)						
Adiantamento p/ aumento de capital	101.454	-	618	-	-	-
Contrato de Mútuo	-	-	-	-	-	-
Outros	1.965	-	-	-	-	-
NC ENERGIA (6)						
Adiantamento p/ aumento de capital	31	-	-	-	-	-
Dividendos	9.387	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	1.500	-	-	-	-	-
TERMO GCS						
Dividendos	122	-	-	-	-	-
ITAPEBI (7)						
Contrato de Mútuo	-	47.059	(543)	-	-	-
Dividendos	16.955	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	7.140	-	-	-	-	-
521 PARTICIPAÇÕES						
Outros	15	-	-	-	-	-

Empresas/Natureza da Operação	Controladora			Consolidado			
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	
IBERDROLA ENERGIA DO BRASIL (8)	Fornecedores	-	4	(226)	-	4	(226)
	Consultoria	-	-	-	-	44	-
	Contrato de O&M	-	-	-	-	10.865	(5.460)
IBERDROLA ENERGIA S.A. (9)	Dividendos/Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	708	(1.934)
	Contrato de O&M	-	-	-	-	12.039	-
IBERDROLA EMPREENDIMENTOS S.A.	Prestação de serviços	-	-	-	-	-	(1.412)
	Fornecimento de energia	-	-	-	-	-	18
IBERDROLA ENGENHARIA	Prestação de serviços	-	-	-	-	1.831	(210)
	Contrato de O&M	-	-	-	-	843	(1.922)
IBERDROLA GENERACIÓN	Prestação de serviços	-	-	-	-	3.123	(13.338)
AMARA BRASIL (10)	Administração de Almoarifado	-	-	-	-	53	(595)
	Reembolso de despesas	-	-	-	-	215	(1.589)
Subtotal		424.715	47.065	7.932	-	29.725	(26.668)
FUNDAÇÕES	CELPOS – Contrato de mútuo (11)	-	-	-	-	147.046	16.186
	Demais obrigações	-	-	-	-	-	-
Subtotal FUNDAÇÕES		-	-	-	-	147.046	16.186
Total em 31 de dezembro de 2004		424.715	47.065	7.932	-	176.771	(10.482)
Total em 31 de dezembro de 2003		424.759	227.377	(14.946)	85	177.035	31.246

(1) COELBA

Refere-se ao aditamento para futuro aumento de capital efetuado pela NEOENERGIA, e ao valor a receber de JSCP declarados pela controlada COELBA.

(2) CELPE

Refere-se ao valor a receber de dividendos e JSCP, declarados pela controlada CELPE.

(3) COSERN

Refere-se ao valor a receber de dividendos e JSCP, declarados pela controlada COSERN.

(4) TERMOPERNAMBUCO

Refere-se à operação de mútuo com a controlada TERMOPERNAMBUCO para cobertura de necessidades de pagamentos em moeda nacional realizados para a construção da usina térmica, até a liberação do financiamento em moeda nacional para o projeto. Essa operação está suportada por contrato firmado entre a NEOENERGIA e a TERMOPERNAMBUCO, com interveniência do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (credor externo da TERMOPERNAMBUCO). As taxas pactuadas nessa operação são idênticas às taxas previstas para contratação do financiamento em moeda nacional para o projeto (TJLP + 4,5% ao ano).

E também refere-se ao valor a receber de dividendos e JSCP, declarados pela controlada TERMOPERNAMBUCO.

(5) TERMOAÇU

Refere-se ao adiantamento de capital efetuado pela NEOENERGIA. Os adiantamentos têm finalidade de aporte de capital, porém não vem sendo efetivado devido à paralisação do projeto. Esses adiantamentos não vem sendo atualizados.

(6) NC ENERGIA

Refere-se ao adiantamento de capital efetuado pela NEOENERGIA, e aos valores de dividendos e JSCP declarados pela NC Energia.

(7) ITAPEBI

Refere-se à operação de mútuo efetuado em 23 de setembro de 2004 com prazo para pagamento em 4 de janeiro de 2007, corrigido pela taxa de 102% CDI.

E também refere-se ao valor a receber de dividendos e JSCP, declarados pela controlada ITAPEBI.

(8) IBERDROLA ENERGIA DO BRASIL

Refere-se ao contrato de prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) da TERMOPERNAMBUCO, com vigente até 2016.

(9) IBERDROLA ENERGIA S.A.

Refere-se a valores a pagar por prestação de serviços de consultoria e assistência técnica de implantação da Central Termoeletrica prestados à TERMOAÇU, conforme contrato nº 010350 de 18 de dezembro de 2000. Sobre o saldo devedor incide variação cambial. Sobre o saldo em atraso, vem sendo acrescidos juros de mora equivalentes ao índice IGPM e taxa de 12% ao ano, por cada dia de atraso.

(10) AMARA BRASIL

Contrato nº 4600001249, referente à administração de almoarifado da COELBA, vigência até 16 de setembro de 2004, em fase de prorrogação. E contrato nº 44113998 com a COSERN, vigência de 16 de dezembro de 1998 até 15 de maio de 2005. O mesmo é corrigido pelo IGP-M a cada 12 meses.

(11) FUNDAÇÃO CELPE

Contrato CELPOS de mútuo de benefícios concedidos, benefícios a conceder e indenizações de perdas com imóveis, com vigência até dezembro de 2007, dezembro de 2023 e dezembro de 2005, respectivamente, com índice de correção pelo INPC + 6% ao ano.

39. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia. A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis, registrados em aplicações financeiras de renda fixa, operação com empresas ligadas e empréstimos e financiamentos, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparado com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

As contas e títulos a receber de setores públicos, federais, estaduais e municipais (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 390.309 (31 de dezembro de 2003, R\$ 300.651), líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa no consolidado. Não foi possível estimar os valores de mercado dos créditos vencidos, face as negociações em andamento que impossibilita a previsão dos prazos de recebimento.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, vinculados aos projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira, junto a instituições internacionais de desenvolvimento, assim como os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e aos consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.

Os contratos de mútuo obtidos junto a FAELBA pela COELBA, CELPOS pela CELPE e FASERN pela COSERN, de conformidade com as normas estabelecidas para as entidades de previdência privada fechada, equivalem ao valor de mercado para esse tipo de operação. A COSERN liquidou o contrato com a FASERN em 3 de setembro de 2004.

FATORES DE RISCO

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das Companhias virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as Companhias monitoram as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de moeda estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. As controladas, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuem em 31 de dezembro de 2004, operações de "swap" cambial representando uma média de aproximadamente 96% do endividamento em moeda estrangeira, exceção feita ao empréstimo do BID com a controlada TERMOPERNAMBUCO, para o qual existe proteção cambial prevista por meio de fórmula de cálculo do preço da energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2004 a Companhia e suas controladas apuraram um resultado nas operações de "hedge" cambial no montante negativo de R\$ 16.504, controladora e negativo de R\$ 199.158, consolidado (em 31 de dezembro 2003, R\$ 106.267, controladora e de R\$ 725.894, consolidado).

A Companhia encerrou com todas as operações de "hedge" cambial em dezembro de 2004.

A controlada COSERN encerrou o terceiro trimestre de 2004 com todas as operações de swap liquidadas, assim como os empréstimos em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de vencimento antecipado

A COELBA, CELPE, COSERN, TERMOPERNAMBUCO e ITAPEBI possuem contratos de empréstimos, financiamento e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiro em determinados níveis. O descumprimento dessas restrições podem implicar em vencimento antecipado da dívida.

40. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

As controladas COELBA, CELPE e COSERN são patrocinadoras da Fundação COELBA de Assistência e Seguridade Social – FAELBA ("FAELBA"), Fundação CELPE de Seguridade Social – CELPOS ("CELPOS"), e Fundação Assistencial e Seguridade Social dos Empregados da COSERN – FASERN ("FASERN"), respectivamente, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o Plano de Benefícios Previdenciários a que estiverem vinculados.

PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

As contribuições correntes (das patrocinadoras e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. Nos planos previdenciários de Benefício Definido, eventuais insuficiências serão de responsabilidade das patrocinadoras.

A contribuição das Patrocinadoras COELBA, CELPE e COSERN para os planos de Benefício Definido da FAELBA, CELPOS e FASERN, corresponde a 10,09%, 10,45% e 10,45%, respectivamente, do total da folha de pagamento bruta mensal (Salário Base Real de Contribuição) dos participantes ativos, acrescida de 2,29%, e 1,87% para cobertura das despesas administrativas da FAELBA e FASERN, respectivamente.

A partir de outubro de 1998, a FAELBA, e de março de 1999, a FASERN, passaram a adotar novos planos de benefícios previdenciários de Contribuição Definida, cuja adesão foi superior a 98 % dos participantes ativos.

O plano contempla benefícios de risco com cobertura para invalidez e morte totalmente custeados pelas patrocinadoras, aos empregados ativos participantes do plano. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, pagamento único. Por suas características o plano previdenciário de contribuição definida não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição das Patrocinadoras COELBA e COSERN para os planos de Contribuição Definida da FAELBA e FASERN, corresponde a igual contribuição dos participantes, e mais 9,44% na COELBA e 9,39% na COSERN, respectivamente, do total mensal do salário real de contribuição dos participantes ativos, para benefícios de risco (invalidez/morte), e outros.

OPERAÇÕES COM AS FUNDAÇÕES

As Companhias mantêm contrato de mútuo com as respectivas Fundações, para controle das dívidas, dentro dos limites estabelecidos pela Secretaria de Segurança Suplementar, e estabelecimento das condições para remuneração e amortização da dívida, compatíveis com as práticas de mercado.

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido da CELPOS em 31 de dezembro de 2001 foi adotado o método do crédito unitário projetado, conforme definido pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referenciada pela CVM através do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/nº 01/2002. A Celpe optou por registrar o ajuste dos passivos referentes ao complemento do serviço passado do plano em bases prospectivas diretamente no resultado em até 5 anos, cujo efeito será uma despesa adicional de R\$ 27.284. A Companhia conservadoramente apropriou 4 anos, no total de R\$ 119.989, e apropriará a parcela final no exercício de 2006.

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente a parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Fundação, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022 de valores referentes as reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

DELIBERAÇÃO CVM Nº 371 – CONTABILIZAÇÃO DOS PLANOS DE PENSÃO

Os pareceres atuariais da FAELBA, FASERN e CELPOS, emitidos por atuários independentes, considerando as situações econômico-financeiras das fundações, em 31 de dezembro de 2004 e 2003 estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

Planos de Benefícios Definidos	2004			2003		
	FAELBA	CELPOS	FASERN	FAELBA	CELPOS	FASERN
Valor justo dos ativos do Plano	251.274	305.816	63.585	234.429	270.495	54.102
Valor presente da obrigação						
atuarial com direitos já vencidos	(173.354)	(370.805)	(46.719)	(164.189)	(329.134)	(45.660)
Valor presente da obrigação						
atuarial com direitos a vencer	(4.070)	(116.510)	-	(8.484)	(106.386)	(41)
Perda (ganho) atuarial não reconhecido	(27.812)	35.527	(9.723)	(23.566)	27.832	(2.690)
Ativo (Passivo) Líquido	46.038	(145.972)	7.143	38.190	(137.193)	5.711

Os superávits apresentados nos planos previdenciários de benefício definido das fundações FAELBA e FASERN minimizam o risco de eventual passivo atuarial futuro para a COELBA e COSERN, respectivamente. As Companhias não reuniram as condições estabelecidas na legislação para reconhecimento contábil e utilização desses superávits.

Custo Esperado do Plano Previdenciário de Benefício	2004			2003		
	FAELBA	CELPOS	FASERN	FAELBA	CELPOS	FASERN
Definido						
Custo do serviço corrente	152	5.254	-	289	4.602	-
Amortização do serviço Passado	-	-	-	20	5.007	-
Custo dos juros	17.474	58.398	4.680	17.682	53.555	4.680
Retorno dos investimentos	(25.033)	(36.458)	(4.094)	(24.005)	(33.433)	(5.540)
Amortização perdas/ganhos não reconhecidos	(128)	-	-	-	-	-
Contribuição esperada dos Empregados	(76)	(3.747)	-	(95)	(2.976)	-
Ativo Líquido	(7.611)	23.447	586	(6.109)	26.755	(860)

Principais Premissas Atuariais	2004			2003		
	FAELBA	CELPOS	FASERN	FAELBA	CELPOS	FASERN
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,24%	12,36%	10,24%	10,24%	12,36%	10,24%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,24%	12,36%	10,24%	10,24%	12,36%	10,24%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	7,12%	7,35%	6,08%	7,12%	7,35%	6,08%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação Continuada	4,00%	6,00%	4,00%	4,00%	6,00%	4,00%
Fator de capacidade do benefício/salário	100,00%	97,00%	98,00%	100,00%	97,00%	100,00%

41. LEILÃO DE ENERGIA – (NÃO AUDITADO)

Atendendo as regras de comercialização estabelecidas no Decreto nº 5.163/2004, em 07.12.2004, foi realizado no Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes, distribuídos a adicionar:

COELBA – 795,26 MW médios ao preço médio de 57,71 R\$/MWh, para suprimento de 2005/2012; 394,44 MW médios ao preço de 67,33 R\$/MWh, para suprimento de 2006/2013; e 63,96 MW médios ao preço de 75,46 R\$/MWh, para suprimento de 2007/2014.

CELPE – 248,27 MW médios ao preço médio de 57,71 R\$/MWh, para suprimento de 2005/2012; 325 MW médios ao preço médio de 67,33 R\$/MWh, para suprimento de 2006/2013; e 54 MW médios ao preço de 75,46 R\$/MWh, para 2007/2014.

COSERN – 264,10 MW médios ao preço médio de 57,51 R\$/MWh, para suprimento de 2005/2012; 144,02 MW médios ao preço de 67,33 R\$/MWh, para suprimento de 2006/2013; e 19,99 MW médios ao preço de 75,46 R\$/MWh para suprimento de 2007/2014.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente:

RENATO SOBRAL PIRES CHAVES

FERNANDO BECKER ZUAZUA
LUIZ EDUARDO FRANCO DE ABREU
MARIO FALCÃO PESSOA
LUCIANA FREITAS RODRIGUES
CECILIA MENDES GARCEZ SIQUEIRA
GONZALO PÉREZ FERNÁNDEZ
ÍÑIGO VICTOR ORIOL IBARRA
VALMIR MARQUES CAMILO
PABLO CANALES ABAITUA

Suplentes:

LUIZ EDUARDO GABRIEL CARVALHOSA
VOLNEI ANTONIO NICHETTI
MURILO XAVIER GAMA
MÁRCIA MOREIRA CASTELO BRANCO
FABIO DE OLIVEIRA MOSER
SANTIAGO MARTINEZ GARRIDO
MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN
MARÍLIA RABELO CORRÊA
MARCELO CÂMARA DE AGUIAR
EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

Conselho Fiscal

Presidente: MANOEL RODRIGUES LIMA NETO
LUIZ GUSTAVO BRAZ LAGE
FRANCESCO GÁUDIO

Suplentes: ANTÔNIO RUBEM DE ALMEIDA B. JUNIOR
DULCE TERESINHA BARROS M. DE MORAIS

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente:

MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA

Diretor de Planejamento e Controle:

PAULO ROBERTO DUTRA

Diretor Financeiro e de Rel.c/Investidores:

ERIK DA COSTA BREYER

Diretor de Geração:

CARLOS MULAS OROSA

Diretora de Gestão de Pessoas:

ROSELI SCHILAGI

Diretoria de Distribuição:

FERNANDO ARRONTE VILLEGAS

Diretoria de Regulação:

SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO

Contadora:

CLÁUDIA ALMEIDA SANTOS FRANQUEIRA - CRC MG-068369/O-0 T-RJ

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Neoenergia S.A., tendo examinado, em reunião desta data, as Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício Social de 2004, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, a Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Balanço Social, bem como Proposta de Destinação de Lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo Contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2005

